

SUMÁRIO EXECUTIVO

FORTALEZA DA GENTE

PARA UMA CIDADE JUSTA, ABERTA, INOVADORA E ECOLÓGICA



@ GALBANO GUEIRA

COLIGAÇÃO PSOL / PCB - ORGANIZAR A LUTA E A ESPERANÇA

WWW.ORGANIZARAESPERANCA.COM

SUMÁRIO EXECUTIVO

O programa da Coligação PSOL / PCB - Organizar a luta e a esperança é fruto de larga trajetória de experiências, diálogo e elaboração de análises e propostas por diferentes sujeitos, como integrantes dos partidos que compõe a coligação, pesquisadores/as, movimentos sociais e organização da sociedade civil. Nos últimos dois meses, também foi realizado o Ciclo de Programa Participativo, composto por espaços virtuais que debateram os temas centrais que são apresentados neste programa, que está organizado em quatro grandes eixos: cidade justa, aberta, inovadora e ecológica.

Compreendendo que a elaboração de uma Fortaleza da gente não se encerra na apresentação deste documento e deve envolver toda a cidade, foi criado um site participativo, por meio do qual a população pode deixar suas ideias para a cidade. Neste sumário executivo, são apresentadas a perspectiva que orienta o projeto de cidade aqui apresentado, bem como as principais propostas entre as que constam no documento.

O mundo vivencia uma crise ambiental e também econômica que comprova o limite da organização social atual, situação aprofundada pela pandemia do coronavírus. Para enfrentar esse cenário, apresentamos um projeto de cidade ancorado no que em vários países é chamado de bem viver. O bem viver significa a defesa de outra relação com o meio ambiente, o que implica rever o modelo de produção e consumo. Muitas propostas se voltam à defesa de uma economia circular, racional e sustentável, baseada em empreendimentos de economia solidária de baixo impacto ambiental, que serão articulados de forma inteligente, e na reconversão para criação de ecoempregos, com o deslocamento da força de trabalho hoje precária para áreas sociais, de construção de transição energética, de implementação de energias renováveis, de proteção ambiental, de desenvolvimento de tecnologias e de criação de segurança alimentar, além da priorização da fabricação de equipamentos indispensáveis para a saúde. Sabemos que as cidades têm um papel central no enfrentamento à crise climática. Essa é uma agenda atual, urgente e que pode ser desenvolvida com compromisso e criatividade.



Para que essa nova cidade seja construída, é preciso reduzir a desigualdade que hoje marca Fortaleza e que se revela na pobreza, nas diversas formas de violência, na desigualdade de gênero, raça, orientação sexual, na vulnerabilidade social, econômica e política. Hoje, boa parte da população depende do auxílio emergencial e teme passar fome. Efetivaremos política de renda básica, que tem que ser permanente. Também apresentamos um amplo programa de afirmação de direitos, especialmente nos campos da saúde e da educação. A cidade pode e deve ser melhor. A política de segurança deve ser revista, por isso aqui são apresentadas propostas a partir de recomendações e experiências exitosas com foco na prevenção da violência, que hoje faz de Fortaleza uma cidade com medo e que mata sobretudo a juventude negra e periférica. Esses jovens, como outros grupos sociais, têm que receber da prefeitura oportunidades de cultura e lazer, além de políticas de assistência.

No centro da perspectiva do bem viver está o planejamento democrático da cidade. Que seja pensada cotidianamente por sua gente, não pelo mercado, como tem ocorrido com Fortaleza. Essa participação é ainda mais viável no tempo presente, devido às tecnologias, que podem permitir a organização participativa e uma gestão compartilhada dos bens comuns. Para tanto, temos que garantir ampliação do acesso à internet e políticas para empoderamento digital, o que pode também fomentar a dinamização desse setor econômico tão importante hoje.

Vamos juntas, juntos e juntas construir uma **FORTALEZA DA GENTE!**

RENATO ROSENO E RAQUEL LIMA



50 PROPOSTAS PARA FORTALEZA

- 1.** Viabilizar com urgência um programa de renda básica para a população em situação de extrema pobreza em Fortaleza;
- 2.** Incentivar a reconversão de empregos precários para papéis sociais fundamentais no combate à crise sanitária, econômica, humanitária e ambiental;
- 3.** Regulamentar o serviço prestado por trabalhadores de aplicativos diversos, tributando as empresas adequadamente de modo que possa ser possível construir um fundo municipal de apoio a estes trabalhadores e a criação de apps públicos;
- 4.** Criar programas de fomento à produção de tecnologias que incentivem o comércio local nos territórios da cidade, gerando novas possibilidades, por exemplo, de e-commerce;
- 5.** Cobrança das dívidas ativas do município com as grandes empresas, ampliando a capacidade de investimento da Prefeitura;
- 6.** Criar um Plano Municipal de Previdência Social, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- 7.** Criar centros de recepção e comercialização de materiais recicláveis, viabilizando que sejam administrados pelas associações ou cooperativas dos separadores e separadoras, os quais também são responsáveis pela comercialização;
- 8.** Articular e criar grupos de economia solidária (associações, cooperativas, grupos de produção) para o enfrentamento ao desemprego das pessoas em situação de rua;
- 9.** Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, revisão de plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados, fim das terceirizações e da prestação dos serviços por Organizações Sociais (OS) e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal, especialmente na área da assistência;
- 10.** Implantação dos distritos sanitários de saúde, garantindo a existência de técnicos de todas as áreas da Secretaria Municipal de Saúde Pública com vistas a uma atuação regionalizada, que deve ser base de enfrentamento à pandemia do coronavírus e de outras doenças, bem como de promoção da saúde;

11. Ampliação da Atenção Básica em Saúde, considerando o aumento da cobertura e o aumento do número de equipes da Estratégia Saúde da Família, de agentes comunitários de saúde (ACS) e de equipes dos núcleos de ASF, garantindo de forma processual a cobertura de 100% do território de Fortaleza;

12. Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com financiamento municipal para o aumento do número de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), criação de Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi), criação de CAPS voltado ao acolhimento à crise em saúde mental com hospitalidade noturna, criação de Serviço de Urgência Psiquiátrica (SUP), criação de centros de convivência, criação de residência terapêutica, aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais;

13. Organização da vigilância em saúde considerando o monitoramento das diversas formas de violência, especialmente violência de gênero, violência doméstica, violência sexual, violência contra a comunidade LGBTQ+ e violação dos direitos da criança e do adolescente, entre outras

14. Política de agroecologia urbana, com implementação de hortas Urbanas nas escolas, em conjuntos habitacionais, em associações comunitárias, em terrenos públicos desocupados e em vazios urbanos privados, disponibilizados temporariamente para este fim; hortas verticais em prédios públicos que não estejam tendo utilidade administrativa ou social e quintais produtivos, com assessoria técnica pública, com produção voltada ao familiar e da comunidade;

15. Criação de arranjos produtivos que aproximem os produtores locais e regionais aos agentes institucionais de modo a facilitar que a renda circule, prioritariamente, em territórios mais vulnerabilizados (contando com mercados comunitários, “budegas” colaborativas), organizada com auxílio de aplicativos. Paralelamente, apoio às feiras de produtos orgânicos in natura e beneficiados, com regularidade mínima semanal, envolvendo a agricultura familiar e ONG’s como o CETRA, CEPEMA, ESPLAR, MST e outras cooperativas;

16. Criar Restaurantes Populares, que serão centros de absorção de produtos oriundos da agroecologia urbana e rural, instalados juntos aos terminais de ônibus e nas regiões de maior concentração de trabalhadoras/es como o centro da cidade e Aldeota, fornecendo alimentação de qualidade a custo baixo;

- 17.** Ampliar a rede de educação infantil, a fim de atender a demanda reprimida em quatro anos, por meio da construção e manutenção de seis Centros de Educação Infantil na rede municipal, com profissionais qualificados;
- 18.** Implementar as recomendações do Comitê Cearense de Prevenção dos Homicídios na Adolescência, constantes do Relatório Cada Vida Importa, relacionadas à competência municipal, como combate à evasão escolar, requalificação de áreas urbanas mais violentas, promoção de projetos sociais junto à juventude;
- 19.** Estabelecer uma coordenação especial de projetos de prevenção à violência dentro do gabinete do Prefeito (as boas experiências revelam que a aproximação institucional dos programas de prevenção social focalizada no gabinete do Chefe do Executivo faz ganhar ritmo de execução, articulação e maior eficiência) para facilitar a coordenação com a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã;
- 20.** Estabelecer o Plano Municipal de Prevenção às Violências e Promoção da Segurança Cidadã, com transparência das rubricas na LOA para monitoramento físico financeiro;
- 21.** Promover a requalificação dos territórios com assentamentos precários, política de moradias (criação, melhoria e regularização de espaços qualificados de convivência) a partir da implementação de todas as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) com participação das comunidades;
- 22.** Promover a desmilitarização da Guarda Municipal, ampliando seu papel de Guarda Civil para a cidadania e para a prevenção à violência nos equipamentos públicos municipais, rede escolar, comunidades
- 23.** Fortalecer a prevenção primária à violência pela promoção da equidade de gênero, do respeito às relações intergeracionais, da cultura de respeito à diversidade, do enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia, ao machismo em todas as redes de comunicação pública, saúde, assistência e educação, inclusive com mediação positiva de conflitos a partir das Comissões de Prevenção e Mediação Positiva de Conflitos e Notificação das Violências nas escolas;
- 24.** Ampliar e fortalecer os espaços de acolhimento institucional para indivíduos e núcleos familiares ameaçados, deslocados urbanos e vítimas de quaisquer violências, com especial atenção às mulheres, jovens, idosos, LGBTQIA+;
- 25.** Ampliar os centros de referência para atendimento às mulheres vítimas de violência e população LGBTQIA+ vítima de violência;

- 26.** Debate descentralizado sobre Orçamento Participativo e planejamento estratégico nos bairros, incorporando à discussão não só os partidos políticos, mas sindicatos, entidades de classe, associações de moradores, movimentos sociais, grupos e coletivos onde se organizam a juventude e a classe trabalhadora em toda sua diversidade e pluralidade;
- 27.** Eleições diretas para os representantes das instituições públicas (diretores de escolas, coordenadores e gestores dos espaços de cultura);
- 28.** Ampliação do controle externo da atividade dos órgãos públicos municipais, com Política de Dados Abertos que garanta transparência;
- 29.** Ampliar os mecanismos de governo eletrônico, com participação ativa da população para consultas, solicitações, dúvidas, diálogo sobre demandas e utilização de ferramentas de participação;
- 30.** Instituir política de transparência sobre investimento publicitário, proibindo, como feito a partir do mandato de Renato Roseno na Assembleia, a destinação de publicidade para sites denunciados por desinformação (fake news), em parceria com organizações e universidades e com transparência e controle social acerca dessa classificação;
- 31.** Criação de uma Secretaria Municipal de Mulheres na gestão municipal, para garantir apoio às políticas sociais de combate à violência doméstica e institucional, com maior equidade na estrutura de poder;
- 32.** Manutenção e criação de novas lavanderias comunitárias, além de outros aparelhos coletivos de infraestrutura que possibilitem a divisão do trabalho doméstico;
- 33.** Ampliação de matrículas em creches em tempo integral, de modo a atingirmos 50% de cobertura para essa sub etapa da educação básica, na cidade de Fortaleza. Início de atendimento, em tempo integral, para grupos de crianças de 0 (zero) a 1 (um) ano de idade;
- 34.** Programa de moradia que abarque moradia popular com titularidade prioritariamente para as mulheres e criação de República para acolhimento da população LGBTI+;
- 35.** Casa de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e institucional, com apoios psicológico, jurídico e outros mecanismos que garantam a integridade física das mulheres;
- 36.** Garantia de acesso e permanência das pessoas T nos espaços de ensino, com estímulo a grupos de debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, direito ao nome social e o respeito ao mesmo pela comunidade escolar e formações específicas sobre a comunidade LGBTQIA+ para a gestão escolar, professores, estudantes, trabalhadores;

- 37.** Ampliar a oferta de banda larga no município, por meio da promoção de acesso sem fio em grande escala, especialmente em áreas públicas de grande circulação, como postos de saúde, escolas e praças, a partir do Gigafor, e com isso desenvolver políticas para: promoção do empoderamento digital; planejamento democrático e gestão dos bens comuns; uso de tecnologias na garantia de direitos e serviços com transparência; cooperativismo de plataformas, trabalho e renda;
- 38.** Criação de Centro de Formação em Mídias Digitais para oferecer cursos gratuitos para jovens sobre: robótica; produção de aplicativos e games; produção de conteúdos para mídias digitais; comunicação comunitária online (webrádios, sites e outros); distribuição de conteúdos online (o que pode dar visibilidade a grupos culturais de jovens);
- 39.** Fortalecimento de plataformas digitais da prefeitura, com ampliação da ação do TOP BUS, com foco nas periferias da cidade e criação de programa Fortaleza Compartilhada, de aluguel por aplicativo público de espaços de casas, a partir mapeamento e garantindo ocupação de prédios vazios;
- 40.** Fortalecimento institucional das políticas públicas para a Cultura, garantindo 1% do Orçamento para a pasta da Secretaria de Cultura de Fortaleza e considerando os dispositivos previstos pelo Sistema Nacional de Cultura e as metas traçadas pelo Plano Nacional de Cultura, com foco no que está disposto no Plano Municipal de Cultura;
- 41.** Estabelecer parceria com escolas públicas municipais: estimular o funcionamento de escolas municipais como Centros de Artes e Pensamentos, fomentando a diversidade e articulando as atividades didáticas com as iniciativas de formação e produção artística existentes na cidade; essa articulação, se pensada de forma estratégica e continuada, contribuirá para a difusão dos trabalhos artísticos, implementando processos contínuos de formação de plateia;
- 42.** Elaboração de um Plano Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática (PMEEC), que possa integrar nossa cidade não só no seu entorno mais próximo, mas compreendendo sua relação com a zona costeira e com o semiárido. Este plano será executado a partir da realização de um inventário de emissões para identificar a contribuição de todas as atividades econômicas – em especial, as questões voltadas à matriz energética, aos transportes, ao tratamento do lixo e às atividades industriais (não só na cidade, mas no entorno que comprehende a RMF) - na liberação dos Gases de Efeito Estufa, em especial de dióxido de carbono e

metano. Um inventário com atualização continuada será fundamental para orientar as políticas públicas ambientais para a redução da emissão desses gases, buscando desenvolver e apoiar novas tecnologias limpas e neutralizadoras de carbono;

43. Instituição do Programa de Solarização, incluindo um plano de solarização do conjunto dos prédios públicos municipais e as diretrizes para ampliação da energia solar fotovoltaica em outros prédios públicos e privados, com linha de desenvolvimento da utilização de placas solares, aerogeradores de pequeno e médio porte para moradias populares por meio de cooperativas em bairros;

44. Criar novas Unidades de Conservação em Fortaleza, em especial, das categorias de Parques Municipais, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Áreas de Proteção Ambiental, algumas das quais abaixo mencionadas. Além disso, criar planos de manejo da ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) do Matinha do Pici, da ARIE do Enclave do Cerrado, no bairro da Cidade dos Funcionários, integrando-a com uma proteção da chamada Mata do Duque, e propor ao Estado a gestão compartilhada da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ceará;

45. Implementar uma arborização urbana planejada, valorizando as espécies nativas e promovendo a construção de canteiros em ruas, avenidas, jardins, estabelecimentos públicos, etc., bem como a reforma e renovação de parques e praças que construam uma cultura de incentivo à produção científica, artística e cultural, com infraestrutura, recursos e pessoal qualificado para o desenvolvimento de trilhas ecológicas e educativas que incentivem interação com a natureza; e estabelecer regras mais rígidas para autorização de supressão de vegetação em imóveis particulares, para impedir a destruição dos bosques em nossa cidade;

46. Criação de secretaria de mobilidade humana, integrando AMC e ETUFOR, dotando a estrutura interna capaz de planejar e prover ações prioritariamente voltadas ao transporte público e não motorizado em detrimento do transporte individual motorizado, com o objetivo de implantar medidas tais como: ciclofaixas, ciclovias, corredores exclusivos de ônibus, vias exclusivas para pedestres, ações educativas, melhoria de calçadas, medidas de moderação de tráfego e demais estratégias de gestão da mobilidade;

47. Abandonar progressivamente a centralidade do transporte individual motorizado em Fortaleza, para dar lugar e recursos aos meios de transporte socialmente mais inclusivos e eficientes energeticamente, isto é: a pé, de bicicleta e por transporte público coletivo. Para tanto, haverá reestruturação da CTC, com o objetivo de ter linhas de ônibus de propriedade da prefeitura, sendo possível “competir” com as empresas privadas;

48. Paralelamente, deve-se promover melhoria da qualidade do serviço prestado à população como pontualidade, regularidade dos intervalos, confiabilidade de tempos de viagem, cumprimento das viagens programadas, qualidade dos veículos, segurança para os passageiros e informações adequadas disponíveis ao público para se melhor conhecer os usuários, seus valores e de como eles percebem os serviços, melhorando também o aplicativo Meu Ônibus e utilizando outros sistemas inteligentes para facilitar a integração de modais de transporte e estabelecer padrões de qualidade objetivos e mensuráveis tanto do ponto de vista dos usuários quanto da sustentabilidade dos sistemas;

49. Promover transparência total dos custos de funcionamento do sistema de transporte público com o fim da “caixa-preta” na determinação dos valores das tarifas públicas e criar Passe Livre Estudantil e para Desempregados/as, com os recursos extra tarifários sendo provenientes da contribuição dos que utilizam o transporte individual, sobretudo dos veículos luxuosos e maiores emissores de GEE, além de desonerações tributárias dos impostos envolvidos na cadeia produtiva dos serviços transporte público e também dos orçamentos públicos;

50. Instituir Unidades de Bem Estar Animal: alterar a nomenclatura e concepção das 9 Unidades de Vigilância de Zoonoses-UVZs existentes nas 6 Regionais vinculadas à Secretaria de Saúde para uma população de aproximadamente 237 mil cães e 171 mil gatos, promovendo ações para melhorar a qualidade de vida dos animais, executando ações que garantam o controle populacional e orientando a população no que diz respeito aos cuidados, deveres e à posse responsável dos animais. (Atualmente as UVZs se baseiam na lei municipal nº 8966 de 14 de setembro de 2005, que trata “Prevenção e Controle das Zoonoses e Endemias no Município de Fortaleza.”). Simultaneamente, criar unidade de medicina veterinária e ampliar política de clínica itinerante para atendimento veterinário de cães e gatos (vet móvel).



FORTALEZA DA GENTE

PARA UMA CIDADE JUSTA, ABERTA, INOVADORA E ECOLÓGICA



@ GALBANO GUEIRA

COLIGAÇÃO PSOL / PCB - ORGANIZAR A LUTA E A ESPERANÇA

WWW.ORGANIZARAESPERANCA.COM

FORTALEZA DA GENTE: para uma cidade justa, aberta, inovadora e ecológica

Coligação PSOL / PCB - Organizar a luta e a esperança

SUMÁRIO

1. Introdução - Fortaleza do Bem Viver, da cidade “possível” à cidade do bem viver

Eixos orientadores

2. Cidade justa

2.1 - Um olhar interseccional sobre a produção e distribuição de riqueza

2.2 - Enfrentamento à crise econômica

2.3 - Direito ao trabalho, renda e proteção social

2.4 - Direito à saúde: um olhar interseccional sobre a vida

2.5 - Soberania alimentar

2.6 - Afirmação da vida e promoção da segurança

3. Cidade aberta

3.1 - Partilha do poder e participação

3.2 - Fortaleza do "bem viver" contra o racismo

3.3. - Diversidade

3.4 - Programa para a VIDA das Mulheres em Fortaleza

3.5 - Políticas de comunicação para a governança popular e a garantia do direito à comunicação

4. Cidade inovadora

4.1 - Educação

4.2 - Tecnologias para o bem viver

4.3 - Cultura: por uma Fortaleza que resiste na ética e na estética

5. Cidade ecológica

5.1 - Para enfrentar a emergência climática, social e ecológica

5.2 - Plano de descarbonização de Fortaleza

5.3 - Fortaleza: uma cidade habitável

5.4 - Mobilidade urbana

5.5 - Fortaleza: cidade verde

5.6 - Vida e bem estar animal

1 - FORTALEZA DA GENTE: DA CIDADE POSSÍVEL À CIDADE DO BEM VIVER

Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior que a certeza da extinção. É tempo de inventar, é tempo de ser livre, é tempo de viver bem.

Ana Esther Ceceña

Ambiente e saúde, o entrelaçamento de urgências

A Fortaleza do "bem viver" é um convite a imaginar e construir outra cidade. Uma cidade que seja arrancada da Fortaleza das impossibilidades, dominada por interesses de mega e grandes empresários que impedem a produção de uma cidade voltada para as maiorias sociais. Fortaleza pode e deve ser diferente. É do chão que pisamos que queremos ver brotar outra cidade.

O convite a imaginar uma outra cidade se dá em um momento muito significativo para a humanidade. O ano de 2020 ficará marcado na história como o marco da maior crise sanitária global em um século: a pandemia da COVID-19, causada pelo coronavírus, que representou um ponto de inflexão no mundo como o conhecíamos até então.

A velocidade de propagação e o alcance mundial; a imensa quantidade de pessoas contaminadas; o colapso dos sistemas de saúde públicos e privados; o número impressionante de mortes, em especial no nosso país, no Ceará e em Fortaleza; o despreparo de quase todos os países em preveni-la e enfrentá-la; a desorganização da economia e o caos social. Tudo isso já seria por si só uma tragédia enorme, não houvesse o agravante adicional do negacionismo genocida estimulado por lideranças de extrema-direita como Bolsonaro e Trump. Os apelos e as expectativas de "retorno responsável à normalidade" acabaram por constrar a percepção da gravidade e a necessária reflexão sobre a pandemia, suas causas e implicações; e, principalmente, impediram que essa reflexão se estendesse para o enfrentamento de algo mais profundo e duradouro: a emergência climática e ecológica.

A própria pandemia de SARS-COV2 é, em si, uma manifestação do profundo desequilíbrio ecológico que emergiu com força especialmente a partir da chamada grande aceleração capitalista, iniciada na segunda metade do século passado, e que engendrou o que os cientistas têm considerado uma nova época geológica, o "antropoceno". As questões inerentes à pandemia somadas à própria ameaça ecológica e da emergência climática nos convida a um processo diverso e significativo de reflexões e iniciativas, na tentativa, a um só tempo, de compreender as causas, de combater os efeitos e, acima de tudo, de projetar como será nossa cidade e a sociedade em um futuro que se avizinha.

Para enfrentar a pandemia e suas consequências, é preciso compreendê-la não como uma ocasionalidade, mas como o resultado das próprias contradições do sistema, em particular da agressão ao meio ambiente. Há um silêncio e uma brutal dissimulação na mídia e em outras

instituições sobre as reais causas dos surtos recorrentes de doenças zoonóticas nas duas últimas décadas, tais como Covid-19, gripe aviária e gripe suína. Eles se relacionam à perda da biodiversidade causada pela produção agrícola industrial, principal vetor da eclosão, mutação e proliferação dos patógenos que causam estas doenças. A pandemia, portanto, refere-se à destruição acelerada dos ecossistemas e dos habitats, com a consequente homogeneização de paisagens. Se nada for feito para mudar essa lógica, é uma questão de tempo o surgimento de novos vírus e doenças.

Efetivamente, os desafios para a afirmação da vida se intensificam; e são imensos tanto nos contextos urbanos quanto nos contextos rurais. A noção de "bem viver" nas cidades, e também em outras partes do mundo, emerge como uma forte crítica ao produtivismo e ao consumismo ilimitados e destrutivos que nos trouxeram até esse cenário profundamente desafiador e que, de maneira implacável, levam-nos a um colapso enquanto humanidade.

Considerar o aporte da ideia do "bem viver" em uma metrópole como Fortaleza é uma resposta alternativa para enfrentar a falência e a dissolução do conceitos de "progresso", em sua derivação produtivista; e de "desenvolvimento", enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico. Na nossa perspectiva de bem viver, a natureza não é um objeto, não é uma fonte de recursos e matérias-primas; é um ser vivo. Esta dimensão ecológica da realidade reconhece que a natureza é indivisível e intrinsecamente entrelaçada à vida dos seres humanos; somos parte da natureza, inclusive habitando em grandes centros urbanos. Superar a dissociação entre sociedade e natureza é fundamental para o tempo presente.

Do colonialismo ao fascismo: uma trajetória que motiva a resistência do "bem viver"

Como se já não fosse profundamente desafiador o contexto geral planetário, a análise da atual conjuntura brasileira aponta para a configuração de um Governo Federal de contornos neofascistas, que tem implementado uma agenda ultraneoliberal na economia com apoio de forças políticas reacionárias; e tem demonstrado uma clara incapacidade de enfrentar a crise sanitária que o país atravessa, potencializando sua crise econômica, ecológica, política e social.

Nos últimos anos, o Brasil assistiu ao fortalecimento do pensamento ultraconservador, de base religiosa, e o negacionismo diante da contribuição de cientistas das mais diversas áreas bem como de epidemiologistas, sanitaristas, infectologistas e outros profissionais da saúde que têm estudado a pandemia de *Coronavírus Disease 2019* (COVID-19). Esses aspectos, além do descaso diante das recomendações das autoridades sanitárias nacionais e internacionais relativas ao enfrentamento dessa pandemia, têm contribuído sobremaneira para o agravamento de nossa histórica desigualdade social, que confere distintas vulnerabilidades a grupos populacionais específicos, marcados pela interseção das determinações de classe, raça e gênero.

A agenda conservadora é transversal ao atual Governo Federal, que trabalha com a concepção de família heteronormativa, cisgênera, desconsiderando a multiplicidade de arranjos familiares contemporâneos e o contexto da desigualdade de gênero no país. Contrapondo-se a tal agenda, observa-se a mobilização e o posicionamento de diversos movimentos sociais que denunciam o caráter neofascista e negacionista do atual Governo Federal, apontando os problemas enfrentados.

Para enfrentar todo esse cenário dissociativo e alienador, defendemos um contraponto necessário quando pensamos na lógica de desenvolvimento. A noção de "bem viver" pode inaugurar um leque de possibilidades para a construção de um projeto emancipador em Fortaleza. Trata-se de um projeto que se produz a partir de histórias de lutas, resistência e propostas de transformações; de uma ideia que se funda a partir de experiências locais mas também dialoga com contribuições provenientes de diversas outras cidades e áreas do mundo. Tudo isso configurando uma multiplicidade de sujeitos, experiências e projetos democráticos de construção de sociedades sustentáveis em contextos urbanos.

É por isso que o "bem viver" é tão atual e necessário em um contexto urbano como Fortaleza. De certa forma, toda esta crise ética, econômica, social, política e cultural em que Fortaleza está imersa é reflexo de más escolhas que tão somente repetem modelos já fracassados, como o neoextrativismo, o neoliberalismo, a financeirização, o neodesenvolvimentismo e a reprimarização da economia em plano nacional e local.

A concepção de "bem viver" é uma filosofia em processo de construção, de caráter universal, que se origina na cosmovisão ameríndia e que está presente nas mais variadas culturas e contextos. Assim, o "bem viver" ou os "bons conviveres" são vivenciados pelos povos indígenas andinos, a exemplo dos Aimara (Bolívia) através do ideal da "Suma Qamaña" e dos Quechua (Bolívia e Equador) com a ideia de "Sumak Kawsay". Mas também são compartilhados pelos povos Guarani (Brasil, Paraguai), através da lógica do "Teko Porã", termo guarani que significa "belo caminho"; e pelos povos africanos com o termo zulu "Ubuntu", que significa "humanidade para os outros". Por fim, esse "bem viver" está presente na lógica do ecossocialismo, em seu redesenho que supera a visão tradicional de um socialismo produtivista e centralista do século 20.

O "bem viver" possui um papel decisivo na reconfiguração socioespacial das cidades, por considerar aspectos fundamentais como quem produz que tipos de configurações urbanas, em benefício e em detrimento de quem. A relação entre o Direito à Cidade e o "bem viver" localiza o redesenho da vida cotidiana e do imaginário sob uma outra perspectiva ótica e ética, e acena para uma profunda transformação cultural dirigida a outros sentidos de produção, circulação e consumo. Também propõe o aprofundamento da dinâmica democrática da participação; o evidenciamento da relação entre seres humanos e natureza; o entendimento da terra e da moradia como direitos humanos inalienáveis; a prioridade para os direitos coletivos; a concepção de uma economia baseada na comunidade; o exercício da cooperação, não da competitividade; e o respeito à multiculturalidade.

A atualização dos sujeitos do bem viver e o primado da política na Fortaleza da/e gente

São muitas e variadas as vozes que estão em sintonia com essa visão do "bem viver", como ecologistas, feministas, antirracistas, cooperativistas, marxistas e humanistas. Ela ainda se faz presente nas rodas de solidariedade do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais, entre sertanejos que convivem com o semiárido, povos do mar, indígenas e quilombolas. O "bem viver" também está presente na roda de samba, no coco, na roda de capoeira, nas cirandas, nos maracatus, nos grupos culturais negros da periferia e nos coletivos LGBTs. Está, inclusive, na Carta Encíclica *Laudato Si*, do papa Francisco, que trata do "Cuidado da Casa

Comum", bem como em diversas outras manifestações religiosas pautadas pela solidariedade e pelo humanismo.

Os sujeitos que potencialmente protagonizam o "bem viver" são sujeitos de larga e profunda trajetória, ainda bastante desconhecida e, inclusive, marginalizada. São tenazes em suas resistências a um colonialismo que dura mais de quinhentos anos; e seguem imaginando e forjando um futuro distinto que muito poderia contribuir com os grandes dilemas da atualidade. São pessoas, portanto, que plasmam uma busca de alternativas de vida construídas no calor das lutas pela emancipação e pela vida.

Esses sujeitos também habitam nossa Fortaleza, essa cidade essencialmente diversa, com uma trama social complexa e uma capacidade criativa incrível. Nas ruas, praças, praias e outros espaços, pulsa uma cidade que se confronta com a cultura privatizadora e especuladora que foi imposta como força predominante nas últimas décadas - e que é absolutamente massacrante tanto do ponto de vista da vida material quanto das subjetividades de indivíduos e coletividades. Nesse sentido, é preciso confrontar a dinâmica atual de um governo que pavimenta a estrada para as grandes corporações, que logram enormes benefícios em seu favor, ao mesmo tempo em que aumenta de forma escandalosa nossa desigualdade social e causa prejuízos sem tamanho para a maior parte da população.

Vale ressaltar que a emergência dessa concepção de "bem viver" é eminentemente política. Não é possível, de maneira efetiva, apresentar soluções estritamente "técnicas" para os dilemas de nossa cidade, até porque a técnica também é política. As eleições municipais, portanto, não são a busca pelo novo gerente de um projeto de sociedade que tem causado tantos problemas; mas são um processo de escolha de um outro projeto para a cidade. Fortaleza deve ser construída a partir do âmbito comunitário, impulsionada por um projeto de transições movidas por novas utopias. Uma outra cidade possível e deverá ser pensada e organizada comunitariamente, a partir da afirmação dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e das comunidades – e dos Direitos da Natureza.

O "bem viver" traduz assim ideias que estão em curso neste exato momento, promovendo a interação, mescla e hibridização de saberes e sensibilidades; e também compartilhando motivações similares, tais como a crítica ao desenvolvimento ou a busca de uma outra relação com a natureza que não seja a de alienação ou de domínio. São bons conviveres, já que diversos e múltiplos, apropriados a cada realidade.

A Fortaleza de toda a gente no centro da imaginação das novas políticas para a cidade

Para construir esse "bem viver" é necessário repensar a economia, para que busque seu reencontro com a natureza e atenda às demandas da sociedade, não às do capital. Para obter essa

transformação civilizatória, é preciso inicialmente desmercantilizar a cidade, ou pelo menos enfrentar a dominação dos interesses do capital frente aos interesses das pessoas.

A principal preocupação dos economistas ortodoxos tem sido combinar trabalho, capital e recursos naturais para assegurar um crescimento econômico sustentado em uma maior acumulação material, sem se preocupar com aspectos como a solidariedade e a sustentabilidade. Esse empenho é o que provoca os resultados nefastos que se observam largamente em nossos dias e que afetam a maioria da população e o ambiente. Com o fim de enfrentar essa visão ortodoxa da economia, em quaisquer de suas versões, Fortaleza precisa abrir espaço para uma grande transformação, não apenas nos aparatos produtivos, mas também nos padrões de consumo.

É preciso consumir diferente, melhor e, em alguns casos, menos, obtendo melhores resultados em termos de qualidade de vida. É necessário buscar alavancar outra lógica econômica, que não implique na ampliação permanente do consumo em função da acumulação do capital. Ou seja, a proposta econômica inspirada no ideal do "bem viver" tem de se basear em uma crescente autodependência comunitária, superando o consumismo e o produtivismo.

A insistência no modo atual de organização da sociedade e da economia nos conduzirá a catástrofes climáticas e à aniquilação da humanidade. Precisamos redirecionar esse modelo, como forma de atender às necessidades das pessoas sem destruir os sistemas naturais de sustentação da vida. *Dessa maneira, não é o lucro o objetivo que deve nos orientar, mas a vida.* Essa outra economia a que nos referimos é uma economia sustentada em princípios como a solidariedade e a sustentabilidade, além da reciprocidade, a complementaridade, a responsabilidade, a integralidade, a ideia de que todos os seres vivos somos necessários. Para alcançar solidariedade e sustentabilidade, é preciso superar e desviar dos caminhos que levam à devastação social e ambiental dominantes.

A partir da ideia de solidariedade, busca-se outro tipo de relações de produção, de intercâmbio, de consumo, de cooperação, de acumulação de recursos financeiros, de distribuição de renda e riqueza e dos fatores de produção.

Nesta nova linha de ação, temos de pensar em fortalecer os esquemas de autogestão e cogestão nos mais variados tipos de empresas, procurando fazer com que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam também sujeitos preponderantes e decisivos na condução de suas diversas unidades produtivas. Precisamos igualmente impulsionar os princípios feministas de uma economia voltada ao cuidado da vida, baseada em cooperação, complementaridade, reciprocidade e solidariedade, valores que estão colocados na ordem do dia do debate público. São concepções relevantes para as mulheres e para toda a sociedade. Como parte desse processo de construção coletiva do "bem viver", são exigidas novas abordagens feministas em que se traduzam e se explicitem os conceitos de autonomia, soberania, dependência, reciprocidade e equidade.

A redistribuição da riqueza – do solo urbanos e da água, por exemplo – e a distribuição da renda, com critérios de equidade, assim como a democratização do acesso aos recursos econômicos, tais como o crédito, estão na base desta economia solidária. As finanças devem cumprir um papel de apoio ao aparato produtivo em vez de ser mais um instrumento de acumulação e concentração da riqueza, como ocorre com a especulação.

As finanças populares são promotoras do desenvolvimento e incentivam a criação de poupança interna e a propulsão de economias produtivas de características solidárias. As cooperativas de poupança e crédito devem receber tratamento preferencial, bem como as diversas formas de poupança popular.

Esta nova economia consolida a prevalência do interesse público sobre os recursos estratégicos, mas, ao mesmo tempo, estabelece uma dinâmica de uso e de aproveitamento desses recursos a partir do princípio da sustentabilidade, com a necessidade de mecanismos sociais de regulação e controle pela população. Igualmente, considera as diversas formas de fazer economia: estatal, pública, privada, mista, comunitária, associativa, cooperativa etc. Por fim, considera a função social da propriedade tanto quanto sua função ambiental.

Diferentemente do que impunha o pensamento neoliberal, é imprescindível recuperar as noções de "público", "universal", "gratuito" e "diverso" como elementos de uma sociedade que busca sistematicamente a liberdade, a igualdade e as equidades, assim como a solidariedade, enquanto elementos fundantes do "bem viver".

Nesse sentido, é essencial oferecer seguridade social para todas aqueles/as que dela necessitam e que não dispõem de recursos suficientes. Por isso, consideramos urgente a necessidade de uma reforma tributária nacional que alcance os municípios e que permita obter esses recursos dos segmentos com maior renda. O que está em jogo é uma permanente disputa de poder e os municípios devem entrar em campo neste debate.

É necessário priorizar os investimentos em educação e saúde, redefinidos de maneira que possam levar à construção de um "bem viver" coletivo – e não a uma reedição do mundo da competição e da acumulação infinita. Direitos fundamentais ligados à educação e à saúde serão serviços gratuitos. A gratuidade no acesso à justiça também é da maior relevância. É necessário que a seguridade social seja universal; e não privatizada. Todo esse esforço no âmbito social se complementa com ações orientadas a superar tanto o machismo como o racismo, bem como toda forma de exclusão social.

Todas as pessoas devem ter direito a uma vida digna, que permita assegurar saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso, lazer e ócio, atividades físicas, vestimenta, segurança social e outros serviços. As equidades serão provenientes de um processo que reduza dinâmica e solidariamente as desigualdades

existentes em todos os âmbitos da vida humana, especialmente no econômico, social, intergeracional, de gênero, étnico, cultural e regional.

Em Fortaleza, cerca de 204.177 famílias se situavam em situação de extrema pobreza em 2019. Ou seja, possuíam renda familiar mensal de R\$ 89,00. Outras 39.728 famílias estavam em situação de pobreza, com renda familiar mensal de R\$ 178,00. São números escandalosamente altos, mas que consideram apenas os registros formais, pois referem-se às famílias inscritas junto à Prefeitura no Cadastro Único - ferramenta do Sistema Único de Assistência Social, sob administração do Governo Federal, que identifica e caracteriza a população de baixa renda para inserção nos programas sociais. Nossa tragédia social e humanitária, portanto, é ainda maior.

É importante destacar que a desigualdade não se manifesta tão somente a partir de rendimentos econômicos, mas pela distribuição desigual das infraestruturas urbanas. Para ilustrar, basta lembrar do estudo do IPEA que localizou que os 10% mais ricos em Fortaleza possuem três vezes mais facilidade de deslocamento para acessar oportunidades de emprego em relação aos 40% mais pobres.

Nosso desafio, portanto, passa por repensar Fortaleza, redesenhá-la e reorganizá-la a serviço das pessoas. Queremos construir uma Fortaleza efetivamente da gente, edificando, para isso, outras relações entre o urbano e o rural, entre as cidades e a natureza.

Dentro da perspectiva do "bem viver", é importante considerar também temas como a importância do debate energético em uma cidade como Fortaleza, na medida em que serve para transformar as estruturas do produtivismo e do consumismo avassalador que movimentam e aprofundam a desigualdade em nossos dias. A energia pode ser uma ferramenta para incentivar a transferência de riqueza, necessária à construção de equidades sociais e ambientais; e para nos conduzir à elaboração de outros padrões de produção, consumo, transporte e distribuição.

Os recursos energéticos fósseis são finitos, os gases resultantes de seu uso agravam a profunda crise ecológica global em curso e suas reservas encontram-se em alguns poucos lugares do planeta, o que conduz a pressões bélicas e desigualdades. É preciso, portanto, aplicar respostas aos devastadores efeitos das **mudanças climáticas** e às crescentes marginalizações e violências sociais decorrentes dessa matriz energética. O **aquecimento global** é fruto da utilização intensiva dos combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão), que têm sido a principal fonte de energia na era industrial. Há a necessidade de substituir a energia produzida com **combustíveis fósseis** pelas energias renováveis – solar, eólica (ventos), oceânica, geotérmica etc. No entanto, não basta trocar de energia, é preciso trocar também o modo como ela é produzida. A energia tem de estar a serviço da sociedade, da comunidade, das pessoas.

Em contraposição às tendências do aquecimento global e do uso intensivo de fósseis, podemos alavancar uma economia solar que promova a descentralização da geração de energia, o

que permitiria o crescente controle comunitário do sistema energético, ao mesmo tempo que melhora a condição econômica das populações empobrecidas - através da eliminação, por exemplo, de suas contas de energia.

É preciso também conceber a cidade centrada no bem estar das pessoas, não dos carros. E, com isso, pensar a mobilidade humana tendo como principal referencial as necessidades de deslocamentos cotidianos das pessoas, não dos automóveis. Nesse sentido, um novo desenho para os transportes urbanos se faz necessário. Um desenho de caráter multimodal, diversificado e público – apoiado principalmente nos trilhos (trem, metrô, bonde/VLT) e também em linhas de ônibus com vias preferenciais, corredores exclusivos para transporte público, ciclovias integradas e expansão do uso seguro de bicicletas para a periferia; e áreas de bairros e ruas destinadas aos pedestres.

Igualmente temos o desafio de impulsionar a construção das habitações de modo que os materiais utilizados possam efetivamente poupar e gerar energia. Seguindo a lógica que anima a Fortaleza da gente e do bem viver, é preciso repensar a própria fabricação de bens e o seu descarte ou desmonte. A construção dos edifícios e prédios deve ser feita utilizando materiais que permitam, no futuro, sua reutilização e seu reaproveitamento. Os equipamentos devem ser produzidos de tal forma que possam ser desmontados e todas as suas partes reaproveitadas. Devem ser feitos de modo a poderem ser consertados e reutilizados, em vez de descartados.

Dessa maneira, surge com força o tema dos bens comuns, entendidos como bens que pertencem, são de usufruto ou são consumidos por um grupo mais ou menos extenso de indivíduos ou pela sociedade em seu conjunto. Os bens comuns podem ser sistemas naturais ou sociais, palpáveis ou intangíveis, distintos entre si, mas comuns, pois foram herdados ou construídos coletivamente. Para a defesa e o aproveitamento efetivo dos bens comuns, é necessário posicionar as discussões políticas dentro de uma agenda ampla e participativa. Isso obriga a identificar e definir o caráter comum de cada um desses bens. É indispensável proteger as condições existentes para dispor dos bens comuns de forma direta, imediata e sem mediações mercantis. Há que se evitar a privatização dos bens comuns que já existem e também dos que precisamos desenhar, experimentar e produzir - no caso dos bens comuns de natureza intelectual, há que fazer com que seu acesso seja livre e aberto.

Nossa água doce está sendo utilizada em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição e a perspectiva atual é de privatização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento. Além disso, a água está sendo poluída pela **falta de saneamento** (despejo de esgotos diretamente nos rios), pelos agrotóxicos, pelas indústrias e pela mineração (na qual muitas vezes são usadas substâncias químicas). Nossos alimentos são cada vez mais contaminados pelos pesticidas e herbicidas – o **Brasil** é o maior consumidor de **agrotóxicos** do mundo, à frente dos EUA.

Em várias áreas e setores, temos diversos acúmulos e acervos que apontam soluções e enfrentamentos possíveis. Por exemplo, no caso da alimentação, podemos abandonar a agricultura à base de **agrotóxicos** e transgênicos e produzir alimentos saudáveis em hortas urbanas verticais e localizadas em áreas públicas e privadas a serem mapeadas e disponibilizadas, promovendo a agroecologia, organizando rede de produtores e consumidores, e locais de comercialização como as feiras agroecológicas

É preciso conceber um Direito à Cidade através da lógica de toda a gente e do "bem viver", convidando a reacender o imaginário social no contexto informacional da cidadania em rede. É preciso pois estimular o rompimento radical com a forma pela qual as cidades do capital são produzidas. E isso se dará a partir de uma revolução tanto da vida cotidiana quanto da gestão urbana.

A cidade que queremos construir utilizará as tecnologias da informação e da comunicação para o planejamento democrático, inclusive do uso dos bens comuns, a favor da população e de melhorias na qualidade de vida, bem como para redução de gastos públicos e para a transparência na relação entre governo e cidadãos. Sempre procurando responder da melhor forma à reconfiguração das relações sociais e à crescente importância da mediação tecnológica.

Embora consideremos que exista na atualidade importante apropriação do espaço informacional pelas grandes corporações e pela prevalência de seus conteúdos e interesses, o que acaba por subalternizar o usuário, a exemplo da captura e expropriação dos dados privados, sabemos que as tecnologias podem ser projetadas e utilizadas para outros fins. É preciso pensar o comum em relação com as redes, em um movimento de iniciativas cidadãs a partir de um Fortaleza do bem viver em sua formação de redes, viabilizando mais acesso e estimulando o empoderamento digital da população.

Certamente, os princípios básicos de reciprocidade, redistribuição e solidariedade exigem ser construídos em todos os espaços possíveis da vida em comunidade, começando pelos lares e escolas, além de diversas outras instâncias da vida dos seres humanos. Não podem ser confundidos com caridade em meio a um ambiente de crescente iniquidade.

Desse modo, o programa que ora apresentamos é uma produção provisória e inicial, uma vez que desde o ciclo programático de debates virtuais aberto a participação dos fortalezenses, a plataforma colaborativa disponibilizada em nosso site para colher sugestões e ainda durante a campanha daremos seguimento ao debate público e à sua construção participativa e colaborativa. Entendemos como nosso papel o de convocar a sociedade ao debate para apresentar sua visão de mundo, opções estratégicas, princípios e ações — e com ela dialogar, buscando um rumo comum.

Enfim, o caminho que apresentamos tem cara, cor, cheiro, e sabor de utopia. Exatamente. Precisamos escrever todos os rabiscos possíveis de uma utopia que ainda será construída. Uma

utopia que implica a crítica da realidade sobre princípios forjados no "bem viver". Queremos uma Fortaleza da gente, uma cidade que cuida de todos e todas, investindo mais do que nunca em gastos sociais, habitação e políticas de saúde e educação. Queremos uma cidade justa que trabalhe para reduzir a desigualdade e colocar as pessoas no centro. Uma utopia que, por ser um projeto de vida solidário e sustentável, deve ser uma alternativa imaginada coletivamente. E que, por ser construída a muitas mãos, deve conquistar o coração de Fortaleza, sua insubmissão e seu atrevimento.

2 - CIDADE JUSTA

A Fortaleza que propomos é uma cidade mais humana, justa, fraterna e coesa, onde nenhuma vizinhança ou região fica pra trás. Nela, a juventude sai às ruas cheia de sonhos, porque há um futuro que vislumbram e os jovens têm seu lugar. Idosos e idosas se sentem acompanhados e cuidados e desfrutam das praças, parques e calçadas. Na Fortaleza justa e necessária os moradores e moradoras possuem uma renda básica, há mais empregos, mais renda. E também mais impostos para mais ricos. Em compensação, há mais serviços públicos de qualidade para todos e todas. É uma cidade que cuida, investindo mais do que nunca em gastos sociais, habitação e políticas de saúde e educação. Queremos uma cidade justa e vamos alcançar isso trabalhando para reduzir a desigualdade e colocando as pessoas no centro das políticas públicas.

2.1 Um olhar interseccional sobre a produção e distribuição de riqueza

Para nós, a discussão sobre a economia e o trabalho sempre foi muito cara. Pensar em novas relações entre trabalhadores e a riqueza que eles mesmos produzem é central para a reconstrução de uma cidade ligada às práticas do "bem viver" e que expresse minimamente condições mais justas de vida. Nesse sentido, é preciso que possamos cultivar formas de trabalho que potencializem os agentes protagonistas da produção da riqueza. Vislumbramos um trabalho que invoque autonomia, soberania, reciprocidade, equidade, cooperação e solidariedade. Faz-se necessário transformar profundamente a forma como a riqueza é produzida e distribuída no âmbito da cidade.

O que vemos, de fato, são práticas que vão exatamente no sentido contrário ao que desejamos. Cada vez mais, o atual modelo de crescimento econômico produz desigualdades sociais, de modo que bancos e outros agentes do capital conseguem manter elevadas taxas de lucro mesmo em momentos de profunda crise econômica como a que estamos vivendo. Enquanto isso, as famílias brasileiras comprometem grande parte do que ganham com habitação e alimentação, isso, quando têm a "sorte" de encontrar quem compre sua força de trabalho. Por outro lado, os altos níveis de desemprego empurram os salários para baixo.

É nítido que há um agravamento progressivo da relação capital-trabalho, com a perda de direitos, a precarização etc. A hegemonia do neoliberalismo e a pandemia da COVID-19 aceleram esse processo que já era brutal mesmo antes da necessidade do isolamento social e a consequente redução ainda maior da atividade econômica. Quem vive, quem morre, quem trabalha, quem se lucra, quem se expõe e quem se protege, essas são variáveis deste contexto que expõem o caráter interseccional da política econômica. A economia relaciona-se com a saúde, com a educação, com a cultura, com o debate geracional, com as mulheres, com a raça, classes sociais etc.

A economia, enquanto instância social, atravessa e é atravessada, inevitavelmente, por diversas dimensões da vida, como a saúde, a cultura, a política, a natureza etc. É por isso que

uma gestão municipal preocupada com a elevação da qualidade de vida das pessoas que habitam a cidade precisa ter um olhar estratégico no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, sobretudo, ao modelo adotado. O cenário era inimaginável há bem pouco tempo atrás. A crise é profunda e parece ser de longa duração, agravando ainda mais as dívidas históricas para com as populações subalternizadas como mulheres, negros e negras, indígenas, deficientes físicos, homossexuais, etc.

O aumento da pobreza e do desemprego também saltam aos olhos e se expressam de forma mais latente com o aumento do número de pessoas em situação de rua e pedintes. A crise só não está mais exposta neste momento por conta do auxílio emergencial, que só existe concretamente graças à pressão da sociedade civil e do parlamento brasileiro, já que não era de interesse do Governo Federal que o mesmo tivesse o valor de R\$600,00 mensais. Se não fosse o auxílio, a situação da economia estaria muito pior, sobretudo pela incapacidade das famílias mais pobres de consumirem e os efeitos negativos da redução do consumo sobre a economia.

Compreendemos os limites de uma política econômica na escala da gestão municipal. Contudo, defendemos ser possível e urgente que Fortaleza tenha um plano de ação concreto, construído com participação popular e que dê conta de aumentar o nível de atividade econômica, trazendo para a esfera produtiva centenas de milhares de trabalhadores/as que hoje se encontram “ociosos/as”, dado o alto nível de desemprego. E isso é possível por intermédio de um melhor planejamento do trabalho social.

2.2 Enfrentamento à crise econômica

Fortaleza é mais uma das grandes cidades deste lado do mundo que sofrem com as mazelas do capitalismo contemporâneo e com as consequências das direções políticas do último século. A capital, que, ao final do século XIX, ainda era uma cidade de relativa industrialização, viveu a experiência da tentativa de criação de pólos fora do Eixo Rio-São Paulo pelo movimento articulado via SUDENE após o colapso industrial dos anos 1930, que inclusive teve como consequência a migração de muitas famílias do interior do estado para a capital em busca da promessa do emprego seguro e moderno. Promessa essa que evidentemente as abandonou e que já nasceu com uma massa salarial reduzida em quase dois terços com relação ao que se pagava no Sul e no Sudeste do Brasil à época.

É importante se dizer que Fortaleza sempre teve a maioria do seu povo inserido no mundo trabalho por meio da informalidade, sendo que hoje essa expressão é ainda mais significativa. Estima-se que 70% da nossa economia está ligada ao setor de serviços e mais da metade está na informalidade. São cerca de 350 mil jovens que não estão estudando nem trabalhando. São mais de 200 mil famílias em situação de pobreza e cerca de 1 milhão de pessoas inscritas no CadÚnico.

O desemprego chega ao número de 150 mil pessoas, fora aqueles que já desistiram de procurar vagas, o que tem aumentado nos últimos meses de pandemia. Fortaleza está entre as dez

maiores taxas de desocupação do Brasil e aqui os ricos têm três vezes mais acesso ao emprego do que os pobres, sendo a nossa capital a mais desigual nesse aspecto em todo o país. Essa é a Fortaleza em que nos encontramos: da informalidade, do subemprego e da pobreza.

Cabe a nós, nesse sentido, buscar a construção de políticas públicas que tenham como alvo o desenvolvimento local e que proporcionem melhores condições de vida para sua população, com dignidade e autonomia para os trabalhadores. Precisamos congregar produtores e produtoras em torno dos nossos territórios, fomentando a criação de cooperativas que sejam capazes de gerar renda para nossas comunidades, além de elevar a escolaridade das pessoas, ampliar sua qualificação tecnológica e incentivar a incorporação de tecnologias por esses lugares.

Um dos nossos principais papéis é nos colocar em condições de enfrentar o colapso econômico, climático-ambiental e humanitário que parece se aproximar. Precisamos investir na criatividade para esta resistência. Precisamos de alta qualificação **sociocultural** e não apenas formar os nossos jovens focados na criação de empregos industriais que possivelmente não retornarão a crescer, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico da quarta revolução industrial.

A Prefeitura de Fortaleza pode construir, como alternativa econômica, uma profunda transformação cultural e alimentar. Neste momento em que vivemos uma grave inflação dos alimentos, podemos pensar na soberania alimentar como um princípio indispensável, valorizando a produção e o consumo interno da população de Fortaleza, incentivando a agricultura urbana e periurbana, apostando numa economia circular, racional e sustentável, reduzindo a nossa pegada de carbono. O mesmo pode se dar com relação à oferta de serviços comunitários que visem a socialização do trabalho doméstico, com o apoio à criação de cozinhas, lavanderias e creches, por exemplo. Construir a Fortaleza do Bem Viver é sobretudo cuidar bem da vida e da saúde das pessoas em todas as dimensões. Afinal, essas são a nossa principal riqueza!

Outra estratégia a se pensar é a da reconversão da economia e dos empregos tendo em vista a conjuntura específica da crise que atravessamos. Buscar um deslocamento da força de trabalho precária para áreas sociais, de construção de transição energética, de formulação e implementação de energias renováveis, de proteção ambiental, de desenvolvimento de tecnologias da informação e de criação de segurança alimentar, além da priorização da fabricação de equipamentos indispensáveis para a saúde da nossa população durante a pandemia como os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Entra aqui também a conversão do modelo de turismo atualmente adotado, que privilegia megaeventos e megaempreendimentos (a exemplo do Acquário Ceará - que contou com o apoio da PMF). É preciso mudar a estratégia de também pensar o conhecido potencial do turismo de nossa bela cidade saindo cada vez mais de um modelo predatório e caminhando em direção a outras formas inspiradas no turismo comunitário, cultural, histórico, esportivo e ecoturismo.

É preciso garantir que a cidade seja acessível aos trabalhadores. Que ela seja de uma circulação possível. Que tenhamos comida, crédito, arte, cultura, transporte, emprego e respeito. Um outro norte é possível. Para tanto, elaboramos algumas propostas neste programa. Queremos uma cidade em que haja renda básica e dignidade máxima!

2.3 Direito ao trabalho, renda e proteção social

A identificação do desmonte das políticas do trabalho, como um aspecto do processo de exclusão social, representa um passo importante para um plano de governo para Fortaleza. São milhares de trabalhadores que sofrem com o desemprego ou enfrentam a “economia de bicos” como estratégia de sobrevivência na capital cearense.

O descaso com a política do trabalho tem reflexos tanto na centralidade quanto na periferia da cidade. Uma das poucas ações do poder público municipal com relação àqueles/as que estão na economia informal são as ações de repressão aos trabalhadores que, por falta de lugares mais adequados, são obrigados a ocupar os espaços públicos (calçadas, praças ou ruas). Aliás, esse é um conflito que se arrasta há décadas.

Como consequência desse movimento de desmonte das políticas e dos direitos do trabalhador, a cidade se tornou mais desigual e violenta. O número de homicídios entre os jovens é alarmante, ainda que boa parte das vítimas não tivesse qualquer envolvimento com a criminalidade, contudo, continham experiência de trabalho, mesmo que em posições de vulnerabilidade social e sem qualquer tipo de proteção social e trabalhista.

Embora a necessidade de ação combinada entre as políticas de assistência social e de trabalho não seja nenhuma novidade, a conjunção coordenada dessas ações praticamente não ocorreu, nos mais diferentes governos. Outra grande ausência é a falta de ações coordenadas em nível regional, junto aos demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza.

Importante também reafirmar que frente à grave crise econômica e sanitária que se alastrou nos últimos meses, os programas de transferência de renda devem manter uma relação estreita com a política de inserção progressiva dos trabalhadores desempregados no “mundo do trabalho”, para que as medidas de combate à exclusão social sejam mais eficazes e que se busque a autonomia em detrimento da necessidade de apoio do Estado. Entendemos as políticas de renda básica como emergenciais, urgentes e necessárias, contudo elas não são um fim em si, mas uma política humanitária e ao mesmo tempo econômica, dado que a propensão ao consumo dessas famílias é total, movimentando, inclusive o mercado local, pequenos comerciantes, serviços etc. Ou seja, onde realmente interessa: na base da economia.

Assim, torna-se necessária o desenvolvimento de ações que combinem as políticas de assistência social com as do trabalho numa perspectiva mais inclusiva daqueles que vivem à margem dos mecanismos de proteção social e no cotidiano do município de Fortaleza. Isso passa diretamente por construir um novo modelo de política tributária que pense no povo e em suas demandas como grande prioridade. O Estado pode ser, portanto, um impulsionador de melhorias na distribuição da riqueza social que é produzida na cidade.

Em âmbito nacional, nosso partido, o PSOL, está desenvolvendo a campanha "Renda justa - o básico tem de ser permanente". Trata-se de um esforço legislativo e de sensibilização da população que pretende garantir **que cada brasileiro e brasileira tenha uma renda mínima para sobreviver**. A ideia é gerar renda, combater a pobreza, dinamizar a economia, estimular o consumo, produzir investimentos e abrir novos postos de trabalho. **Tudo isso é possível com a chamada renda justa.**

Proposições

Políticas populares para o trabalho e a renda

- Viabilizar com urgência um programa de renda básica para a população em situação de extrema pobreza em Fortaleza;
- Rever tributos como ISS, ITBI, IPTU, as taxas de resíduos sólidos, as taxa dos contratos de ônibus com o intuito de reconstruir as prioridades desta cidade em um novo modelo de como se arrecada e com o que se gasta, no intuito de vivermos numa cidade, de fato, popular;
- Incentivar a reconversão de empregos precários para papéis sociais fundamentais no combate à crise sanitária, econômica e humanitária, garantindo o emprego dessas pessoas e deslocando seus papéis para funções primordiais no combate ao colapso social;
- Elaborar programas de criação de microcrédito para jovens empreendedores, que provoquem iniciativas voltadas ao comércio comunitário ou ao desenvolvimento do seu território. É função nossa também oferecer consultorias e capacitações para o sucesso destas iniciativas;
- Regulamentar o serviço prestado por trabalhadores de aplicativos diversos, tributando as empresas adequadamente de modo que possa ser possível construir um fundo municipal de apoio a estes trabalhadores. Os usos do fundo devem ser pensados coletivamente pelos trabalhadores, podendo ir desde o investimento em qualificação profissional até o complemento do pagamento de despesas com saúde;
- Criação de um Fundo Municipal para incentivo ao empreendedorismo juvenil;
- Apoiar a criação de conteúdos digitais, investindo na revelação de novos produtores de conteúdo.
- Parcerias com MST, associações e cooperativas de pequenos produtores, e outros movimentos sociais que atuem na prática da agricultura familiar, com o intuito de fazer circular suas raízes. É fundamental que a população fortalezense tenha acesso à alimentação saudável e orgânica, inclusive nas merendas escolares da rede municipal;
- Incentivar a construção de hortas comunitárias nos territórios fortalezenses;
- Fomentar a criação de feiras populares e “sacolões” para que a o povo consiga encontrar alimentos saudáveis e acessíveis ao seu poder de consumo;
- Facilitar a utilização de placas solares, aerogeradores de pequeno e médio porte para moradias populares;
- Promover a inclusão de travestis e transexuais no mundo do trabalho, estabelecendo parcerias, oferecendo capacitação qualificada e salário digno;

- Aumentar a fiscalização sobre empresas que diferenciam salarialmente seus funcionários por questões de gênero ou étnicas, incentivando as práticas paritárias e de respeito entre todos;
- Cobrança das dívidas ativas do município com as grandes empresas, ampliando a capacidade de investimento da Prefeitura;
- Transporte público e gratuito para trabalhadores desempregados com disponibilização de Passe Livre para que a população mais carente tenha garantido seu direito à cidade. As frotas devem ser também seguras para os trabalhadores no contexto da pandemia.

Trabalho cooperativo

Pensar numa perspectiva de trabalho cooperativo é pensar nas possibilidades de se aumentar o grau de sociabilidade e de participação de parcelas de desempregados e subempregados. É possível pensar na geração de renda para os envolvidos direta e indiretamente nessas atividades econômicas. Pensamos em alguns pontos concretos:

- Criar programas de incentivo e acompanhamento à Cooperativas ou associações de trabalho e produção;
- Criar programas de fomento à produção de tecnologias que incentivem o comércio local nos territórios da cidade, gerando novas possibilidades, por exemplo, de *e-commerce*;
- Incentivos fiscais ou tributários à iniciativas em cooperativas;
- Fundo municipal e crédito para aquisição de tecnologia, formação técnica e política e compra comum de equipamentos;
- Organização logística de centrais de comercialização da produção de empreendimentos da economia solidária em Fortaleza;
- Programa de compras governamentais de bens e serviços. Viabilizar a prestação de serviços como construção civil/obras públicas; serviços de eletricidade, bombeiro hidráulico, limpeza de ruas e terrenos; serviços técnicos especializados;
- Produção e comercialização de bens: confecção, alimentos, artesanato, fabricação de tijolos com resíduos da construção civil, fabricação de mobiliário; agricultura urbana;
- As cooperativas podem trabalhar nas obras do município

Coleta seletiva

- Construir um programa amplo de coleta seletiva domiciliar, comercial e industrial;
- Organizar fontes de renda via coleta seletiva para pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho;
- Promover campanhas educativas permanente de mobilização das famílias, do comércio e da indústria, voltada para a coleta seletiva.
- Os produtos da coleta devem ser destinados à comercialização pelas associações e cooperativas de separadores e separadoras de resíduos sólidos recicláveis.
- Criar centros de recepção e comercialização de materiais recicláveis, viabilizando que sejam administrados pelas associações ou cooperativas dos separadores e separadoras, os

quais também são responsáveis pela comercialização. Importante salientar que a perspectiva gradativamente deve ser de retirar os “catadores de rua” da situação de rua.

População de rua

- Desenvolver política de redução de danos para a população de rua com uso abusivo de drogas — com ênfase nas modalidades de tratamento aberto e política de redução de danos realizada pelos consultórios na rua, modelo já experimentado com sucesso em outras capitais do país;
- Investir num diálogo permanente com a sociedade visando à superação da estigmatização e discriminação, ao mesmo tempo em que se deve garantir e fortalecer a participação da sociedade civil no comitê de monitoramento;
- Garantir o direito à habitação não pode ser pensado de modo isolado dos outros direitos, como o direito ao trabalho e à assistência social;
- Promover programa de coleta seletiva direcionado às organizações de catadoras e catadores e população de rua que realizam esse trabalho há muito tempo e contribuem para o bem viver de toda a sociedade fortalezense; além disso, é fundamental que os catadores e catadoras tenham formação a respeito da importância da destinação dos resíduos sólidos;
- Equipar as associações e as cooperativas de catadoras e catadores, buscando isenção para esses coletivos; é importante também a fomentação de pontos de apoio para estas pessoas;
- Articular e criar grupos de economia solidária (associações, cooperativas, grupos de produção) para o enfrentamento ao desemprego das pessoas em situação de rua;
- Elaborar projetos de capacitação profissional para buscar novas oportunidades de trabalho ou ocupação e geração de renda;
- Criar condições que facilitem a retirada de documentos para as populações de rua;
- Ter uma política de atenção voltada para questões específicas da saúde, como problemas com tuberculose, HIV, hanseníases, dentre outros;
- Criar — compreendendo o caráter heteronormativo dos abrigos — condições especiais para a convivência para as mulheres trans e as travestis que, hoje, são mais vulneráveis e sofrem diversos tipos de discriminação.

Serviço público municipal

- Valorizar o servidor público, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, revisão de plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
- Realizar concurso público para os/as profissionais que atuam na efetivação das políticas sociais de Fortaleza, com salários dignos e boas condições de trabalho.

- Fim das terceirizações e da prestação dos serviços por Organizações Sociais (OS), com extinção de fundações privadas de direito estatal na gestão pública.
- Criar um Plano Municipal de Previdência Social, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;

2.4 Direito à saúde: um olhar interseccional sobre a vida

2.4.1 - Conjuntura política, determinação social e saúde coletiva

Compreendemos que a conjuntura política, o conjunto de determinações sociais em saúde e os marcadores sociais da diferença, como a pobreza, as diversas formas de violência, a desigualdade de gênero, a vulnerabilidade social, econômica e política, a heteronormatividade compulsória e as questões de gênero, raça e classe aprofundam as desigualdades sociais em saúde.

Um olhar interseccional sobre a saúde e sobre as cidades é uma urgência, e traduz o desafio que precisa ser enfrentado e encarado na contínua construção desses lugares. O melhor caminho para enfrentar a pandemia, como se pode observar, é a visão integrada da ciência e da saúde. Afinal, a pandemia é a um só tempo um fenômeno biomédico, social e ambiental.

É nesse contexto histórico que identificamos os problemas de saúde e nos sistemas de saúde. Para pensar o sistema de saúde e os dispositivos de atenção à saúde, a atuação que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) deseja construir considera a necessidade de superação do neofascismo, da agenda ultraneoliberal, do pensamento conservador, das desigualdades sociais em saúde e dos marcadores sociais da diferença.

2.4.2 - Princípios orientadores do programa de saúde do Partido Socialismo e Liberdade

Compreendemos como princípios orientadores de construção do programa de saúde do PSOL Ceará a proposta de reforma sanitária brasileira, a reforma psiquiátrica brasileira e a psiquiatria democrática italiana, com atuação no campo das determinações sociais da saúde e na superação das desigualdades sociais em saúde, com construção de estratégias de gestão participativa e democrática, com fortalecimento da participação popular em saúde, com defesa da democracia, da liberdade de imprensa e das instituições democráticas, com atuação em defesa da vida e contra o negacionismo científico.

Consideramos igualmente relevante que o setor de saúde mantenha um diálogo constante com a sociedade por meio de espaços de formulação, implementação e avaliação da política de saúde junto a universidades, trabalhadores de saúde, usuários dos serviços, movimentos sociais e entidades de representação bipartite e tripartite, como o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS).

Compreendemos ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) vive um processo de (des)financiamento crônico, produzido a partir da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016, que estabeleceu o congelamento do financiamento das políticas sociais por 20 anos. Assumimos o compromisso de executar integralmente os recursos estabelecidos constitucionalmente para a

gestão municipal de saúde e de atuar em busca de recursos financeiros que fortaleçam o SUS. E também compreendemos que, no campo das políticas de saúde, precisamos superar a atual agenda neofascista, ultraneoliberal e conservadora.

2.4.3 - Gestão do sistema municipal de Saúde de Fortaleza: a determinação social da saúde

Considerando os pressupostos de construção da política de saúde, compreendemos que a gestão de sistemas e serviços de saúde deve ser orientada pelos princípios de gestão participativa e democrática, segundo os quais todos os atores devem ser protagonistas dos processos de decisão do sistema municipal de saúde. Serão implantados dispositivos de gestão e planejamento estratégico situacional que possibilitem a construção do plano municipal de saúde e de estratégias de ação que dialoguem com universidades, trabalhadores de saúde, usuários dos serviços, movimentos sociais e entidades de representação bipartite e tripartite, como o CONASS e o CONASSEMS. Serão desenvolvidos dispositivos como o método da roda, que proporciona um espaço de construção horizontal entre todos os atores envolvidos no processo. A Secretaria Municipal de Saúde atuará junto aos movimentos sociais em saúde de Fortaleza, com o objetivo de fortalecer a democracia e a cidadania.

Compreendemos que devemos fortalecer os dispositivos de cogestão e transparência da administração pública com espaços para apresentação dos relatórios de gestão. E serão criadas estratégias voltadas à superação do autoritarismo, do clientelismo e do patrimonialismo, por meio de dispositivos de participação direta da população na gestão de sistemas e serviços de saúde, bem como de dispositivos de controle social de órgãos de regulação e da Ouvidoria do SUS.

2.4.4 - Atenção básica em saúde orientada pela ênfase no território e na determinação social da saúde

A atenção básica em saúde (ABS) consiste em uma política de base territorial, com enfoque na família, cujo objetivo é garantir a atenção à saúde diante dos problemas gerais da população. Dessa forma, atua a partir da Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), com o propósito de desenvolver ações integradas de clínica e saúde coletiva. Compreendemos a ABS como uma política de saúde estratégica do município, na medida em que proporciona promoção à saúde e prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de agravos de saúde.

Considerando essa centralidade da ABS, apontamos a importância da ampliação das equipes da ESF e das equipes dos NASF, buscando fortalecer o diálogo da ABS com as outras redes de atenção à saúde e as políticas sociais, fomentar o desenvolvimento da clínica ampliada e atuar por meio de abordagens comunitárias com vistas a uma atuação que promova a equidade em saúde e proporcione uma abordagem no âmbito da determinação social da saúde.

Considerando os aspectos supracitados, as ações da ABS devem produzir uma íntima sintonia entre clínica e saúde coletiva. Iniciamos com um processo de territorialização em saúde que busque superar a lógica do geoprocessamento físico, construindo uma leitura social, cultural, política e psicossocial do território e dialogando de forma participativa com a comunidade. Integrados com o processo de territorialização, serão desenvolvidos espaços participativos de

planejamento e avaliação entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as comunidades como estratégia de fortalecimento da gestão democrática e participativa. Tal processo ocorrerá de forma transversal ao longo dos 4 anos de gestão municipal.

A ABS será organizada por meio da clínica ampliada, buscando superar a lógica dos programas de saúde, com atuação a partir da integralidade da atenção à saúde articulada a outros níveis de atenção à saúde. Outra dimensão importante dessa abordagem consistirá nas ações intersetoriais e na participação popular em saúde, mediante diálogo com as demais políticas de saúde no território, no diálogo com os movimentos comunitários e no apoio à organização de conselhos de saúde locais nas UBS.

2.4.5 - Saúde mental e atenção psicossocial orientada pelos pressupostos da reforma psiquiátrica

Compreendemos que o princípio que orienta a política municipal de saúde mental é a proposta de psiquiatria democrática italiana e a construção de uma sociedade sem manicômios.

Apontamos a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de forma ampla, contando com diversos dispositivos de cuidado, como: atenção à saúde mental na ABS, organização da atenção à saúde de crianças e adolescentes na ABS, organização de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) voltado ao acolhimento à crise em saúde mental com hospitalidade noturna em casos mais severos, criação de Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), criação de Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi), organização de serviços de urgência psicossocial para acolhimento de crises psicóticas, desenvolvimento de espaços de acolhimento, manejo e atenção às demandas de suicídio, aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais, organização de centros de convivência que apoiem o processo de retorno dos usuários à vida social, desenvolvimento de processos de educação permanente em saúde voltados aos trabalhadores da RAPS, organização de concurso público para os profissionais da RAPS (para aumentar a cobertura e o acolhimento ao sofrimento psíquico em Fortaleza).

Também buscamos acabar processualmente com o cadastramento, o credenciamento e o encaminhamento envolvendo hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, à medida que os espaços de manejo dos casos de transtornos mentais severos sejam construídos e o manejo da crise em saúde mental possa ocorrer de forma efetiva na RAPS.

2.4.6 - Atenção especializada organizada a partir dos dispositivos da rede de atenção

O conceito de Atenção Primária à Saúde é internacional e se alicerça em uma ideia de solidariedade da qual se tem como premissa que a saúde é um bem inalienável do ser humano e como tal não deve estar a mercê de interesses econômicos, ou seja, garantir a saúde das pessoas dialoga com a premissa da dignidade humana.

No Brasil, este conceito de APS foi estabelecido quando do processo de criação do que se tornou a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e suas conexões principalmente através das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Portanto, é preciso que fique claro que os conceitos se aproximam, mas não são sinônimos. APS não é igual a ESF. Com isto dito é preciso ainda deixar claro que a ESF ocupa um local de destaque na organização de todo o sistema de saúde brasileiro: o SUS. É

a partir dela que todo o processo de cuidado deve ser feito e é nela que deve se concentrar o foco de todos os níveis de gestão, pois apenas com uma ESF fortalecida é preciso cuidar bem das pessoas no âmbito do SUS. Analogamente apenas com uma APS forte é possível existir um bom sistema de saúde que pretenda ser universal.

Os caminhos traçados historicamente para o fortalecimento da ESF e, por conseguinte, do SUS encontraram inúmeras barreiras e todas elas, sem exceção guardam relação com os interesses econômicos de um ou mais grupos que persistem em tirar proveito da saúde como algo que seja lucrativo. Foi assim na constituição de 88 quando se permitiram as brechas (concessões) ao setor privado de caráter complementar e assim hoje com a PEC de gastos ou a PEC da morte (EC 95/2016).

Portanto, o processo de fortalecimento transcende qualquer nível de gestão, pois a limitações impostas pelos interesses econômicos impactam diretamente na impossibilidade de termos uma saúde de qualidade para nossa população. Isto precisa estar claro a todas as pessoas e os mecanismos de construção e regulação do SUS precisam ser valorizados hoje mais do que nunca. Estamos aqui nos referindo às instâncias do controle social: os conselhos de saúde. Uma vez que estas instâncias sejam empoderadas, novos mecanismos legislativos podem ser criados a fim de que o campo da saúde se fortaleça. A longo prazo é preciso refletir que a ESF nos moldes como foi estabelecida na década de 90 não atende mais às necessidades de saúde das pessoas do século XXI. Já se vão mais de 25 anos e, infelizmente, o que temos testemunhado são retrocessos. A ESF é um marco na história da saúde humana, não apenas no Brasil. Ela é foco de estudos por todo o mundo assim como é o SUS. Precisamos valorizar todo o caminho que representou sua construção e assumir o papel de dar seguimento a este projeto ambicioso de levar saúde de qualidade a todos.

2.4.7 - Redes de atenção: modelagem das redes de atenção à saúde

O conceito das RAS (Redes de Atenção à Saúde) nasce ainda dos princípios da APS como dito anteriormente. São eles: Primeiro contato; Longitudinalidade; Integralidade; Coordenação; Abordagem familiar; Enfoque comunitário. As RAS representam, portanto, o princípio da Coordenação como essencial e complexa engrenagem do Sistema de Saúde. À

É preciso entender algo que no Brasil até hoje jamais se concretizou: o nível primário de atenção é o centro do aspecto coordenador, ou seja, em termos estruturais, as Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) são o centro do sistema, e a elas todos os outros níveis e estruturas devem se reportar, pois são elas as maiores capazes de interagir com as pessoas em seu ambiente intrínseco: a família e a comunidade. São elas as mais capazes de entender todos os demais princípios da APS. Representam o Primeiro Contato dos indivíduos com o Sistema de Saúde, acompanham as pessoas em seu contexto de saúde junto a sua família e seu contexto de vida e por isso são a referência para que se consiga abordar as pessoas de modo integral.

Os demais níveis de atenção, portanto, orbitam a o nível primário, estando a ele disponíveis segundo a necessidade da população. Entretanto, comumente o que se percebe é a inversão deste processo, quando o centro das atenções tomado por gestores e pelos próprios profissionais de saúde são os níveis secundário (ambulatórios especializados) e terciário de saúde (hospitais e centros de procedimentos).

A falta desta percepção sobre a centralidade do nível primário de atenção faz com que tenhamos uma série de problemas nos sistemas de regulação que vão desde os gargalos nas filas de exames complementares até a questão dos leitos de terapia intensiva. Obviamente que há um abismo gigantesco em termos de necessidade em todos os níveis de atenção, mas a falta de Redes (RAS) coordenadas por uma APS robusta só piora este cenário e contribui para desperdícios e mais diversos. Isto é tão óbvio que até mesmo o setor privado está se valendo desta forma de organização (a partir da APS e seus princípios) para se salvar financeiramente e tornar seu gerenciamento mais eficaz.

O processo de fortalecimento das RAS, todavia, apenas será efetivo a longo prazo, desde que conte com um projeto de real valorização dos profissionais que de fato se dedicam e estudam os processos de gerenciamento necessários a boa efetividade de um sistema organizado a partir de uma APS forte. Os Médicos de Família e Comunidade (MFC) representam a vanguarda disto em todo o mundo e no Brasil isto não é diferente. É preciso, portanto, ter um alicerce forte (APS) com profissionais que sejam valorizados e, acima de tudo, tenham segurança em seu emprego. A partir disso as RAS poderão efetivamente serem consolidadas tendo como centro as pessoas acolhidas em seu cenário mais íntimo, o de sua família e comunidade.

2.4.8 - Gestão do trabalho e educação permanente em saúde

Inicialmente, compreendemos que devemos organizar uma área técnica denominada gestão do trabalho e educação permanente em saúde. No campo da gestão do trabalho, objetivamos atuar no processo de desprecarização do trabalho em saúde, organizando de forma coletiva junto a todas as categorias profissionais um *plano de cargos, carreiras e salários* dos trabalhadores de saúde e organizando um concurso público que viabilize a ampliação da atenção à saúde no município. Junto à área gestão do trabalho e educação permanente em saúde, objetivamos desenvolver uma coordenação de educação permanente em saúde cujo objetivo será proporcionar a atuação integrada entre universidade, serviços de saúde, trabalhadores de saúde e comunidade com vistas à identificação das demandas de formação pelo trabalho e de construção coletiva com todos os atores no processo de organização das atividades formativas. Dessa forma, como estratégia de gestão participativa e democrática, será criando o Fórum de Educação Permanente em Saúde, com participação paritária entre todos os segmentos sociais descritos acima. Será desenvolvida uma avaliação integrada da capacidade instalada e das necessidades de ensino, pesquisa e extensão universitária de Fortaleza para adotar atividades de forma pactuada por meio do Fórum de Educação Permanente em Saúde, garantindo a inserção das instituições de ensino no sistema municipal de saúde. Compreendemos como campos iniciais de educação permanente em saúde a gestão de sistemas e serviços de saúde, a ABS, a saúde mental, a atenção psicossocial, a saúde da população negra e a saúde da população LGBTQ+.

2.4.9 - Concepção estratégica e organização do sistema voltada à desigualdade social: participação popular e controle social

Considerando o processo de crise da democracia no Brasil, a tradição de estruturas autoritárias na administração pública no Estado do Ceará e a importância de fortalecer a participação popular em saúde em Fortaleza compreendemos como estratégico o fortalecimento da participação popular e da cidadania. Dessa forma, a área de participação popular deverá ser transversal a todas as políticas de saúde no município, buscando a construção de espaços de

formulação, implementação, avaliação e monitoramento da política de saúde junto à sociedade e fortalecendo o diálogo com os movimentos sociais em saúde. E também será publicado um edital de apoio a entidades da sociedade civil com projetos que atuem no fortalecimento da gestão democrática, da participação popular em saúde e da cidadania.

Políticas transversais e organizadas por redes de atenção e linhas de cuidado

Política de Humanização

Política de Saúde do Trabalhador

Política de Saúde da População LGBTQ+

Política de Saúde da População Negra

Política de Saúde dos Povos de Terreiros

Política de Saúde dos Povos do Mar: Marisqueiras e Pescadores

Política de Saúde da População de Rua

Política de Saúde das Mulheres: Contribuições do Movimento Feminista

Propostas

- Modelo de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMSF) orientada pelos pressupostos da gestão estratégica e participativa.
- Planejamento participativo junto a universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais.
- Estratégias de avaliação da gestão municipal de saúde com enfoque participativo de forma periódica, integrando universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais.
- Organização de um novo organograma na SMSF incluindo áreas como planejamento em saúde, gestão do trabalho e educação permanente em saúde, educação popular em saúde, política de promoção da equidade e saúde do trabalhador, entre outras.
- Implantação dos distritos sanitários de saúde, garantindo a existência de técnicos de todas as áreas da SMSF com vistas a uma atuação regionalizada.
- Atuação da SMSF na Comissão Intergestora Regional de Saúde e na Comissão Intergestora Bipartite, buscando fortalecer os processos de regionalização do sistema de saúde.
- Ampliação da ABS considerando o aumento da cobertura e o aumento do número de equipes da ESF, de agentes comunitários de saúde (ACS) e de equipes dos NASF, garantindo de forma processual a cobertura de 100% do território de Fortaleza.
- Fortalecimento da ABS por meio da organização de concurso público para as equipes da ESF, as equipes dos NASF e os ACS.
- Criação de equipes de saúde mental na ABS como dispositivo da RAPS, atuando de forma integrada com as equipes da ESF e as equipes dos NASF.

- Ampliação da RAPS, com financiamento municipal para o aumento do número de CAPS, criação de CAPSi, criação de CAPS voltado ao acolhimento à crise em saúde mental com hospitalidade noturna, criação de Serviço de Urgência Psiquiátrica (SUP), criação de centros de convivência, criação de residência terapêutica, aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais.
- Organização de concurso público para a RAPS.
- Organização de concurso público para a ABS.
- Organização de concurso público para a gestão de políticas de saúde.
- Fortalecimento das estratégias de integração da RAPS aos diversos níveis assistenciais e às demais políticas sociais.
- Criação da área de educação permanente em saúde, com organização de um diagnóstico situacional das instituições de ensino e da capacidade instalada para acolhimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.
- Organização do Fórum de Educação Permanente em Saúde incluindo instituições de ensino e gestão, trabalhadores, comunidade e movimentos sociais, com vistas a contratualizar de forma democrática e participativa todas as demandas de educação permanente em saúde.
- Organização e implementação de dispositivos de educação permanente em saúde nas áreas de gestão de sistemas e serviços de saúde, ABS, saúde mental, vigilância em saúde e planejamento e avaliação em saúde, entre a SMS e instituições ensino, para qualificar os servidores municipais de saúde.
- Fortalecimento dos movimentos sociais em saúde, com a elaboração de editais públicos para financiar projetos que atuem no fortalecimento da cidadania e na defesa do SUS.
- Fortalecimento de recursos públicos voltados ao Conselho Municipal de Saúde e organização de conferências temáticas de saúde, por exemplo, sobre saúde dos povos de terreiros, saúde da população LGBTQ+, saúde dos povos do mar, saúde da população de rua, saúde mental e saúde do trabalhador, entre outras.
- Organização do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, considerando vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e saúde do trabalhador na atuação integrada com as diversas redes de atenção à saúde e elaborando boletins epidemiológicos sobre os principais problemas de saúde do município.
- Organização da vigilância em saúde considerando o monitoramento das diversas formas de violência, especialmente violência de gênero, violência doméstica, violência sexual, violência contra a comunidade LGBTQ+ e violação dos direitos da criança e do adolescente, entre outras.
- Criação de serviços de atenção especializada, como laboratórios de análises clínicas e laboratórios de análises diagnósticas por imagem, entre outros.
- Acompanhamento, avaliação, regulação e fiscalização dos equipamentos de atenção especializada, como laboratórios de análises clínicas e laboratórios de análises diagnósticas por imagem por parte da área de vigilância em saúde, com vistas à

construção e avaliação do sistema de saúde considerando a integração entre o setor público e o setor privado.

2.5 Soberania Alimentar

“A Mãe Terra deve ser tratada com carinho. Dá-nos vida, então não podemos regá-la com veneno, pois, se morrer, eu morro e morreríamos todos. Ainda que não tenham se dado conta, somos o que comemos.”

Vandana Shiva

Hoje, vivemos um grande paradoxo alimentar. Do ponto de vista de volumes e quantidades, produz-se alimentação suficiente para suprir as necessidades alimentares da população mundial. Mesmo assim, milhões de pessoas ainda não têm acesso a comida em quantidade suficiente e em padrões mínimos de saudabilidade. Mesmo as que, por sua condição socioeconómica, alimentam-se diariamente, muitas consomem dietas de baixa qualidade e segurança alimentar.

Concebemos à partir do CONSEA(2014) que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é à possibilidade do acesso sistemático todas e todos a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, levando em conta práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis

A questão central, portanto, não é de escalas de produção, mas de sistemas produtivos (monoculturas, largo uso de venenos, transgenia, industrialização e ultra processamento), circulação e distribuição. Fica evidente que, no capitalismo, a produção alimentar é hegemonicamente feita objetivando a geração de lucros e não a garantia da alimentação como direito humano. Dos lucros gerados pela produção, comercialização e consumo de alimentos, a maior fatia é abocanhada por apenas dez corporações mundiais que controlam as definições do que é produzido e o que se come. Fica evidente, assim, a relação direta entre os interesses comerciais e produtivos do “mercado” e a dieta alimentar das populações. Além desses elementos estruturais, soma-se o alto índice de desperdício de alimentos que, estima-se ser da ordem de 30%. Boa parte dessa perda ocorre em função da otimização e/ou manutenção de taxas de lucros.

O Brasil, após uma breve ausência, voltou a figurar no chamado “mapa da fome”. Essa realidade macabra pode ser observada todos os dias nas ruas de cidades como Fortaleza. Nossa cidade apresenta elevados indicadores de pobreza e miséria dada, a acentuada concentração e disparidade de renda e riqueza, a densidade populacional elevadíssima, a taxa de desemprego e subemprego crescente, os baixos níveis salariais, sobretudo nos bairros da periferia. Com a pandemia ficou ainda mais evidente, a precariedade nas condições de moradia e serviços básicos desta população.

O combate à fome e a garantia do direito constitucional à alimentação (art. 6º da CF) deve ser um compromisso e um objetivo a ser perseguido pela gestão pública, em todas as esferas políticas do Estado. Uma política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional impõe-se pela implementação de políticas públicas formuladas a partir dos preceitos de: *abrangência, intersetorialidade, equidade, participação social e articulação de medidas de caráter emergencial e estrutural*.

A Política de SSAN, quando planejada e implementada de forma participativa e intersetorial e levando em consideração a diversidade e potencialidades dos territórios, pode incidir positivamente nos indicadores sociais, inovar nos processos de gestão e fortalecer o tecido organizativo. Assim seus resultados vão para além da redução da fome, incidirá, dado o caráter intersetorial da Política de SSAN, em outros setores: geração de trabalho e renda, saúde, educação, meio ambiente, lazer e outros de modo a contribuir com a superação da reprodução do ciclo Intergeracional da pobreza.

No atual cenário de crise política e ingovernabilidade, sobretudo em nível federal (econômica, social, política, ambiental), acentuada pela pandemia, a cada dia aumenta o desmonte nas institucionalidades e de políticas públicas. Diante desta conjuntura de desmonte e subtração de recursos para as políticas sociais as gestões estaduais e municipais passam a ter maior responsabilidade em construir estratégias criativas que, somadas à participação e ao controle social, avancem para além de algumas experiências existentes e pontuais na área de SSAN, redefinindo-as dinamizando-as e disseminando-as para a maioria dos territórios de Fortaleza, como política pública, de modo a assegurar maior eficácia, eficiência na perspectiva da sustentabilidade. Neste aspecto é importante associar as políticas compensatórias com as estruturantes a fim de que os setores mais empobrecidos possam se reconhecer como sujeitos de direito e protagonistas, ficando menos vulneráveis às práticas clientelistas.

Os sistemas predominantes de produção, circulação, distribuição e consumo de alimentos, ameaçam a estabilidade climática e a resiliência dos ecossistemas e constitui o maior impulsor individual da degradação ambiental e da transgressão dos limites planetários. Mantidos os padrões vigentes a catástrofe ambiental será irreversível. É preciso mudar radicalmente os padrões de consumos e produção vigentes, substituindo-os por dietas saudáveis e sistemas produtivos ecologicamente sustentáveis, pois os sistemas alimentares têm impactos ambientais ao longo de toda a cadeia de abastecimento, desde a produção, processamento e venda a retalho, perpassando a saúde humana e ambiental, afetando a sociedade, a cultura, a economia, a saúde e bem-estar animal. *A comida é, pois, a mola propulsora para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental planetária.*

É preciso, então, produzir alimentos de maneira ambientalmente saudável e sustentável. Mudanças dessa magnitude precisam ocorrer em todo o mundo. A nível local inúmeras iniciativas que apontem na direção de mudanças de paradigmas alimentares predominantes, precisam ser implementadas.

Propostas

Agroecologia Urbana

- **Hortas Urbanas** nas escolas, em conjuntos habitacionais, em associações comunitárias, em terrenos públicos desocupados e em vazios urbanos privados, disponibilizados temporariamente para este fim;
- **Hortas verticais** em prédios públicos que não estejam tendo utilidade administrativa ou social.
- **Quintais Produtivos** com assessoria técnica pública, com produção voltada ao familiar e da comunidade

Distribuição e abastecimento

- **Abastecimento comunitário**
- **Apoio às feiras de produtos orgânicos in natura e beneficiados**, com regularidade mínima semanal, envolvendo a agricultura familiar e ONG's como o CETRA, CEPEMA, ESLAR, MST e outras cooperativas;
- **Mercados Comunitários de venda e troca** – estruturar espaços para o funcionamento de mercados de comercialização e de troca de gêneros alimentícios e artesanais
- **“Budegas” Colaborativas** – estímulo ao desenvolvimento de consórcios de produtores de alimentos e derivados alimentícios
- **Criação de arranjos produtivos que aproxímem os produtores locais e regionais aos agentes institucionais** de modo a facilitar que a renda circule, prioritariamente, em territórios mais vulnerabilizados (ver experiência do Banco Palmas);
- **Realização de processos de formação em educação alimentar, valorizando a cultura alimentar local e regional**, envolvendo potenciais consumidores, sobretudo os alunos das escolas municipais (Já existe um eixo transversal sobre alimentação nas Diretrizes Curriculares);
- **Dinamização institucional da política de SAN de Fortaleza**, situada atualmente na **Coordenadoria de Segurança Alimentar junto à Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS)** na qual o Consea Municipal está vinculado.
- **Ampliação de parcerias com a economia solidária.**

Consumo e distribuição

- **Alimentação popular**
- **Restaurantes Populares** – centro de absorção de produtos oriundos da agroecologia urbana e rural; instalados juntos aos terminais de ônibus e nas regiões de maior concentração de trabalhadoras/es como o centro da cidade e Aldeota, fornecendo alimentação de qualidade a custo baixo
- **Cesta Solidária** – projeto de compra e arrecadação de doações de alimentos que serão divididos em cestas a serem distribuídas a famílias carentes
- **Mesa Comum** – fornecimento de 3 refeições diárias nas pousadas sociais
- **Cozinhas comunitárias** – espaços equipados para uso das comunidades para a produção de alimentos visando o autoconsumo e comercialização

Educação alimentar

- **Curriculos escolares**
- **Economia Doméstica** - Introduzir a disciplina de economia doméstica na grade curricular do ensino fundamental
- **Merenda Escolar**
- **Cardápios de qualidade** – oferta de merenda escolar com supervisão de nutricionistas e produzida com alimentos agroecológico e sem a utilização de produtos ultraprocessados
- **Alimentação escolar garantido** às crianças e jovens “a oferta de comida de verdade” ultrapassando o que estabelece a lei. que estabelece no mínimo 30% de aquisição da Agricultura Familiar (AF);
- **Ampliação e dinamização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** adquirindo alimentos de agricultores familiares para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e outras organizações sociais que atendem pessoas com insegurança alimentar.
- **Trabalhadoras/es das cozinhas escolares** – valorização salarial, treinamento e qualificação sistemática de trabalhadoras/es da merenda escolar, preparando-os para que se possa oferecer uma merenda escolar nutritiva, saudável e atraente.

2.6 Segurança cidadã

Fortaleza ocupa uma incômoda posição de destaque no ranking nacional das capitais mais violentas do país, fazendo com que o tema Segurança Pública se impusesse como central no debate público, permeando até mesmo as ações relativas ao poder municipal.

Entre 2016 e meados de setembro de 2020, 6.021 pessoas morreram em Fortaleza, vítimas CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais. Destas, 1.217 tinham entre 10 e 19 anos de idade - estavam na segunda década de vida. Destaca-se o grande número de mulheres assassinadas nesses 5 anos: 505 mulheres, sendo 130 entre 10 e 19 anos. Da mesma forma, de 2017 para cá, Fortaleza teve 6.769 crimes sexuais, cujas principais vítimas são mulheres, especialmente mulheres jovens.

A taxa de homicídios em Fortaleza fez com que a cidade ocupasse a primeira^a posição no ranking do IHA - Índice de Homicídios na Adolescência em 2014 entre as capitais do país. Depois de um ano com importante redução de homicídios (2019), o ano corrente vê um aumento abrupto dos crimes contra a vida. O primeiro semestre deste ano (2020.1) fecha com taxas de 36 assassinatos para cada 100 mil habitantes na faixa de 10 a 19 anos. Isso é mais que o dobro do semestre 2019.2. Taxas acima de 10 assassinatos para cada 100 mil habitantes são comumente consideradas por especialistas como "epidêmicas". Grupos mais expostos às violências são os jovens negros, mulheres negras, LGBTQIA+, moradores das áreas periferizadas.

Além de elevadas, as taxas são hiper-concentradas. Os dados públicos da Secretaria de Saúde de Fortaleza, compilados pelo Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios na Adolescência demonstram que, em 2016, aproximadamente 50% dos homicídios de adolescentes aconteceram em uma porção muito concentrada dos territórios, notadamente 96, de um total de 860 assentamentos precários que acumulam alto risco sanitário e ausência de serviços públicos de qualidade. Em 2019, apenas 10 bairros concentraram 47% dos assassinatos de adolescentes (dados compilados a partir dos registros da Secretaria de Saúde de Fortaleza). A morte violenta

tem classe social, raça, gênero, idade, local de moradia. A violência é a mais perversa resultante da lógica racista, sexista e elitista da sociedade brasileira.

Esse fenômeno é sem dúvida complexo. A alteração da geografia dos homicídios no Brasil - com a trasladação das maiores taxas do Sudeste para o Nordeste do país - data do final dos anos 90 e intensifica-se na primeira década dos 2000. Podemos apontar alguns processos que são retroalimentadores: urbanização acelerada e segregatória, manutenção de padrões de desigualdade muito acentuados, nova dinâmica das organizações criminosas (com processos de nacionalização e internacionalização destas), desmantelamento das economias tradicionais das pequenas cidades com expulsão de camadas jovens para as periferias de médias e grandes cidades, políticas de proteção social escassas e pouco efetivas aos jovens de maior vulnerabilidade, políticas de segurança pública focadas exclusivamente na repressão pós-violência.

Tal processo multicausal e complexo fez com que as gestões públicas e lideranças políticas, especialmente no Nordeste, adotassem a segurança pública como "carro-chefe" de muitas iniciativas tanto nos períodos eleitorais como nas próprias gestões. Salvo raras exceções, a aposta foi na conjugação tradicional de aumento do policiamento ostensivo, ampliação dos equipamentos bélicos, adoção de tecnologias de vigilância, tudo isso conjugado com forte discurso de asseveramento de penas, responsabilização da legislação penal nacional (o que tecnicamente revela grande desinformação pelos gestores) e apelo à narrativa da "guerra contra o crime". Isso não trouxe cidades mais seguras de maneira sustentável. Ao contrário, ampliaram-se os gastos com segurança e o resultado tem sido contraprodutivo. No caso do Ceará, houve aumento relevante do encarceramento de jovens até 2019 e manutenção de padrões históricos de violência homicida. Em Fortaleza e em algumas regiões do Estado, tem-se algo assemelhado a um "governo" por parte das organizações criminosas, que determinam as fronteiras, dificultam o acesso a serviços públicos, mantém a lógica de controle e medo sobre as populações locais, resultando ainda em grandes taxas de crime e expulsão de moradores.

O Brasil, contudo, tem também estudos e experiências públicas que revelam que o melhor caminho para redução da violência seria uma estratégia multisectorial que priorizasse a prevenção social focalizada nos territórios urbanos mais violentos, fortalecimento de rede de proteção da juventude (com foco em manutenção da escolarização, qualificação profissional com renda, políticas de cultura e arte nos territórios), ações de inteligência e modelagem do policiamento para aproximação com as comunidades, bem como ações de urbanismo social nos territórios historicamente negligenciados. Os melhores exemplos dão conta da articulação entre prevenção primária (aquele destinada à toda sociedade antes de engajamento em processos violentos), prevenção secundária (aquele destinada à grupos mais vulneráveis à violência) e a prevenção terciária (para atendimento às vítimas de violência).

Não se trata, contudo, de um debate deslocado, haja vista que os municípios têm muito a contribuir na prevenção da violência e da criminalidade. No entanto, o papel da Prefeitura não é o de reproduzir, em escala municipal, a militarização dos espaços públicos, em um processo no qual os nossos jovens são criminalizados de antemão, sempre sendo vistos como ameaças à ordem pública e nunca como portadores de potencialidades.

A gestão municipal precisa fortalecer os espaços de participação social, adotando uma relação mais horizontalizada com a sociedade. Se isso é possível de ser feito nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social por que na Segurança Pública seria diferente? O primeiro passo nesse sentido é a constituição de Redes de Proteção Social (RPS) nas periferias de Fortaleza, visando à integração e à sobreposição da atuação do poder público, da sociedade civil e da população em prol de políticas públicas que incidam fortemente na garantia de direitos básicos e no exercício pleno da cidadania das populações que residem nas áreas mais vulneráveis à violência letal, a saber, os assentamentos precários. Essa rede de prevenção deve ser necessariamente voltada aos grupos mais expostos à violência. Aqui, destacamos que as mulheres, negras, população LGBTIQA+, jovens negros estão, por razão das estruturas racistas e sexistas da sociedade que se interseccionam com as estruturas de segregação econômica, muitos mais expostos às dinâmicas violentas. Qualquer plano e estratégia de prevenção deve obrigatoriamente incorporar e enfrentar os marcadores de raça, gênero e geração.

As experiências latinoamericanas (Chile, Colômbia, México, El Salvador, Honduras e algumas experiências brasileiras) revelam a necessidade de expandir os investimentos em **urbanismo social** (mesmo concebendo que todo urbanismo deveria ser social), mas aqui destacamos a mobilização dos esforços governamentais em real processo democrático com as comunidades para regularização fundiária, oferta de serviços públicos de qualidade (saúde mental, inclusão escolar, acesso à programas de transferência de renda e assistência social), investimentos em infraestrutura, ampliação e ocupação cidadã de áreas públicas, desenvolvimento de projetos para populações mais expostas à violência no território. Segundo dados do Plano Fortaleza 2040, cerca de 1,1 milhão de fortalezenses vivem nessas condições (40% da população). Um dos documentos oficiais do plano é taxativo quanto à necessidade de lidar com essa realidade tão desafiadora: “Sem a requalificação destes territórios [assentamentos precários], jamais teremos uma Cidade justa, próspera, acolhedora e pacífica”.

As organizações criminosas extraem muito de sua força da exploração da miséria e da desesperança de crianças, adolescentes e adultos. Faltam propostas de vida que se apresentem como alternativas aos ilusórios “ganhos fáceis” do mundo do crime, bem como instrumentos que auxiliem aqueles que desejam mudar suas trajetórias pessoais. A medida mais comum é o encarceramento, a internação quando não a eliminação dos sujeitos indesejáveis. A política, contudo, não deve se orientar pela multiplicação da morte, mas sim pela promoção da vida na sua forma mais plena. O uso problemático de drogas (lícitas ou ilícitas) por adolescentes e jovens é sintoma de uma sociedade que não acolhe e não promove a vida das primeiras gerações.

É preciso pensar em termos de uma cidadania orgânica, transversal e dialógica em que os movimentos e coletivos da cidade sejam co autores, juntamente com a Prefeitura, na promoção de uma cultura de paz e de direitos. O direito à segurança será possível a partir do exercício assegurado dos direitos básicos. Pensar em segurança pública no âmbito do município é pensar também em segurança jurídica, segurança alimentar, segurança social.

As redes de proteção social têm como meta proporcionar suportes institucionais, estruturais e subjetivos a comunidades que só conhecem o Estado por meio de sua face mais repressiva. Um exemplo dessa atuação é compreender as escolas, creches e postos de saúde como espaços integrados de prevenção por meio da integração do atendimento às famílias, buscas ativas de alunos e pacientes, formação humana e profissional.

Visando à ampliação da acessibilidade, os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte passarão a atender crianças e adolescentes desde os 11 anos de idade no contraturno escolar. É inadmissível que a atenção do poder público municipal sobre essa dimensão da vida humana só ocorra a partir dos 15 anos. Nesse sentido, as Areninhas são equipamentos importantes, mas precisam ser integradas a uma estratégia de mediação de conflitos, de fortalecimento dos laços comunitários e de desenvolvimento pessoal. Para tanto, elas estarão à disposição das redes de proteção social como um espaço privilegiado de construção de cidadania e de efetiva promoção de uma cultura de paz indo além de um uso meramente pragmático. Por isso, salta aos olhos a completa falta de execução do Programa Cada Vida Importa (dividido em 5 rubricas) no Plano Plurianual.

Os espaços públicos têm de servir como local privilegiado para que as pessoas experimentem a sensação de fazer parte de uma coletividade. Cabe à Guarda Municipal, bem preparada, fazer a segurança de tais locais, respeitando e assegurando a liberdade de ir e vir. Os guardas e as guardas possuem papel de destaque em todo esse processo. Contudo, sua prática e organização deverão ser pautadas pela defesa da cidadania plena e não por uma militarização anacrônica de viés autoritário. Não cabe à Guarda substituir a Polícia Militar. O acesso à cidade, a seus equipamentos deve ser facilitado pela Guarda Municipal e não o contrário. Uma cidade segura é uma cidade em que todas as pessoas se reconhecem nela como cidadãs.

Propostas

- Implementar as recomendações do Comitê Cearense de Prevenção dos Homicídios na Adolescência, constantes do Relatório Cada Vida Importa, relacionadas à competência municipal, como combate à evasão escolar, requalificação de áreas urbanas mais violentas, promoção de projetos sociais junto à juventude;
- Implementar o Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade na Adolescência para a Cidade de Fortaleza (conforme aprovado pela Resolução nº51/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA de Fortaleza), com fortalecimento do atual CEMPHA (Comitê Executivo Municipal de Prevenção de Homicídios na Adolescência);
- Estabelecer uma coordenação especial de projetos de prevenção à violência dentro do gabinete do Prefeito (as boas experiências revelam que a aproximação institucional dos programas de prevenção social focalizada no gabinete do Chefe do Executivo faz ganhar ritmo de execução, articulação e maior eficiência) para facilitar a coordenação com a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã;
- Estabelecer o Plano Municipal de Prevenção às Violências e Promoção da Segurança Cidadã, com transparéncia das rubricas na LOA para monitoramento físico financeiro;
- Criar redes de proteção social para ação integradas das políticas de saúde, educação e assistência social, cultura, esporte e juventude;
- Promover a requalificação dos territórios com assentamentos precários, política de moradias (criação, melhoria e regularização, constituição de espaços qualificados de convivência) a partir da implementação de todas as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) com participação das comunidades;
- Busca ativa e reinclusão escolas (em escolas regulares e em programas de EJA) de jovens e populações ;

- Desenvolver e aplicar estratégias de mediação positiva de conflitos a partir das Comissões de Prevenção e Mediação Positiva de Conflitos e Notificação das Violências nas escolas;
- Promover a desmilitarização da Guarda Municipal, ampliando seu papel de Guarda Civil para a cidadania e para a prevenção à violência nos equipamentos públicos municipais, rede escolar, comunidades.
- Fortalecimento da Academia Municipal de Segurança Cidadã;
- Investir em espaços qualificados de esporte e lazer que possibilitem a convivência comunitária;
- Fortalecer a prevenção primária à violência pela promoção da equidade de gênero, do respeito às relações intergeracionais, da cultura de respeito à diversidade, do enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia, ao machismo em todas nas redes de educação, saúde, assistência e na comunicação pública;
- Fortalecer programas de reinserção social cidadã para adolescente em medidas socioeducativa e egressos dos sistemas socioeducativo e penitenciário;
- Ampliar e fortalecer os espaços de acolhimento institucional para indivíduos e núcleos familiares ameaçados, deslocados urbanos e vítimas de quaisquer violências, com especial atenção às mulheres, jovens, idosos, LGBTs.
- Ampliar os centros de referência para atendimento às mulheres vítimas de violência e população LGBTQIA+ vítima de violência;
- Fortalecer a Autarquia Municipal de Cidadania para trabalho preventivo de segurança no trânsito

3 - CIDADE ABERTA

Fortaleza é uma cidade em que a formalidade de seus planos e desenhos impede de se captar a vida real, aquela que pulsa em seus lugares de esperança. Emerge daí a Fortaleza imaginada e necessária, aquela que faz visível os viventes usuais dessa cidade e a concebe como um lugar radicalmente democrático, onde as periferias são espaços de produção de cultura e de equidade. E onde a cidadania tem a última palavra. Fortaleza como locus da defesa da ética e dos direitos humanos. Uma cidade democrática, participativa, transparente; e que é declaradamente feminista, antiracista, multiversa, solidária, cooperativa e transparente.

3.1 Partilha do poder e participação

"A capacidade criadora, liberta e realizada na produção industrial, teria podido ocupar-se dessa obra capital: a cidade, a vida urbana. Nesta cidade, obra das obras, a vida cotidiana se tornaria obra, cada um (indivíduos e grupos) se revelando capacidade de criar".

Henri Lefebvre, A vida cotidiana no mundo moderno, 1968.

A história política do Brasil é marcada por características que expressam o desenvolvimento tardio de um capitalismo periférico e dependente. Um processo que preserva os interesses das classes dominantes articulando, de forma desigual e combinada, elementos da modernidade e do progresso com desigualdades e violências estruturais contra a população negra, indígena, e contra as mulheres.

Essas desigualdades aparecem de forma especialmente dura nas grandes cidades brasileiras, dentre elas Fortaleza. Assim, é necessário entender esta articulação dos processos urbanos com a cultura política da cidade. Aqui se impõe problematizar as relações na cidade a partir do conceito de cultura política, em que cultura e política, economia e política são indissociáveis, diferentemente da perspectiva economicista do pensamento liberal, o qual além de obscurecer os antagonismos de classe e suas diferentes identidades, também privilegia a ordem vigente do capital.

Para construir um processo efetivo e transformador de participação, engajamento popular e de partilha do poder é fundamental pensar a cidade em sua totalidade, observando as diversas expressões das relações sociais de raça/etnia, classe e gênero, que a constituem e articulam seus diversos interesses.

Acreditamos que as grandes e profundas mudanças políticas, econômicas e sociais que tanto precisamos só é possível através da mobilização e da participação das milhões pessoas exploradas, oprimidas, precarizadas e pauperizadas que compõem a maioria social no Brasil.

O combate às desigualdades, preconceitos e discriminações, a defesa e ampliação de direitos, o respeito à nossa dignidade, tudo isso é obra coletiva. Só é possível construir uma cidade socialmente justa, incorporando a diferença, a diversidade e a pluralidade ao processo político.

Por isso, a participação popular no processo de formulação, execução e fiscalização das políticas públicas é premissa política fundamental do programa que PSOL e PCB apresentam no processo eleitoral.

A cidade é o espaço em que se expressam essas contradições, a luta de classes, e é a partir da luta política que as forças da esquerda social (partidos políticos e movimentos sociais) devem desenvolver suas estratégias para que consigam, ao mesmo tempo em que defendem os interesses imediatos das classes populares, construir um pólo ideológico tanto no plano objetivo como subjetivo dentro do processo de construção do poder popular na cidade de Fortaleza.

Propostas

- Debate descentralizado do Orçamento Público, incorporando ao processo decisório os sujeitos coletivos de organização popular.
- Levar a discussão do orçamento aos bairros, às escolas, aos centros comunitários e centros de lazer e cultura, descentralizando territorialmente o debate.
- Incorporar à discussão não só os partidos políticos, mas também os sindicatos, as entidades de classe, as associações de moradores, os movimentos sociais da cidade, os grupos e os coletivos onde se organizam a juventude e a classe trabalhadora em toda sua diversidade e pluralidade.
- Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos, em estreita colaboração com a sociedade civil.
- Apoiar e estimular a formação de fóruns, redes e ações da sociedade civil que, com plena autonomia em relação ao poder público, façam o acompanhamento, controle social e monitoramento das políticas públicas municipais.
- Tornar efetivas as formas de participação popular direta no processo político, através de plebiscitos, referendos e formas de veto popular a políticas públicas de grande impacto urbanístico, ambiental, social e econômico.
- Ampliação do controle externo da atividade dos órgãos públicos municipais, com Política de Dados Abertos que garanta transparência.
- Eleições diretas para os representantes das instituições públicas (diretores de escolas, coordenadores e gestores dos espaços de cultura)

3.2 A Fortaleza do "bem viver" contra o racismo

Um dos pilares estruturantes da desigualdade social, o racismo manifesta-se de forma permanente e presente nas várias dimensões da cidade, entrecruzando-se com as questões de gênero e de classe.

Assim como acontece por todo o país, aqui também a elite branca brasileira louva a diversidade étnica-racial e cultural enquanto exclui os povos negros e indígenas do acesso a bens materiais e imateriais, reforçando um ideal de democracia racial que mascara a percepção do racismo.

Embora nos orgulhemos do pioneirismo abolicionista, o processo que culminou na extinção formal da escravidão no Ceará não se fez sem que, simultaneamente, fossem reforçados os traços mais racistas de um projeto calcado na tentativa de reprodução dos valores brancos e eurocêntricos, através dos quais a elite cearense apresentava sua suposta superioridade de colonizadora sobre negros e indígenas. Expressão disso foi a quase total exclusão de negros das associações abolicionistas como na perseguição desta mesma elite às manifestações culturais afro-descendentes, usando a pequena dependência da economia cearense da mão de obra escrava para irrelevantizar a importância da presença afro-descendente no processo de construção do povo cearense. Assim, o negro, passa a ser negado pelo discurso oficial cearense, que só reconhece a matriz euro-descendente e a descendência indígena, cuja assimilação negadora também é necessário para conformar a narrativa modernizadora e racista.

Como sabido, a Assembleia Provincial do Ceará declarou em 1863 que não existiam mais povos indígenas no Estado, atendendo o interesse dos poderosos que pretendiam se apossar das terras dos aldeamentos indígenas. Foram necessários mais de um século e meio para que esses povos reconquistassem o direito ao reconhecimento de sua existência e de sua contribuição cultural para a formação da sociedade cearense, por força da lei 17.165/20, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL).

Ao tempo que reconhecemos a extensão do racismo em suas várias dimensões, não podemos deixar de entender a forma específica como este atinge negras e negros, uma vez que são as características afrodescendentes que mais diretamente disparam os gatilhos da opressão racial. A negação da identidade negra, a negativização dessa e a branquitude normativa juntas atuam de tal forma que ao “negro” é incorporado um caráter pejorativo, que o faz encarnação de toda forma de negatividade.

O racismo também se articula com o machismo, mantendo a estereotipia sobre a mulher negra, convergindo opressões, ecoando o passado escravocrata que restringe seu papel social a objeto-sexual.

O racismo criminaliza as pessoas negras, colocando-as sob constante vigília, construindo limites raciais na cidade de Fortaleza delicadamente definidos por outros instrumentos em que não se pode ver explícito o racismo antinegro. Naturaliza-se a subalternidade dos espaços ocupados por negros. Essas fronteiras, quando ultrapassadas, causam nítido estranhamento percebido pelos que são vitimados por este racismo, seja na ocupação de postos de trabalho socialmente mais valorizados, seja na presença em espaços urbanos onde atua uma estrutura que “gentilmente que convida” seus freqüentadores negros a se retirar. A graduação com que atua o

racismo de marca presente no Ceará pode ser conferida principalmente nas experiências de convívio entre membros de uma mesma família que possuem tons de pele de tonalidades diferentes, tendendo o mais claro a vivenciar menos situações de racismo.

É na transgressão a estes limites que o programa de governo do Psol para Fortaleza atuará, enfrenta o racismo estabelecido, que tenta apagar e embranquecer negros e indígenas através de construções discursivas que se escondem por trás de nomenclaturas como moreno e caboclo. Para isso, serão tomadas medidas que fortaleçam o direito desses povos à prática de suas religiões e demais práticas culturais, bem como políticas que assegurem o combate às desigualdades sociais e econômicas, especialmente onde o racismo se cruza com exploração de classe e o machismo patriarcal.

3.3 Diversidade

Em um ano como esse, diante do ascenso do fascismo e do conservadorismo aos Palácios Executivos da política, nós sentimos o recrudescimento da nossa vida cada vez mais intenso. Fortaleza, que já estava há algum tempo entre as campeãs nacionais do ranking de LGBTcídios e LGBTfobia, só em agosto passou pela morte de 5 travestis em suas ruas. E são os nossos corpos os que tombam. Reivindicamos, antes de tudo, o direito a vida! Que nós não mais morramos vítimas do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e fascismo que adoecem o Brasil nesse momento, e que sejamos nós os atores a construir esse novo mundo, onde a liberdade de amar será tão comum e reivindicada quanto a de nascer e de ter uma vida digna.

A opressão que sofrem as LGBTs, assim como a que sofrem as mulheres e a negritude, é um componente basilar do funcionamento do sistema capitalista. O funcionamento desse modelo de produção de dinheiro para poucos e de destruição da vida depende da manutenção a partir de uma base autoritária de um modelo de família que não tenha como central o amor entre os indivíduos, mas sim a produção de uma camada social pobre que será a massa de empregadas e empregados precarizados no futuro. Mesmo no mercado de trabalho, as LGBTs, especialmente as pessoas trans e travestis, são imensamente preteridas para ocupação dos cargos, especialmente de chefia. Quando conseguimos empregos, geralmente são sub remunerados e em locais de trabalho onde não podemos ser vistos em nossa beleza e nossos afetos, como as centrais de telemarketing e de assistência remota. Demandamos políticas de emprego e renda que abarque a população LGBT e nos coloquem no mercado de trabalho nas mais diversas posições. Rejeitamos a lógica de “empregos para LGBTs” e queremos que as ruas e os trabalhos formais também sejam ocupados por nós.

A associação histórica, enraizada socialmente desde os anos 1980, entre LGBTs e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) também nos priva de um acesso qualitativo à saúde, direcionado ao atendimento das especificidades de cada letra da nossa sigla de cores. Além disso, essa falta de assistência à saúde desresponsabiliza o estado com as nossas vidas, e descumpre direitos constitucionalmente assegurados, mas que nunca foram verdadeiramente garantidos. Queremos acesso à políticas de saúde no SUS, gratuitamente e com qualidade, para que nunca

mais morramos por ineficiência do Estado em garantir uma saúde de qualidade aos cidadãos LGBTs.

Não se deve menosprezar a agenda da Ministra Damares, visto que no fascismo o econômico se articula com a pauta do conservadorismo. Não poderíamos então, tratar a faceta reacionária do governo federal, como “cortina de fumaça” visto que incide na política dos corpos, desconsidera a violência LGBTfóbica, dentre outras violações e retrocessos. A proteção social é central, visto que perante os cortes nessa política (assistência, etc) tende a incidir de forma particular na destituição de direitos das populações dissidentes, historicamente vítimas da discriminação e preconceito na social. Neste sentido, reforça-se a relação que se dá entre esfera econômica e a política de guerra aos pobres.

Na realidade da rede de proteção do município de Fortaleza, ressalta-se a insuficiência do número de equipamentos da assistência: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além da alta rotatividade de profissionais mediante os processos precarizados de trabalho. Outra preocupação, é intromissão de perspectivas fundamentalistas por parte de representações e instituições vinculadas a rede sócio-assistencial. É preciso fortalecer essas ferramentas e sua laicidade, bem como o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra e da garantia de um Ambulatório Trans municipal.

O acesso à cultura também é necessário para LGBTs, que muitas vezes só encontram um espaço de acolhimento e conforto entre as suas, na convivência diária que muitas vezes se dá em situações de insegurança. Editais específicos de cultura LGBT, e o fortalecimento das Paradas Pela Diversidade como um momento de conscientização sobre a existência de LGBTs e o respeito a nossa vida dizem respeito ao papel que queremos que a cultura cumpra nessa Fortaleza que queremos construir. O enfrentamento à violência e ao retrocesso deve se dar pela educação, pela arte e pela cultura, como os elementos realmente potencializadores da transformação da realidade e da mentalidade social de uma época que são.

Propostas

- Direito ao nome social e o respeito ao mesmo pela comunidade escolar.
- A necessidade de outra grade curricular escolar, outra forma de sociabilidade naqueles espaços e outra política de formação de professores, pautada pelo respeito aos direitos humanos e a liberdade de amar.
- O uso dos banheiros escolares assegurado ao gênero que os indivíduos se reconhecem socialmente.
- Disciplina de educação em gênero e sexualidade.
- Estímulo a grupos de debate sobre gênero e sexualidade nas escolas.
- Garantia de acesso e permanência das pessoas T nos espaços de ensino.

- Políticas de permanência estudantil na rede básica para estudantes vulneráveis.
- Um modelo educacional escolar voltado aos direitos humanos - garantia de fóruns, participação, acolhimento, proveito estudantil, temas transversais sendo dialogados.
- Mapeamento e produção de relatório qualitativo sobre LGBTs e sua vida escolar.
- Formações específicas sobre a comunidade LGBTQIA+ para a gestão escolar, professores, estudantes, trabalhadores.
- Ampliação de rede de assistência CRAS, CREAS, Centro POP, etc;
- Realização de concurso para profissionais da assistência;
- Descentralização de ampliação dos Centros de Referência LGBT;
- Criação de República para acolhimento da população LGBT;
- Capacitação dos profissionais dos equipamentos da rede;
- Articulação com a rede de Educação;
- Incentivo à contratação de LGBTS;
- Aumentar os canais de denúncia de violência contra mulheres, negras e LGBTs em Fortaleza, e a efetiva responsabilização por cada ato de violência
- Fomentar cursos de autonomia econômica para população LGBT
- Que a Prefeitura abra abrigos para população LGBT em situação de rua
- Promover a prevenção à violência LGBTfóbica através de políticas públicas nos bairros
- Facilitar denúncias de LGBTfobia através do sistema de saúde
- Proporcionar maior acesso à cultura, esporte e lazer para LGBTs
- Formação humanizada em questões de gênero, raça e sexualidade para a Guarda Municipal
- Inclusão da sociedade e do movimento LGBT na elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas voltadas para LGBTs e Segurança Pública na cidade
- Fortalecimento de editais de cultura LGBT
- Fortalecimento da parada da diversidade sexual e de gênero de Fortaleza como um espaço de conscientização da cidade.
- Lutar para descentralizar formulações e orçamento na efetivação de políticas culturais, por meio de criação de espaços de escuta efetivos e canal aberto para acolher a diversidade cultural das LGBTs fortalezenses;
- Mapear grupos, territórios, expressões culturais LGBTs que existem na cidade, a fim de construir base de dados para elaboração de políticas políticas com foco na cultura local;
- Defender condições de trabalho dos(as) artistas locais;
- Pensar políticas de incentivos para profissionais LGBT que estão iniciando a carreira, uma vez que o circuito orçamentário acaba ficando restrito a certos grupos, bem como, buscar descentralizar territorialmente as apresentações, para além do trecho Beira-Mar/Praia do Futuro.

3.4 Programa para a vida das Mulheres em Fortaleza

O programa do PSOL para as eleições de 2020 no município de Fortaleza é um diálogo permanente com a história de vida das mulheres e com a luta feminista, identificando, em suas estratégias e reivindicações, os elementos que unificam a trajetória e a luta das mulheres com a transformação radical das relações sociais em sua totalidade.

O feminismo, desde os seus primórdios na Europa até assumir forte expressão como sujeito político na América Latina e no Brasil, vem se reafirmando como um movimento social que, assim como outros, desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais, e que se expressam de diversas formas através da tríade "patriarcado, racismo e capitalismo".

Neste cenário, é importante situar as mulheres organizadas e o feminismo como parte do contexto atual e sua articulação com o projeto de uma sociedade igualitária, diante da conjuntura política e dos retrocessos das políticas sociais do governo de Jair Bolsonaro. Ao assumir o governo, a população vem sofrendo uma série de ataques e perda de direitos, especialmente para as mulheres, que são as mais afetadas por essa série de desmontes.

Embora os governos anteriores não tenham elaborado políticas que efetivamente melhorassem a vida das mulheres de forma substancial, no atual governo as mulheres vêm sofrendo um desmonte total de políticas que garantiam um mínimo de dignidade e que foram o resultado de muita pressão social por parte dos movimentos sociais e sociedade civil. Este desmonte iniciou-se no governo de Michel Temer e se aprofunda no governo Bolsonaro.

Neste sentido, é importante visibilizar, no processo eleitoral de 2020, que houve um agravamento da situação das mulheres neste cenário de pandemia, com o aumento da violência doméstica e também institucional, na medida em que o poder público não garante condições de segurança do trabalho e pagamento justo para as atividades de cuidado onde as mulheres são a maioria da mão de obra envolvida. Logo no início do isolamento social, os movimentos de mulheres advertiram as autoridades políticas, sanitárias e organizações sociais sobre a forma como a pandemia da Covid-19 e o isolamento social poderia afetar as mulheres - tanto através da sobrecarga de trabalho como através de incremento dos índices de violência doméstica e diminuição de acesso a serviços de atendimento, como as delegacias de mulheres, a casa de apoio, acesso a métodos contraceptivos, entre outros mecanismos para a segurança física e psicológica das mulheres.

É importante entender, dentro da realidade de Fortaleza, o papel das mulheres na linha de frente de trabalho no enfrentamento a pandemia. Além das longas jornadas de trabalho em hospitais, especialmente em lugares com maior risco de vida como as enfermeiras, as mulheres da limpeza, também cabe destacar aqui as trabalhadoras domésticas. Em sua maioria mulheres negras que residem nas periferias de Fortaleza, que não tiveram direito ao isolamento social e

que tiveram que se deslocar para áreas da cidade onde, no início, havia maior índice de contaminação, como era o caso da região economicamente mais rica da cidade, formada por bairros como Aldeota e Meireles, entre outras áreas. Além de não conseguir o isolamento social, ainda corriam o risco de se contaminar e levar o vírus para sua região de moradia e para sua família. No Brasil, a primeira morte da Covid-19 foi de uma empregada doméstica contaminada por sua patroa que havia viajado para Europa.

Neste sentido, diante da conjuntura atual é necessário articular a luta do movimento de mulheres com as políticas sociais da gestão pública municipal. Em pesquisa realizada este ano, o Fórum Cearense de Mulheres (FCM) constata que, entre muitas outras ações, algumas conquistas recentes se deram a partir da luta das mulheres em Fortaleza, como a inauguração do Juizado da Violência contra a Mulher, em 2018; e a abertura da Casa da Mulher Brasileira, equipamento importante para garantir o apoio às mulheres vítima de violência em Fortaleza e em todo o estado do Ceará.

Em 2018, um dado que nos chamou a atenção foi o baixíssimo número de feminicídios registrados pela SSPDS. Em todo o ano, apenas 5,6% dos casos foram registrados como tal, 2,8% como latrocínios, 0,2% como lesão seguida de morte e 91,4% como “homicídio doloso”. Estes dados vão na contramão de todos os estudos sobre homicídio de mulheres, que indicam tratar-se, majoritariamente, de feminicídios: o assassinato de mulheres por razão do seu gênero. Outro dado alarmante foi o número de homicídios de meninas com idade entre 0 e 19 anos: 118 meninas ao longo do ano, sendo 115 entre 10 e 19 anos. Apesar de muitos desses casos terem sido amplamente divulgados em noticiários de TV e na internet, sobretudo pelo requinte de crueldade e pelo ataque frontal ao corpo “feminino” que os caracterizavam o assassinato dessas meninas e jovens, todos foram registrados pela SSPDS como homicídio doloso (Dados do DOSSIÊ, 2020, FMC).

Desta forma, as mulheres reivindicavam o direito de participar ativamente da vida pública e, ainda, o acesso ao trabalho e o direito à educação. Diante de governos autoritários em nível federal, estadual e municipal, em que expressões do fascismo e do fundamentalismo crescem no cotidiano das cidades, é necessário apresentar uma alternativa de esquerda. E nós, do PSOL e PCB, apresentamos uma chapa que é expressão da luta contra o patriarcado e o racismo.

Propostas

- Formação e capacitação de gestores e funcionalismo públicos, com incorporação de políticas transversais de combate ao machismo, lgbtifobia e ao racismo;
- Criação de uma Secretaria Municipal de Mulheres na gestão municipal, para garantir apoio às políticas sociais de combate à violência doméstica e institucional, com maior equidade na estrutura de poder;
- Garantir os custos financeiros para a manutenção do Hospital das Mulheres;

- Manutenção e criação de novas lavanderias comunitárias, além de outros aparelhos coletivos de infraestrutura que possibilitem a divisão do trabalho doméstico;
- Garantir o funcionamento de creches e escolas nas regiões da cidade economicamente mais pobres para garantir a segurança das crianças e a tranquilidade das mulheres que precisam trabalhar;
- Moradia popular com titularidade prioritariamente para as mulheres;
- Casa de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e institucional, com apoios psicológico, jurídico e outros mecanismos que garantam a integridade física das mulheres;
- Fortalecimento dos conselhos e outros mecanismos que garantam a efetiva participação das mulheres;
- Inclusão, no conteúdo pedagógico das escolas públicas e espaços da gestão, de temas sobre igualdade entre homens e mulheres, divisão sexual do trabalho, violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha como ferramenta para prevenir e proteger as mulheres dessa violência;
- Políticas de trabalho e renda para as mulheres;

3.5 Políticas de comunicação para a governança popular e a garantia do direito à comunicação

Tendo em vista o importante lugar que os meios ocupam como mediadores das relações sociais e do nosso conhecimento do mundo, adotamos a compreensão de que a comunicação é um direito humano e basilar para a garantia dos demais direitos, bem como para a garantia da democracia. Ademais, os meios de comunicação tradicionais, como TV e rádio, e as mídias digitais configuraram-se como importantes espaços de debate público, fundamentais para a circulação de ideias e valores, por fim, para a disputa de hegemonia na sociedade.

Por isso, objetivamos adotar medidas que garantam a manifestação da pluralidade e da diversidade da gente da nossa cidade e que ampliem a participação de diversos segmentos nos meios de comunicação. Tais propostas de ação, que partem das contribuições dadas pelas organizações sociais que atuam no campo da comunicação, buscam incidir sobre a desigual presença dos grupos sociais nos meios de comunicação, já que estes são hegemonicamente ocupados por entes privados, para isso estimulam meios alternativos e o sistema público, entendido como distante de interesses governamentais, de um lado, e do mercado, de outro. Além disso, abordam a comunicação como instrumento da própria gestão pública, essencial para a consecução dos objetivos das diversas políticas sociais, adotando, em âmbito municipal, o que estabelece a Lei 12.527/11 e o Decreto 7.724, que garantem o acesso à informação pública, tendo como premissa a necessária transparência e a fiscalização do poder público.

Para garantir o direito humano à comunicação, à liberdade de expressão, à informação e ao conhecimento, pois só com a combinação desses elementos é que os povos podem conquistar autonomia e exercer a política, apresentamos uma gama de políticas públicas que devem ser

promovidas com os objetivos de: 1. Fomentar a comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública; 2. Garantir a transparência na gestão e o acesso a todas as informações necessárias para o pleno exercício da política; 3. Integrar as ações e políticas de comunicação às demais políticas públicas do município, de forma a constituir arranjos que contribuam para o fortalecimento de políticas integradas; 4. Potencializar a apropriação dos meios e o exercício do direito humano à comunicação por todos e todas; 5. Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação na cidade; 6. Fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação.

Tais princípios estão organizados nos seguintes eixos norteadores das políticas que aqui apresentamos: A) Comunicação como instrumento de democratização da gestão pública e fortalecimento da participação popular; B) Políticas de ampliação da transparência, de garantia do acesso à informação pública e do compartilhamento do conhecimento; C) Políticas públicas para acesso aos meios de comunicação e fomento à pluralidade e à diversidade; D) Gestão participativa das políticas de comunicação. Assim, estabelecidas as perspectivas políticas que orientam nossa intervenção nesse campo, passamos à apresentação de propostas para o setor das comunicações.

A - Comunicação como instrumento de democratização da gestão pública e fortalecimento da participação popular.

- Garantir espaços permanentes de interlocução do poder público com a população, como ouvidorias públicas;
- Ampliar os mecanismos de governo eletrônico, com participação ativa da população para consultas, solicitações, dúvidas, diálogo sobre demandas e utilização de ferramentas de participação;
- Garantir ampla divulgação de informações relativos à gestão pública, como projetos e orçamentos, de modo que sejam de fácil acesso a toda a população e que possam ser usados por pessoas portadoras de deficiência, em conformidade com o decreto federal nº 5296, regulamentador da lei de acessibilidade nº 10098, relativa à acessibilidade na internet, telefonia, televisão e tecnologias assistivas em técnicas e serviços;
- Utilizar estratégias de comunicação para facilitação de processos de participação popular (como orçamento participativo e similares) e planejamento estratégico nos bairros, viabilizando a discussão, pela população, das prioridades de ação nas diversas regiões do município;
- Garantir que as políticas de comunicação pensadas como ferramenta de gestão em outras áreas (como saúde e educação) sejam não apenas de difusão (unidireccionais, uniformes e centralizadas), mas principalmente participativas (bidireccionais, adaptadas às diferentes realidades e descentralizadas);

- Difundir para os cidadãos seus direitos, a estrutura e o funcionamento da Prefeitura e da Câmara Municipal e as formas possíveis de participação na gestão pública, com a divulgação de espaços de controle social e participação popular e a realização de campanhas educativas sobre o tema.

B - Políticas de ampliação da transparência, de garantia do acesso à informação pública e do compartilhamento do conhecimento.

- Garantir a toda a população o acesso à informação pública como instrumento para facilitar o controle social das políticas de governo.
- Estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento em publicidade oficial nos meios de comunicação, tendo como objetivos: i) tornar públicos os critérios de distribuição das verbas e a execução orçamentária; ii) evitar pressões indevidas tanto por parte dos governos como por parte dos veículos; e iii) garantir uma distribuição de recursos que não tome a medida de audiência como único critério, permitindo o investimento também em pequenos veículos, especialmente os comunitários, garantindo a autonomia política deles;
- Apresentar projeto proibindo, como feito a partir do mandato de Renato Roseno na Assembleia Legislativa, a destinação de publicidade para sites denunciados por desinformação (fake news), em parceria com organizações e universidades e com transparência e controle social acerca dessa classificação;
- Criar política de divulgação e informação das políticas sociais que dialoguem com os veículos comunitários e com espaços públicos como escolas, associações de bairro etc.;
- Adotar licenças livres nos documentos e publicações do município, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento;
- Adotar softwares livres em todas as áreas da administração municipal e nos programas sociais do setor.

C. Políticas públicas para acesso a meios de comunicação e fomento à pluralidade e à diversidade.

- Estabelecer medidas de fomento à comunicação alternativa e comunitária, como a criação de uma Escola de Comunicação Itinerante, de acordo como proposto pela sociedade civil durante a Conferência Municipal de Comunicação em 2009.
- Criar Fundo para Comunicação Pública e Comunitária, por meio do qual deve-se estabelecer uma política de financiamento e apoio às mídias públicas, populares e alternativas. As verbas deste fundo podem ser utilizadas para dar suporte à estruturação, apoio técnico, capacitação, investimento em equipamentos e manutenção e funcionamento daqueles meios de comunicação;

- Constituir o sistema público de comunicação da prefeitura, ampliando e criando mecanismos de participação da TV Terra do Sol, em articulação com outras iniciativas, a exemplo de canal de streaming da prefeitura, reunindo produções culturais da cidade;
- Estimular a produção de comunicação e viabilizar a distribuição desse conteúdo, através do sistema público de comunicação, tendo como critério também a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos;
- Criar mecanismos de estímulo à postura crítica dos cidadãos em relação à comunicação, ofertando, nas escolas municipais, conteúdos vinculados à leitura crítica dos meios e à prática da produção comunicativa e sobre formas de combater a desinformação (fake news);
- Estabelecer práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens e adultos;
- Apoiar o processo de instalação e desenvolvimento das rádios comunitárias no município, em diálogo com o Ministério das Comunicações, já que é o responsável pelo processo de outorga das rádios comunitárias;
- Integrar Centro de Formação em TICs , rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais do município com a criação de Pontos de Mídia que funcionem como espaços para produção popular e que estejam ligados a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção. Para que se garanta a independência dessa produção em relação ao governo municipal, essas centrais devem ser geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da sociedade civil local.

D) Gestão participativa das políticas de comunicação.

- Sendo a comunicação um assunto de interesse público, a construção das políticas públicas deve se dar por meio de processos participativos, portanto deverão ser criados espaços que promovam tal participação;
- Criar o Conselho Municipal de Comunicação Social, que terá como objetivo participar da formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação. Sua constituição deve se dar a partir de diálogo do poder público com a sociedade civil local, pactuando atribuições, composição e formas de escolha, que devem sempre garantir independência política frente aos empresários e ao poder público;
- Desenvolver Plano Diretor participativo de Radiodifusão Comunitária, uma vez que o Ministério das Comunicações não tem critério definido para o estabelecimento de áreas de execução nos municípios;
- Buscar viabilizar que as propostas apontadas acima se tornem política de Estado, para tanto, propomos que um capítulo sobre a comunicação seja incorporado à Lei Orgânica dos Município, estabelecendo princípios e metas para as políticas voltadas ao setor.

4. CIDADE INOVADORA

A Fortaleza necessária é inovadora, solidária e empreendedora. É uma cidade de proximidade, confiança, de novas economias, que ousa promover formas alternativas de negócios. É uma cidade que parte na frente quando se pensa em educação, ciência e tecnologia, comprometida com a criatividade e a cultura, que gera riqueza e empregos com planos de emprego justos e inclusivos. Queremos uma cidade que também aspira novas conquistas porque tem o talento, o potencial e as pessoas para alcançá-las.

4.1 Educação

A nossa compreensão em relação ao papel da educação na vida social reafirma o entendimento que sua razão de ser é ler e compreender o mundo para transformá-lo; guiamo-nos pelas palavras do mestre Paulo Freire, quando diz: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.”

O conhecimento, elemento importante na efetivação da educação escolar, não deve servir apenas para o aprendizado das disciplinas curriculares formalizadas pelos órgãos, conselhos e parâmetros teóricos que deliberam sobre a educação/o ensino. O conhecimento amplo, defendido pelo PSOL, deve servir para ler e compreender o mundo para mudá-lo, para transformar radicalmente a realidadeposta e imposta na sociedade.

Nesse sentido, não podemos reduzir o direito à Educação integral (visando a integralidade do ser) ao mero direito à aprendizagem curricular. Tampouco, tornar a dialética da aprendizagem-ensino uma operacionalização do ensino bancário, tal como tem sido apropriada pelos governos estaduais e municipais no intuito de garantir bons registros nos rankings de avaliação escolar internacionais. O Ceará é um exemplo dessa realidade de educação meritocrática, importante mecanismo para fortalecer a política neoliberal em curso no país.

Para que a educação cumpra o seu papel político, tal como expresso nos parágrafos anteriores, é preciso considerar que as crianças e adolescentes naturalmente exploram o mundo em que vivem; por conta disso, e aproveitando essa característica majorante, defendemos que os currículos das escolas públicas municipais organizem-se a partir do mundo vivido pelos estudantes. Para tanto propugnamos uma proposta pedagógica que seja construída a partir dos “temas geradores”, a exemplo do que fora feito na administração municipal de São Paulo, à época da gestão da então prefeita, a companheira Luiza Erundina.

Tomando-se os “temas geradores” como as referências sociais e pedagógicas da proposição, os currículos escolares organizam-se através das articulações de três pólos complementares, a saber: (i) os conhecimentos acadêmicos, por excelência, papel precípua da

escola, (ii) os conhecimentos que os estudantes têm sobre esses conteúdos acadêmicos e (iii) as características próprias de cada fase/etapa do desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Os “temas geradores” aqui referidos, deverão emergir de triagens cartográficas que tomam como objetos o mundo físico, natural e construído, e mundo social que compõem o entorno da escola, este entendido como construto físico-temporal que se amplia geográfica e temporalmente a partir dos cotidianos vividos pelos estudantes. Na ampliação geográfica do entorno escolar, parte-se do vivido pelas crianças pequenas nas suas casas e na escola, incorporando-se, gradativamente, à medida que avançamos na escolarização, os espaços geográficos da comunidade, do bairro, da região administrativa, da cidade, do estado e, assim, gradativamente, até chegarmos ao planeta, o espaço comunitário de todos nós. Do ponto de vista temporal, parte-se, igualmente, das crianças como referências primeiras, tomando suas histórias de vida como como pontos iniciais e, a partir delas, caminharmos para as histórias dos pais, dos avós, o que pode se constituir num primeiro esboço da história da comunidade, que deve se ampliar para a história do bairro, da cidade, do país, até chegarmos à história da humanidade, comunidade maior que habita o mesmo planeta.

É desse modo que entendemos que o acesso aos conhecimentos acadêmicos, um direito de todos, pode permitir compreensões críticas do mundo, passo primeiro para elaborações que podem/devem levar às transformações das realidades dos filhos dos trabalhadores que, entendemos, será, sempre, uma ação coletiva.

Nesse sentido, a proposta de Educação Integral aqui defendida difere da simples ampliação da jornada escolar no contraturno, tão ao gosto de proposições de escola em tempo integral, como aquela do Programa Mais Educação, que focava/foca sua atenção, quase exclusivamente, na melhoria do aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática, além de “ocupar” o tempo dos estudantes com outras atividade. Entre outras coisas, nossa concepção se propõe inclusiva e diversa.

Todo conhecimento deve ser, portanto, acessível, inclusivo a toda diversidade de indivíduos em suas particularidades físicas e cognitivas; assim como precisa abranger toda totalidade dos perfis sociais, econômicos, raciais, sexuais e de gênero. É inegociável a garantia do debate sobre inclusão e democratização do ensino e da gestão escolar. É o momento de tratarmos a Educação inclusiva como um importante paradigma defendido pela Educação verdadeiramente para todos e todas. Com ela, alteraremos o *status quo* que pensa a Educação a partir dos lugares e experiências de privilégio. É através da educação inclusiva, também, que alteraremos as estruturas escolares no âmbito político e social.

A educação integral considera cognição, desejos, motricidade, afetos, ou seja, toda a complexidade do ser humano, muito além dos conteúdos programáticos escolares. E a educação inclusiva demanda a transformação da escola, para eliminar barreiras e gerar acessibilidade. É necessário ter suportes e provisão, com tecnologias.

O cenário nacional aponta muitos retrocessos, desde a política de alfabetização adotada, através do método fônico. Sobre inclusão, não há efetivação da Lei Brasileira de Inclusão. Na lei, a educação é um direito de todas e todos, por princípios éticos, filosóficos e legais.

A dialética da exclusão/inclusão está posta, mas ela não deve ser aceitável. Estudantes estão incluídos/as na escola pela matrícula, mas há uma exclusão, dentro do sistema educacional, pois não há qualquer adaptação e ou recursos para a sua participação e aprendizagem. É urgente a formação docente que vá da sensibilização à ciência teórica. A Política Nacional de Educação Inclusiva deve ser implementada no município, com garantia de formação docente, desde a graduação; de implementação de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE); financiamento, para formação e equipamentos adequados e adaptados. Nossa lema, portanto, é que nossas diferenças não nos causem desigualdades.

Assim, defendemos:

- Operar o ensino escolar a partir de uma Educação Integral, inclusiva e democrática;
- Considerar a organização de ensino escolar a partir dos CICLOS de aprendizagem e não por setores anuais;
- Democratizar o sistema escolar para além da democratização da gestão;
- Promover formações continuadas e cotidianas para professoras/es e servidoras/es da educação;
- Garantir que o espaço escolar seja um espaço da diferença, da igualdade e da diversidade;
- Reformular o material didático que está inadequado para os modelos que garantam princípios fundamentais de inclusão e de democracia de acesso ao conhecimento;
- Ampliar a rede de educação infantil, a fim de atender a demanda reprimida em quatro anos, por meio da construção e manutenção de seis Centros de Educação Infantil na rede municipal, com profissionais qualificados.
- Ampliação de matrículas em creches em tempo integral, de modo a atingirmos 50% de cobertura para essa sub etapa da educação básica, na cidade de Fortaleza.
- Início de atendimento, em tempo integral, para grupos de crianças de 0 (zero) a 1 (um) ano de idade.
- Ampliação do atendimento de crianças de 4 e 5 anos de idade em pré-escolas de tempo integral, de modo a atender, no mínimo, o fluxo contínuo de crianças matriculadas em tempo integral nas creches.
- Reorganização curricular, tendo em vista a minimizar dos danos provocados pelo isolamento social decorrente da pandemia de COVID 19, com atenção especial para as classes das 5^a e 9^a séries.
- Requalificação do acervo das bibliotecas escolares e instalação desses equipamentos em estabelecimentos que não o possuírem.
- Ampliação do número de computadores nos laboratórios de informáticas das escolas públicas municipais, tendo em vista a adequação de computadores (funcionando) e número de estudantes e instalação desses equipamentos em estabelecimentos que não o possuírem.
- Requalificação dos materiais e equipamentos dos laboratórios de Ciências da Natureza das escolas municipais e instalação desses equipamentos em estabelecimentos que não o possuírem.

O direito à Educação defende o princípio de Doutrina da Educação Integral na perspectiva de disputar o papel social da escola. Entender o público das escolas como um perfil em desenvolvimento. É um direito humano o acesso à educação e, para além de haver o objetivo de formar o sujeito preparado para o ensino superior e mercado de trabalho, também consta na Constituição que a educação deve contemplar o pleno desenvolvimento da cidadania de cada indivíduo. Precisamos disputar o sentido político e humano dentro dos espaços educacionais que envolvem crianças e adolescentes. Direito humano à educação completa e integral que atravessa o ambiente escolar e extrapola o ensino cartesiano de aprendizagem curricular.

70% por cento do perfil social das escolas públicas no Brasil é de negras e negros. Esse elemento quer dizer muita coisa e precisa ser visualizado quando debatemos segurança e gestão participativa no fazer escolar. É preciso considerar quem são esses sujeitos e suas condições psico-socio-econômicas para implementar um modelo seguro e que garanta a proteção para todas/os sem distinção.

Outro campo fundamental para considerar nesse debate é a existência de uma profunda desigualdade de gênero na educação. Os dados sobre a mulher, crianças e adolescentes mulheres revelam o grau de descaso do Estado sobre esse perfil de estudantes. Entre 60 e 70 por cento dos casos de violência sexual com crianças e adolescentes acontece dentro de casa. O debate sobre violência doméstica, como identificar e criar redes de proteção para denúncias seguras, além de educar para a prevenção à violência e autoproteção das mulheres precisa entrar como defesa fundamental dentro do debate sobre educação.

O modelo educacional tem a ver com projeto político e a disputa da educação tem servido para recrudescer o projeto colonial político que disciplina corpos e ensina sobre obediência e restrição do corpo, cada vez mais distante da perspectiva emancipatória. É importante rompermos a lógica da pedagogia colonial e da violência racista, classista, lgbtfóbica, patriarcal, geracional e capacitista.

Romper com essa lógica é difícil, para os/as próprios/as profissionais que operacionalizam a prática educacional, porque estes sujeitos também estão imersos na lógica da naturalização da violência e da cobrança e vigilância do seu trabalho, como parte de um resultado que precisa ser positivo para os cálculos do governo. Precisamos romper a lógica de instrumentalização do modelo produtivista da vida, como se o sujeito fosse apenas isso.

A violência para o sujeito que vive a escola pública é experimentada de diversas formas e para falarmos de proteção, é preciso, antes, que entendamos quem é esse indivíduo e que lugares são esses onde as violências são perpetuadas. A escola é um lugar importante para a garantia da segurança e da proteção à criança e ao adolescente porque, minimamente, há alguma atuação do Estado diante de todo esquecimento e apagamento das relações saudáveis em outros espaços. Esse elemento nos impõe a uma postura crítica diante da defesa do ensino domiciliar, pois é o espaço doméstico um dos que mais potencializam violências e distorções sobre segurança infantil em áreas sócio-econômicas de extrema vulnerabilidade. Assim, defendemos e fortalecemos a defesa da educação pública e de acesso a todas e todos, desde a creche.

Não temos linguagens amigáveis às crianças que possam alcançá-las sobre seus direitos e sobre os canais de ajuda e de apoio para garantia de sua segurança. É papel da escola fazer a

prevenção, observação e notificação dos casos que envolvam seus alunos. Implementaremos as Comissões Escolares de Prevenção e Proteção à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Precisamos nos opor frontalmente à lógica da segurança e proteção dos e das estudantes através da lógica militar. O combate à violência não acontece nos marcos de reprodução da violência, de implementação da lógica policial sobre a criança ou adolescente em vulnerabilidade. O que garantirá a segurança é a integração da escola com a comunidade e com as redes formais de atenção e proteção da criança e adolescente.

Outro aspecto essencial defendido no âmbito da nossa proposta de educação Integral em escolas de tempo integral é o exercício da vivência democrática, que deve contemplar a rede municipal em todas as dimensões da gestão, o que deve ser compreendido em sentido mais amplo do que as simples “eleições” para as direções das escolas.

A democracia burguesa nunca foi plena no Brasil. Com seu histórico de opressões, o Estado nunca foi presente, nem produziu igualdades. Nesse sentido, o princípio de democracia como sendo a soma simples dos votos representaria a maioria é uma farsa. Nunca houve condições de igualdade entre classes, raças e gêneros, no Brasil. Para superar essa democracia, a tarefa das pessoas revolucionárias, como nós, do Psol, é legitimar as práticas dos movimentos sociais, coletivos, associações e ativistas. Nossa tarefa é romper com a infraestrutura da burguesia.

A marca de práticas autoritárias está presente na rede pública e privada de ensino, infelizmente. Nesta última, a situação se agrava diante da instabilidade e da ausência de ferramentas democráticas para docentes e estudantes.

A democratização da educação resume-se à expansão de matrículas? Só o acesso garante a democratização?

Primeiro, nem o acesso, através de matrículas, está garantido a todas as crianças. Em Fortaleza, havia um déficit de, pelo menos, 2 mil vagas em creches, em 2019. Quando se trata de adolescentes, temos um número de cerca de 670 mil, entre 15 e 17 anos, que nem estudam, nem trabalham no Ceará.

Para tratar de questões ideológicas, é importante mencionar o avanço das escolas cívico-militares, estaduais e municipais. São escolas onde os espaços de menor horizontalidade; além de serem ‘vendidas’ como melhores escolas por conta da disciplina e da ordem, quando, na verdade, são escolas que recebem maiores cargas de financiamento. Por isso, nos posicionamos contra a militarização do ensino.

As escolas precisam ser espaços mais democráticos para que não haja nenhum tipo de assédio moral, para com profissionais diante das gestões; e para que não haja nenhum tipo de assédio sexual, para com estudantes.

As escolas deverão, sim, realizar consultas junto às comunidades escolares para identificar os atributos que consideram mais adequados aos gestores das suas escolas, no entanto, e antes disso, elas, as pessoas que as compõem, serão convidadas a conhecer e discutir suas

escolas, tomando como referências algumas dimensões da qualidade dos processos educativos, dentre as quais se pode citar, por exemplo:(i) o ambiente educativo/as relações interpessoais e os respeitos mútuos; (ii) as práticas pedagógicas; (iii) os processos avaliativos; (iv) a gestão escolar; (v) as formações e as condições de trabalho dos profissionais da educação; (vi) o ambiente físico escolar e (vii) os acessos, as permanências e os sucessos na escola.

Compreendemos que somente depois desses movimentos, que devem explicitar as necessidades e potencialidades de cada unidade, a comunidade escolar estará preparada para escolher seus diretores e vices, a partir das propostas que os pretendentes candidatos apresentarão para equacionar as questões então explicitadas.

Para além das consultas para as nomeações dos diretores e vices de cada unidade escolar, o que, formalmente, não devem ser entendidas como eleições, uma vez que os cargos são de confiança, o fortalecimento das práticas democráticas nas escolas prevê o funcionamento, de fato, dos colegiados decisórios em cada escola, com a “oxigenação” das instâncias consultivas e deliberativas que lhes são próprias. Para um programa eleitoral socialista, o município deve apontar para orçamentos participativos; núcleos comuns de trabalhadores e trabalhadoras; núcleos interculturais; escolha democrática de diretoras/es; conselhos escolares fortalecidos e independentes; grêmios escolares autônomos; escolas como centros de cultura.

Para ampliar e consolidar os processos de democratização da gestão na rede municipal de Fortaleza, defendemos a definição/construção de instâncias consultivas e instâncias deliberativas no âmbito de cada região administrativa em que está dividida a gestão da nossa cidade; esses espaços seriam constituídos por representações das unidades escolares, contemplando, sempre, os seus segmentos constitutivos: a gestão, os profissionais da educação, os pais/responsáveis e os estudantes.

Por último, mas não menos importante para completar a matriz democrática aqui defendida, dos colegiados das unidades administrativas regionais sairão representantes para a constituição de uma instância consultiva municipal, que deverá ser ouvida pela administração central da Secretaria Municipal de Educação. Importa frisar que esses processos devem fazer parte do cotidiano operativo e decisório da SME, e não devem ser confundidos com os processos conferenciais que deverão ser retomados para as definições dos compromissos que extrapolam as específicas gestões, pois entendemos que as resoluções dos problemas da educação pública demandam, quase sempre, mais tempo do que um específico mandato.

Fortaleza possui a quarta maior rede municipal de ensino do país, com mais de 211 mil estudantes, assim distribuídos: 21.644 crianças bem pequenas matriculadas nas creches, sendo 15.935 em tempo integral; 27.403 crianças frequentando as pré escolas, com, apenas, 276 (!) matrículas em tempo integral; 83.010 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, das quais, 40.962 em escolas de tempo integral; 68.344 adolescentes frequentando as aulas nos anos

finais do ensino fundamental, dos quais, 27.587 em tempo integral e 11.027 matrículas em classes da educação de jovens e adultos, ensino fundamental.

Desses números saltam algumas evidências que precisarão de equacionamentos imediatos, tais como: (i) a ampliação de matrículas na pré-escola, em tempo integral que, em 2019, representavam cerca de 1% das matrículas nesse segmento e (ii) o decréscimo de quase 3 mil estudantes na passagem dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental (há uma diminuição de 14.666 matrículas na rede municipal que é compensada, parcialmente, pelo acréscimo de 11.741 novos estudantes na rede estadual, em Fortaleza). Tanto num caso, como noutro, processos de buscas ativas deverão ser acionados que, para maior e mais rápida efetivação, precisarão das colaborações dos Conselhos Tutelares.

Para além das descontinuidades evidenciadas nos dados do Censo Escolar de 2019, é importante registrar que há, em Fortaleza, 7 mil crianças bem pequenas cujas solicitações de matrículas em creches já estão registradas no cadastro único da prefeitura; é bom lembrar, também, que essa demanda efetiva é maior do que aquela atualmente contabilizada. Para os equacionamentos dessas demandas, algumas das quais já registradas, é intenção de uma gestão do PSOL na prefeitura de Fortaleza as ampliações dos investimentos em educação para além dos mínimos previstos no artigo 212 da Constituição Federal.

Com relação às creches há uma questão histórica. Quando não há vagas o suficiente, existe um convênio que é feito com instituições privadas. Ainda que não sejam com fins lucrativos, de toda forma, são recursos públicos que se esvaem para as instituições privadas. Nossa defesa é de acabar, gradativamente, com esses convênios e garantir infra estrutura para a construção e manutenção de Centros de Educação Infantil na rede municipal, com profissionais qualificados.

É possível, também, que esse cenário de demanda por vagas nas escolas públicas municipais seja amplificado em função da situação decorrente da pandemia do Coronavírus que, entre outras coisas, implicou em queda da atividade econômica, com a consequente perda de empregos e rendas, o que levou muitas famílias a retirar seus filhos de escolas particulares, buscando matrículas nas escolas públicas. Em função disso, projeta-se um aumento nas demandas por matrículas tanto na pré escola como no ensino fundamental.

Em se tratando de Educação em tempos de pandemia, nossa máxima é *A vida vale mais que os lucros!*

O fechamento das escolas devido à pandemia da COVID-19 tem-se mostrado um risco sem precedentes à educação, proteção e bem-estar de crianças e de adolescentes. As atividades educacionais passaram a ser desenvolvidas, prioritariamente, de forma digital, mediadas por diferentes ferramentas tecnológicas. Esse processo passou a ser chamado, inclusive em decreto governamental, de atividades escolares não-presenciais. Isso diz muito da precariedade deste processo, uma vez que nem pode ser considerada Educação a distância – EaD, uma modalidade de ensino regulamentada, com critérios bem definidos.

O que tem sido feito até aqui é um arremedo de ensino, que tem precarizado o trabalho docente e afastado uma grande parte do corpo discente das escolas.

No que se refere ao trabalho docente, que passou a ser intermediado por ferramentas remotas, com destaque para o uso de celular e internet, não houve qualquer preocupação, seja na rede privada ou pública, com o suporte a ser fornecido pelas instituições. Todo o aparato passou a ser de custo e responsabilidade de cada docente, fazendo uso pessoal e doméstico dos seus equipamentos. O acompanhamento remoto não tem seguido as delimitações de escalas e horários das atividades escolares presenciais. Assim, a carga horária diária de trabalho, para atendimento e re-planejamento de metodologias para as disciplinas, passou a ser maior. Some-se a isso o acúmulo de tarefas profissionais e domésticas, em especial para as professoras que também são mães – uma vez que nossa sociedade patriarcal lança sobre as mulheres a carga do serviço doméstico e de cuidados com crianças e pessoas idosas.

A realidade estudantil das escolas públicas tem sido de enfrentar a crise de saúde pública associada com a crise financeira. A maioria das/dos estudantes não possui as condições domésticas adequadas para o estudo nem tão pouco o acesso às ferramentas tecnológicas (computadores, tablets e internet). Vale dizer que a rede municipal de ensino mal garantiu a assistência alimentar, e nem aponta para qualquer ação de inclusão digital.

Depois de seis meses de escolas fechadas para atividades presenciais, temos realidades distintas se desenhando, apesar de continuarmos em um cenário de pandemia, e o Brasil é o país que mais tem contribuído para que ela não acabe.

As escolas da educação básica estão construindo planos de retomada das atividades presenciais, sem qualquer anúncio seguro ou ação concreta sobre as condições sanitárias necessárias. Nossa defesa é de que a Prefeitura deve readequar as escolas, do ponto de vista estrutural, sanitário e pedagógico para um retorno seguro, para profissionais e estudantes.

O ensino híbrido é, sem dúvidas, uma alternativa possível para crises como a que vivemos. Contudo, somos radicalmente contra esse "novo normal" desenhado sutilmente pela burguesia que controla a educação privada no país e que já encontra amparo legal de implementação nacional, tanto na rede privada como pública de ensino, investindo no ensino remoto, controlado por corporações do mundo da comunicação e do controle de dados.

A outra ponta do tal ensino híbrido é a atividade presencial durante a pandemia. A constituição de protocolos e planos de retomada das atividades presenciais está em desenvolvimento nas instituições públicas e privadas. Entretanto, as escolas necessitam de melhor orientação técnica para a elaboração de tais planos. Não há nas escolas a *expertise* sobre epidemiologia, sanitarismo e/ou infectologia. Assim, os parâmetros epidemiológicos e sanitários devem ser muito nítidos e monitorados, cotidianamente. A Prefeitura deve garantir EPI, testagem em massa, acompanhamento psicossocial e pedagógico.

Nossa proposta é que as condições sanitárias, estruturais e pedagógica, para que sejam muito bem estabelecidas, devem acontecer através de processo democrático de escuta de toda a comunidade escolar.

As escolas necessitam de ampliação de orçamento para garantir a manutenção de higienização e desinfecção contínua de espaços e dos equipamentos, bem como aumento no número de pessoal, para as diversas funções, tais quais limpeza, alimentação, técnico-administrativo e docente.

Falar de orçamento e financiamento da educação é falar Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Nossa defesa sempre foi de que o FUNDEB fosse permanente, pois é fundamental para manter a qualificação e carreira docente, para que sejam especialistas em suas respectivas áreas de ensino.

Debater financiamento é essencial porque é através do financiamento que é destinado à educação, por meio de uma política pública, que fortalecemos escolas e profissionais de educação. É importante destacar que tanto a Constituição Federal quanto a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece em critérios gerais e de distribuição de responsabilidades entre os entes Federados. Nesse sentido, a prioridade de atendimento dos Municípios é a educação infantil e o ensino fundamental.

Desse modo temos uma grande conquista, em 2020, que é o novo FUNDEB, fruto de mobilização e articulação para que a emenda constitucional fosse aprovada. Foi com ele que veio a vinculação permanente do financiamento para educação.

A despeito de certa euforia decorrente da aprovação, e futura regulamentação, do novo FUNDEB (EC 108/2020), nossa proposta de governo considera que as alterações pouco deverão impactar o orçamento de Fortaleza, pelo menos num primeiro momento, uma vez que os aumentos esperados nas parcelas de complementação da União através do VAAT, por exemplo, deverão ser carreados para os municípios com pequenas capacidades de arrecadação; é ciente desse horizonte imediato que equacionamos o financiamento da educação na nossa cidade.

O Fundo faz um recorte de destinação para a valorização da carreira docente; para o pagamento salarial de professoras e professores. Com o novo FUNDEB, temos a constitucionalização para o pagamento de salário para profissionais da educação, uma vinculação de 70% (anteriormente era de 60%). E Agora, há a destinação para profissionais da educação e não mais só para profissionais do magistério. Assim, teremos o compromisso com a valorização de profissionais da educação, garantindo a carreira e condições de trabalho.

Em se tratando de profissionalismo, pode- se dizer que ele se dá em um tripé composto por: formação, carreira e salário. Se algum dos três elementos não estiver sendo atendido, a trabalhadora ou o trabalhador não corresponde ao profissionalismo do ensino. Nas escolas municipais de Fortaleza, há uma série de contratos diferenciados terceirizados, para funções como: merendeira, porteiro, auxiliar de serviços gerais, além de docentes e assistentes substitutas/os; o pessoal de Secretaria e da Administração; supervisores; gestão. Isso remete à precarização do trabalho. Algo que rechaçamos. São profissionais que desempenham um serviço importantíssimo, mas tem um contrato que não garante nenhuma estabilidade. Defendemos e nos comprometemos com concurso público, respeitando os planos de cargos, carreiras e salários.

Quanto à formação sempre foi nossa defesa a garantia de formação qualificada inicial e continuada, baseada em um princípio de gestão democrática e, preferencialmente, realizada na escola, ampliando o debate com a comunidade escolar. Desta forma também, entendemos o $\frac{1}{3}$ da carga horária docente para planejamento remunerado.

Por fim, consideramos também como eixo de valorização de profissionais de educação a saúde mental e física. Essa é uma das categorias que mais adoecem no Brasil, desde o ponto de vista físico e ao adoecimento psicoemocional. Em relação aos adoecimentos emocionais, é possível mapear situações onde a/o profissional da educação desenvolve aversão à escola, chega ao ponto de paralisar, por um desânimo ou por um pânico, gerando muito afastamentos e licenças médicas. Mantemos o nosso compromisso de garantir a melhoria da saúde física e mental desses e dessas profissionais.

4.2 Tecnologias para o bem viver

As últimas décadas registraram o crescimento da inserção das tecnologias na sociedade. Um processo que tem origem ainda nos anos 1970, quando a reestruturação produtiva do capitalismo deu centralidade ao que passou a ser chamado de novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) como base técnica do novo regime de acumulação. Novos produtos e serviços baseados nas tecnologias passaram a ser comercializados, um movimento que, de forma mais ampla, tem expressado uma reconfiguração econômica, com maior importância desse setor em âmbito global. Na esteira desse processo, alguns países, estados e municípios, sobretudo do Norte global, exemplo do Vale do Silício, afirmaram-se como produtores de tecnologias, estimulando a produção de inteligência pelo poder público e empresas, ao passo que os demais, caso do nosso, apenas como consumidores, o que intensifica a desigualdade econômica entre os territórios e outras desigualdades estruturais, como de raça, gênero e classe.

Tal transformação, que se revela na utilização para fins de lucro e também para precarização do trabalho, ficou nítida no contexto da pandemia, que acelerou o processo de mediação social por meio das tecnologias. No mundo do trabalho, é inegável a utilização das plataformas para mediação de contratações, muitas vezes como forma de burlar vínculos que garantam direitos trabalhistas, a exemplo do que ocorre em companhias como Uber, Rippi e outras mais. Outras categorias profissionais, caso das/os trabalhadoras/es da educação e de diversos outros setores que passaram a fazer home office, progressivamente passam a ser inseridas na mesma dinâmica, com efeitos sobre a saúde e os direitos dos trabalhadores. Ademais, sobretudo a partir das cidades, também cresceu a utilização de tecnologias informacionais para fins de monitoramento social, como por meio de georreferenciamento, em geral sem debate público ou garantia transparência, controle social, devido processo, direitos à privacidade e à proteção de dados.

Ocorre que o problema não é a máquina, mas a forma como ela é desenvolvida e aplicada. É preciso modificar a lógica hoje hegemônica de inserção social das tecnologias para que estas sirvam ao bem comum. **O poder pública deve desenvolver conhecimentos e usos contra-hegemônicos, pautados pelo objetivo de garantir direitos.** Por meio das tecnologias informacionais, podemos mapear e ampliar ações pautadas na colaboração e na solidariedade (como formação de redes de pesquisas e de produção de informações sobre a cidade), articular empreendimentos de economia solidária (formando redes que facilitem produção e circulação de produtos), desenvolver o cooperativismo de plataformas (serviços como transporte individual ou coletivo, aluguel de espaços de casas, ocupação de prédios vazios podem ser organizados a partir de plataformas e aplicativos desenvolvidos pelo poder público) e avançar em um planejamento democrático da cidade (estimulando a participação online, inclusive em relação ao orçamento, com garantia de informações à população por meio de política de dados abertos) e a gestão dos bens comuns e dos resíduos (usando tecnologia para organizar o uso de água e energia, otimizar o transporte público, organizar a coleta e a distribuição do lixo) etc. Muitas iniciativas desse tipo existem ao redor do mundo. Queremos trazer o que há de positivo nesse setor para Fortaleza, o que também pode gerar emprego e renda.

Para tanto, é preciso pensar as tecnologias não como um setor específico, mas como parte essencial da nova dinâmica na sociedade contemporânea. Esse reconhecimento é fundamental também para que as desigualdades, especialmente de classe, raça, gênero e território, não sejam reafirmadas. **O primeiro passo nesse sentido é garantir a ampliação do acesso.** Ainda que o serviço de acesso à internet seja definido pelo Marco Civil da Internet, Lei de 2014, como um serviço essencial, isso não tem sido garantido. A pesquisa TIC Domicílios 2019 mostra que 26% dos brasileiros continuam desconectados. O índice de conectados varia entre as pessoas nas áreas urbana (77%) e rural (53%). O percentual difere também entre brancos (75%), pardos (76%), pretos (71%), amarelos (68%) e indígenas (65%). Considerando o grau de instrução, 97% dos usuários que têm curso superior acessam a rede e 16% dos analfabetos ou que possuem educação infantil usam a internet. Quanto à renda, 94% dos que possuem remuneração acima de 10 salários mínimos acessam a internet, índice que cai para 86% entre os que recebem de três a cinco salários mínimos e de 61% entre os que ganham menos de um salário mínimo. **Vamos mapear a realidade do acesso em Fortaleza**, para que políticas públicas possam ser desenvolvidas de forma eficaz e direcionadas, sobretudo, aos segmentos que mais sofrem com a indisponibilidade do serviço, como as populações das periferias, de baixa renda, negras e negros, mulheres e LGBTIs.

O poder público deve desenvolver políticas que viabilizem acesso em espaços públicos, bem como ações afirmativas para aqueles segmentos. Fortaleza é uma cidade estrategicamente localizada para que políticas nesse sentido sejam garantidas, pois por aqui chegam 14 cabos submarinos de fibra ótica, capazes de interligar o Brasil com a África, Europa, América do Norte, América Central e América do Sul. Essa situação poderia ser ampliada tanto para gerar e atrair empreendimentos tecnológicos quanto para garantir conectividade para a

população. Vamos desenvolver acordos para utilização de tal infraestrutura, ampliar políticas existentes como o Gigafor, hoje utilizado essencialmente por órgãos governamentais, para colaborar no desafio de conectar a população, por meio do estabelecimento de mais pontos de acesso.

Além da ampliação do acesso, outro direito que deve ser garantido é o da proteção de dados pessoais, por isso vamos criar um Plano de Proteção de Dados Pessoais em Fortaleza, adequando práticas desenvolvidas em nossa cidade à Lei Geral de Dados Pessoais (LGDP), Lei N° 13.709/2018. De acordo com a Lei, o tratamento de dados deve ter em vista: finalidade, necessidade, livre acesso e segurança. Afirmar a dimensão individual e, sobretudo, coletiva desse direito é dever de quem comprehende que a dinâmica de constantes produção e tratamento de dados a partir das diversas atividades sociais tem oportunidades, mas também riscos, inclusive para os sistemas democráticos. Ao contrário da utilização para controle, precarização do trabalho e produção de desigualdades, queremos tecnologias para o bem viver!

As propostas aqui apresentadas estão organizadas em cinco eixos: A. Ampliação do acesso à internet e às tecnologias; B. Promoção do empoderamento digital; C. Planejamento democrático e gestão dos bens comuns; D. Uso de tecnologias na garantia de direitos e serviços com transparência; E. Cooperativismo de plataformas, trabalho e renda.

As propostas aqui apresentadas estão organizadas em cinco eixos: **A. Ampliação do acesso à internet e às tecnologias; B. Promoção do empoderamento digital; C. Planejamento democrático e gestão dos bens comuns; D. Uso de tecnologias na garantia de direitos e serviços com transparência; E. Cooperativismo de plataformas, trabalho e renda.**

A. Ampliação do acesso à internet e às tecnologias

- Ampliar a oferta de banda larga no município, por meio da promoção de acesso sem fio em grande escala, especialmente em áreas públicas de grande circulação, como postos de saúde, escolas e praças, a partir do Gigafor.
- Programa de banda larga nas periferias;
- Convênios com operadoras para fornecimento de chips de celular para grupos sociais com maior dificuldade de acesso;
- Política de cooperação em torno da utilização de cabos submarinos para aproveitamento de possibilidades;
- Criação de espaços de coworks públicos.

B. Promoção do empoderamento digital

- Disciplinas de programação e robótica nas escolas municipais;
- Criação de Laboratórios de Robótica Educacional de Baixo Custo para escolas do ensino fundamental;

- Incentivo à participação em olimpíadas de informática (OBI e Maratona de Programação);
- Programa de inserção digital para idosos (Uso de rede sociais, aplicativos, etc), onde os professores são estudantes com bolsas de estudo (monitores);
- Centro de Formação em TICs (inspirado em iniciativas como Pirambu Digital e Bom Jardim Conectado);
- Realização de feira do conhecimento anual para promoção e troca de saberes;
- Centro de Formação em Mídias Digitais para oferecer cursos gratuitos para jovens sobre: robótica; produção de aplicativos e games; produção de conteúdos para mídias digitais; comunicação comunitária online (webrádios, sites e outros); distribuição de conteúdos online (o que pode dar visibilidade a grupos culturais de jovens).

C. Planejamento democrático e gestão dos bens comuns

- Portal de Dados Abertos: disponibilizar dados da prefeitura (compras, transporte urbano, matrículas em escolas da prefeitura, etc) em formato aberto (Linked Data) a fim de que a comunidade construa aplicativos (Marshups).
- Produção e análise dados para suportar políticas públicas, garantindo mecanismo de participação;
- Integrar os cadastros dos serviços públicos (como unidades básicas de saúde, bibliotecas etc.) e programas sociais, viabilizando a identificação mais fácil e imediata de possíveis beneficiários dos programas da Prefeitura;
- Estímulo à formação de redes de pesquisas e de produção de informações sobre a cidade;
- Logística Reversa Baseada em Crowdsourcing. O objetivo deste projeto consiste em conceber e implantar um processo completo de logística reversa de equipamentos eletrônicos baseado nos conceitos de engenharia reversa e crowdsourcing, em parceria com catadores para as coletas;
- Redes de sensores sem fio para monitorar desmatamento, clima, lugares que podem ser inundados etc.
- Criação de uma aplicativo para mapear e integrar a coleta seletiva de lixo;
- Sistema inteligente para atendimento veterinário de cães e gatos, classificando a gravidade do problema, priorizando o atendimento, indicando o possível tratamento e agendando consultas nos locais de atendimento mais próximos em unidades móveis de atendimento;
- Sistema inteligente para adoção de animais domésticos (cães e gatos) por meio de aplicativo;
- Organização do transporte público por coleta de dados dos usuários, com transparência e controle social;
- Aplicativo Estacionamento Digital, que realizará uma gestão eficiente e dinâmica das vagas de estacionamento público nas cidades.
- Avaliar a robustez da segurança dos sistemas sites da administração municipal (pentest);

- Propor programas para descobertas de falhas de segurança nos sistemas/sites da administração municipal (bug bounty).

D. Uso de tecnologias na garantia de direitos e serviços com transparência

- Estabelecer política de privacidade e proteção de dados no âmbito do município
- Computação no Ensino Fundamental (<https://sites.google.com/view/computacaofundamental/>);
- Implementação de Agenda Escolar Digital (<https://agendaedu.com/>);
- Cursos à distância de qualificação profissional, em parceria com ONGs;
- Curso à distância de preparação para o ENEM;
- Realização de parcerias com outras secretarias para formação de pessoal, a exemplo de professoras e professores e demais integrantes da comunidade escolar e de profissionais da Saúde.
- Na Saúde, triagem de pacientes em postos de saúde utilizando equipamentos portáteis que medem Saturação de Oxigênio, PA, FC e ECG;
- Utilização de dispositivo (MobileECG) para monitoramento remoto de pacientes com problemas cardiovasculares;
- Criação de sistema que alerte o paciente sobre o fim do seu medicamento e oriente onde e quando obtê-lo;
- Desenvolvimento de biofeedback em crianças com autismo;
- Uso de chats para ajudar no atendimento primário.
- Automação de protocolos de atendimento em postos de saúde e hospitais públicos;
- Sistema de avaliação da saúde pública com o uso de aplicativos;
- Aplicativo Fortaleza Conectada para o cidadão informar onde tem lixo, buraco, luz apagada, som alto e acompanhar o atendimento de sua denúncia ou solicitação, bem como receber informações sobre onde estão sendo realizadas obras, período e dados da autorização etc.
- Melhorar o aplicativo "Meu Ônibus", relacionando-a à política de integração entre modais.

E. Cooperativismo de plataformas, trabalho e renda.

- Formação de redes de empreendimentos e cooperativas de economia solidária, que facilitem produção e circulação de produtos;
- Criação de hackathon com dados públicos para incentivar a criação de novas empresas;
- Editais e redução de impostos sobre serviço para startups e empreendimentos de economia solidária;
- Criação de pólo social de tecnologia, onde haverá estímulo ao desenvolvimento de economia informacional, como softwares e games;
- Incentivar o trabalho remoto em computação. Co-works públicos.
- Núcleos de impressão e filamentos 3D, com reciclagem de lixo plástico.

- Plataformização do transporte, com ampliação da ação do TOP BUS, com foco nas periferias da cidade;
- Criação de programa Fortaleza compartilhada, de aluguel por aplicativo público de espaços de casas, a partir mapeamento e garantindo ocupação de prédios vazios

4.3 Cultura: por uma Fortaleza que resiste na ética e na estética

Faz-se necessário entender que, a rigor, *cultura e natureza* se entrelaçam — e que é da ordem do sistema capitalista promover a desintegração. A cultura não se faz separada da vida, assim como as políticas não podem surgir apartadas dos modos de existência. Numa cidade como Fortaleza — uma das cidades mais desiguais e violentas do mundo, face cruel que não se pode deixar de desvelar —, o capital segregá, fragmenta, exclui e captura, exigindo de nós o corpo, a alma e o pensamento. Tornamo-nos seres precarizados pela lógica da produtividade, deixando estéreis os desejos, as forças e as vidas. Tudo vira mercadoria — e a cidade beira tornar-se uma “cidade impossível”.

Ao pensar o patrimônio cultural — material e imaterial —, devemos fazê-lo de forma agregada ao patrimônio natural e paisagístico, considerando que os modos de organização social e os deslocamentos dos grupos humanos interferem na forma de ocupação dos territórios e dos espaços urbanos. Os modos de vida não podem ser considerados de forma descolada do meio ambiente. Os sítios arqueológicos revelam como as comunidades se organizavam — e isso determina os saberes ancestrais, os modos de vida, as tradições que se criam e se estabelecem a partir das comunidades, convertendo-se em nossas grandes riquezas, materiais e imateriais.

O modo de operar com a vida engendrado pelo capital é destituindo a cidade de qualquer potência de invenção, esterilizando os afetos e neutralizando os instintos. É o processo de captura de subjetividade a que estamos sujeitos, na lógica mercantilista. São maneiras de moldar a vida, domesticar uma “forma-homem”, uma “forma-mulher”, uma “forma-velho”, uma “forma-criança” que sirva ao controle sobre a vida.

Compreendemos a *política* como o exercício extremo da alteridade, como uma produção de saber que se dirige ao fora, que se constitui com o Outro, num processo contínuo de invenção — de si mesmo e do mundo. É isso o que significa pensar uma estética da existência. Pensamos que uma política que se dirige ao Outro só é possível quando se trata de inventar-se a si, *inventando-se como comunidade*. Somos indivíduos pelo poder de afetar e sermos afetados, pelos *afetos de que somos capazes*. É preciso recuperar o próprio sentido de estarmos juntos. É necessário investir na criação de comunidades livres, heterogêneas, garantindo a diversidade e a autonomia, e, com, isso, estimulando o empoderamento dos atores sociais.

Queremos *constituir uma política cultural que favoreça o surgimento de novas sociabilidades, valorizando os espaços de convivialidade e fortalecendo o tecido afetivo de nossa cidade*. Nosso programa de governo para as áreas das artes, da cultura e do pensamento deve potencializar o sentido de *comunidade*, estimulando lugares de encontros, de debates, de conversas — e, sobretudo, de outras formas de inventar a vida cotidiana, procurando fortalecer iniciativas em todos os territórios da cidade, compreendendo a importância da descentralização das ações e dos recursos.

As bases traçadas pelos planos de cultura (nacional, estadual e municipal), como diretrizes e metas, evidenciam o exercício continuado da classe artística de pensar as políticas públicas para a cultura de forma mais consequente e sistêmica. Dessa forma, acreditamos que o primeiro compromisso assumido por qualquer gestão responsável na área é o de garantir a continuidade das conquistas alcançadas até aqui, resistir aos desmontes sistemáticos patrocinados pelo governo Bolsonaro, avançar em novas ações apresentadas pelos atores culturais e garantir o fortalecimento dos marcos institucionais que vão consolidando as políticas de cultura em políticas de Estado — e não apenas como “políticas de governo”, que oscilam e se esvaem a cada gestão.

No caso do Plano Municipal de Cultura, as diretrizes já norteiam o foco que as ações devem assumir: democratizar e garantir o amplo acesso aos bens culturais; fortalecer a participação social; criar sistemas integrados de informação; promover a descentralização da gestão e das ações; ampliar a intersetorialidade e transversalidade; garantir políticas públicas de comunicação para a cultura; fomentar políticas de formação; reconhecer, proteger e valorizar o patrimônio cultural; garantir a transparência na gestão das políticas.

Se foi um desafio o longo processo de elaboração dos planos, graças ao empenho da classe artística e atravessando diferentes gestões, o maior desafio é torná-los exequíveis e efetivos, evitando a descontinuidade. Por conta disso, destacamos os pontos que nos parecem mais relevantes a ser focados para o fortalecimento das políticas públicas para a área da *cultura*, certos de que a *cultura*, em si, é bem maior do que segue disposto e enquadrado pelas categorizações e pelos modos de organização institucional.

A recusa da servidão se dá na própria condição de invenção do cotidiano. A vida acima do lucro!

Dessa forma, propomos o que segue.

Nossas propostas

- Multiplicar pequenos equipamentos de juventude e cultura em muitos territórios da cidade;
- Fortalecer os saraus literários e as bibliotecas comunitárias;
- Fortalecimento institucional das políticas públicas para a Cultura, considerando os dispositivos previstos pelo Sistema Nacional de Cultura e as metas traçadas pelo Plano Nacional de Cultura, com foco no que está disposto no Plano Municipal de Cultura.
- Desenvolver ações integradas, de acordo com o Plano Municipal de Cultura, considerando linguagens e territórios reconhecidos, promovendo a descentralização dos recursos e das iniciativas;
- Instituir o Conselho Municipal de Políticas Culturais e Conselho do Patrimônio;
- Garantir o funcionamento efetivo do Fundo Municipal de Cultura, com destinação própria;
- Garantir 1% para a pasta da Secretaria de Cultura de Fortaleza, conforme consta no Plano Municipal de Cultura;
- Fortalecer os fóruns que fazem parte do Conselho Municipal de Política Cultural de Fortaleza, dando visibilidade às ações realizadas pelo mesmo.

- Estabelecer parceria com escolas públicas municipais: estimular *o funcionamento de escolas municipais como Centros de Artes e Pensamentos*, fomentando a diversidade e articulando as atividades didáticas com as iniciativas de formação e produção artística existentes na cidade; essa articulação, se pensada de forma estratégica e continuada, contribuirá para *a difusão dos trabalhos artísticos, implementando processos contínuos de formação de plateia*;
- Garantir e ampliar a atuação da *Vila das Artes*, incluindo a integração da casa do Barão de Camocim ao complexo, conforme projeto original, estabelecendo parcerias institucionais que aumentem o campo atingido no próprio espaço, a exemplo do projeto *Dançando na Escola*;
- Promover intercâmbio com os CUCAs e com outros equipamentos municipais: articular a formação já existente nos equipamentos culturais do município, reconhecendo a troca de experiências como parte determinante dos processos pedagógicos;
- Contribuir para a inclusão, na grade curricular das escolas públicas municipais, de matéria sobre a cultura e as tradições do cearenses.
- Articular atividades e programações dos diversos equipamentos do município (Mercado dos Pinhões, Mercado da Aerolândia, Teatro São José, Teatro Antonieta Noronha, Galeria Antônio Bandeira, anfiteatros, galerias, dentre outros), potencializando a circulação de obras e de artistas;
- Desenvolver estratégias para ocupação dos equipamentos públicos de forma transparente e contínua, estimulando a parceria entre artistas, grupos e coletivos;
- Desenvolver ações que considerem diversos bairros e territórios, estimulando a circulação de obras e artistas pelos bairros, descentralizando ações e recursos;
- Garantir a ampliação gradativa e a regularidade do Edital das Artes e de outros editais de fomento já existentes;
- Criação de um programa permanente que fomente a formação de plateia a partir de uma parceria entre as Secretarias de Cultura e de Educação do Estado, possibilitando a ida da escola às manifestações culturais e das manifestações culturais à escola;
- Destinar recursos e políticas permanentes para a construção, manutenção e ocupação dos espaços públicos culturais;
- Respeitar, proteger e desenvolver políticas voltadas às comunidades e territórios tradicionais, bem como para as manifestações de cultura popular, garantindo suas crenças e suas celebrações.
- Desenvolver uma política de valorização do patrimônio a partir da conscientização e educação patrimonial, contando com profissionais especializados/as que levem à população o reconhecimento de seu valor cultural e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, em parceria com instituições, associações, pontos de cultura e escolas públicas e privadas;
- Resgatar e complementar mapeamento cultural do Município, abrangendo o Patrimônio Cultural material e imaterial. Os registros devem contemplar: patrimônio histórico edificado, sítios arqueológicos, paisagens culturais, saberes e fazeres, memórias, tradições populares;
- Fomentar ações educativas de preservação, estimulando o interesse de grupos e instituições culturais, através de incentivos e premiações; criar editais para premiação de projetos executados, favoráveis à preservação e conservação de bens culturais, praças e jardins;

- Promover programas de formação voltados aos/as profissionais na área de patrimônio histórico-cultural material e imaterial; articular junto às instituições de ensino a criação de cursos de formação em nível superior, técnico e profissionalizante, bem como a qualificação de profissionais nas áreas de restauração e preservação de bens móveis, imóveis e integrados;
- Criar plataforma para publicação de dados existentes, capazes de impulsionar a pesquisa e o ensino, utilizando-se de ferramentas digitais como site, jogos, aplicativos e outras tecnologias;
- Realizar, sistematicamente, estudos técnicos, por corpo específico ou parcerias estabelecidas, para avaliação e reconhecimento dos bens de interesse patrimonial;
- Desenvolver uma política de valorização de museus e espaços culturais distribuídos na cidade, promovendo e estimulando o turismo cultural em Fortaleza;
- Desenvolver ações continuadas de despoluição visual da cidade, de acordo com a lei que rege a publicidade em Fortaleza, revisando-a caso necessário; para esta ação, considerar, em especial, as ZEPH's, as áreas de entorno de bens Tombados e os Sítios Históricos;
- Iniciar o processo de internalização de cabeamentos e fiação da cidade, em especial no centro Antigo, nas ZEPH's, áreas de entorno de bens tombados e Sítios Históricos;
- Efetivar a criação do Museu da Cidade, contemplando seu surgimento e evolução histórica, através de uma abordagem multidisciplinar que trate: Traçado Urbano, crescimento populacional, Arquitetura, Artes culinárias, Artes cênicas, Artes gráficas etc.;
- Criar o selo Amigo do Patrimônio para empresas, profissionais da construção civil, entidades de caráter público ou privado e indivíduos que de alguma forma estimulem ou adotem os conceitos de preservação;
- Revisão da Lei Municipal de Patrimônio em conformidade com os instrumentos legais de proteção: Estatuto das cidades, LEI Nº 9605/1998 - crimes ambientais, Plano diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e leis de incentivo;
- Revisar, finalizar e normatizar as Zonas Especiais de Patrimônio Histórico (ZEPH), considerando as poligonais e áreas de entorno de bens tombados de proteção existentes.
- Desenvolver ações transversais a outras secretarias, com o objetivo de potencializar as ações da Cultura para outras áreas de atuação;
- Desenvolver estratégias intersetoriais para a valorização e o fomento de artistas e de manifestações culturais cearenses, favorecendo a circulação de bens simbólicos;
- Desenvolver estratégias intersetoriais para potencializar a circulação de artistas e obras;
- Estabelecer parcerias com diferentes secretarias e agentes financiadores a fim de diversificar as formas de financiamento disponíveis às políticas e projetos culturais, criando novas modalidades de investimento;
- Criação de uma agenda estratégica em parceria com diversas instituições, atores sociais, equipamentos culturais e escolas, com o objetivo de fortalecer e ampliar as políticas públicas para as juventudes, contribuindo para a diminuição da desigualdade social e da violência.

5 - CIDADE ECOLÓGICA

A fortaleza necessária é habitável, é referência em mobilidade humana, e se move em transportes públicos que progressivamente buscam adotar uma matriz de combustível mais amigável ao clima e ao meio ambiente. Uma cidade que se move de bicicleta e caminha em espaços mais harmônicos e verdes. Uma cidade onde as condições de habitação (iluminação, saneamento ambiental, coleta seletiva etc) avançam nas periferias e a moradia é um direito. Uma Fortaleza que luta contra todas as formas de poluição e mudanças climáticas, que está verdejando pouco a pouco, em arborização, jardins, praças e parques e hortas urbanas. Uma cidade que vivifica espaços públicos para as pessoas e seus animais de estimação, que gostam da rua e das praças e calçadas cada vez mais cuidadas.

5.1 Para encarar a Emergência Climática, Social e Ecológica

"Quero que você aja. Quero que aja como se estivesse em uma crise. Quero que aja como se a casa estivesse em chamas. Porque está!" (Greta Thunberg)

"A luta pela Mãe-Terra é a mãe de todas as lutas"
(Sonia Guajajara)

Com efeito, assim como em outras epidemias que emergiram em décadas recentes (H1N1, H5N1 e outras variedades de influenza, HIV, SARS, MERS etc), o patógeno da Covid-19 é de origem zoonótica. Mantida a situação atual, novas pandemias, potencialmente mais graves e mais letais, podem surgir seja pela invasão humana de habitats silvestres, impulsionada pela expansão da fronteira agrícola ou de atividades como a mineração, permitindo que vírus endêmicos a outras espécies entrem em contato com a nossa espécie, seja criando condições para o aparecimento, em fazendas de animais confinados, de novas variedades do que se convencionou chamar "gripe suína", "gripe aviária" etc. Dentre inúmeros outros aspectos, a devastação da Amazônia do Cerrado brasileiro são particularmente preocupantes também do ponto de vista sanitário, pois em sendo o abrigo não apenas da maior biodiversidade do planeta, mas também da maior microbiobiodiversidade terrestre, dela pode vir a próxima pandemia.

As pessoas entendem bem o conceito de limite, quando o mesmo é aplicado ao cartão de crédito ou ao cheque especial, mas precisamos que a sociedade humana tenha a mesma capacidade de perceber que está tudo errado num modo de vida que colocou as contas do Sistema Terra no vermelho. Sim, porque o último dia 22 de agosto foi o chamado **Dia da Sobrecarga**, o dia em que se esgotou a capacidade do planeta em renovar seus bens naturais.

Da última semana de agosto em diante, o que é consumido pela humanidade se dá às custas da espoliação, da degradação e do empobrecimento da biosfera do planeta, da perda de ecossistemas, da poluição da água, da perda e contaminação do solo, da desestabilização do

clima. E que fique inteiramente nítido que esse consumo não se dá por igual e que, pelo contrário, qualquer argumento com ênfase populacional apenas esconde, de forma cínica, a extrema desigualdade e os impactos gigantescos que o modo de vida das camadas mais abastadas da sociedade produzem sobre o ambiente. Basta lembrar que entre os 10% mais ricos dos EUA, as emissões de carbono chegam a impressionantes 50 toneladas de CO₂-equivalente por pessoa por ano, enquanto as emissões médias anuais em países extremamente pobres como a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e Malawi mal chegam a 100 kg *per capita*, ou 500 vezes menos.

Aliás, é um fato científico a necessidade de cortar radicalmente as emissões globais de efeito estufa. Afinal, segundo um relatório especial publicado pelo IPCC (o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) em 2018, os piores impactos do aquecimento global (incluindo ondas de calor letais, tempestades e furacões destrutivos, incêndios florestais mais frequentes e mais difíceis de serem combatidos, degelo dos mantos de gelo, avanço do nível do mar, secas severas, colapso de corais e outros biomas marinhos e terrestres, etc) tendem a crescer exponencialmente se este ultrapassar 1,5°C em relação aos tempos pré-industriais e atualmente já estamos bem mais de 1°C acima daquelas temperaturas, e com concentrações de dióxido de carbono (principal gás de efeito estufa produzido em atividades humanas) não vistas no planeta nos últimos 3,5 a 5 milhões de anos (período em que a Terra era 3°C mais quente, sem calota polar permanente no hemisfério norte e com oceanos 20 metros acima dos níveis atuais). É uma **Emergência Climática!** Descarbonizar tudo tornou-se uma tarefa premente, a fim de assegurar o amanhã; a fim de permitir que nossos(as) jovens e nossas crianças, e as gerações depois deles(as) que não seja de terra/Terra arrasada.

É preciso acrescentar que sem falar dos demais limites planetários, não há futuro sem a proteção da biosfera terrestre. Hoje, a taxa de perda de espécies é da ordem de 1000 vezes o que aconteceria se fruto de processos naturais. Destrução e degradação de ambientes, sobreexploração (por caça e pesca), poluição química, introdução de espécies invasoras, além da mudança do clima, têm produzido uma onda de extinção que já está sendo chamada de "6a extinção", em alusão a outros cinco momentos da história geológica da Terra em que a ampla maioria das formas de vida foi aniquilada, incluindo o mais recente, há 66 milhões de anos, quando a colisão com um bólido espacial extinguiu a maioria dos dinossauros. Hoje, 96% da biomassa de mamíferos e 70% da biomassa de aves está domesticada, isto é, pertence a humanos e seus animais de criação (a ampla maioria deles submetidos a condições inaceitáveis de existência, com exploração, sofrimento e dor em níveis brutais, do nascimento ao abate).

Em uma década, por conta de inúmeras intervenções que vão do emprego indiscriminado de agrotóxicos e outros poluentes persistentes ao uso de iluminação artificial, mais de 40% da população de insetos foi perdida, o que - pelas funções que exercem, de polinizadores a decompositores, ao controle mútuo de suas populações - pode levar biomas inteiros ao colapso antes de o caos climático se abater sobre eles inteiramente. É uma **Emergência Ecológica!**

A biosfera terrestre como a conhecemos está seriamente ameaçada e cada palmo de ambiente silvestre, das grandes florestas aos pequenos enclaves em ambientes urbanos e periurbanos, precisa ser defendido como a preciosidade que é.

Enfrentar a emergência climática e ecológica é a maior tarefa dos nossos tempos. E defendemos que isto seja feito de forma coletiva e justa, com centro no direito à vida humana e não-humana e na defesa da sociobiogeodiversidade e fundada nos princípios de **justiça climática e ambiental**.

5.2 Plano de descarbonização de Fortaleza

A ação climática através do plano de descarbonização parte do pressuposto que uma sociedade descarbonizada é possível, desde que possamos conceber ações climáticas transitórias na gestão municipal e que realizamos essas ações de forma articulada e colaborativa com o plano nacional e internacional entre 2020 e 2030. Isso coincidiria com o diálogo facilitado pela ONU em 2018, onde os países se comprometeram a buscar maneiras de aumentar o alcance de suas NDCs até o final da década.

O Acordo de Paris de 2015 (COP21) não é suficiente para impedir esta catástrofe. Os cientistas explicaram que, para limitar o aquecimento global a 1,5°C em vez de 2°C, conforme estabelecido neste Acordo, as emissões globais de carbono líquido (CO₂) devem diminuir até 2030 em cerca de 45% dos níveis de 2010 para "zero líquido" até 2050.

A pandemia e o contexto da paralisação ou diminuição significativa de algumas atividades econômicas, também nos chamou atenção de como é possível olhar e planejar considerando as mudanças climáticas e suas consequências. Houve restrições à mobilidade, incentivo ao confinamento que levaram a uma redução resultante da geração de dióxido de carbono e, sobretudo, do ponto de vista do movimento de veículos e da paralisação de algumas indústrias, mas de maneira não gradual e planejada.

A participação da sociedade civil no desenho das iniciativas pode aumentar a probabilidade de êxito dos planos de descarbonização. Os custos de implementação serão diminuídos se os sujeitos fundamentais da sociedade estiverem engajados desde o princípio. Os planos podem criar um espaço para consultas democráticas e podem ajudar a garantir uma transição justa para os trabalhadores que operam nos setores de energia, agricultura e turismo, que poderiam ser prejudicados pela transição para uma sociedade de baixo carbono e pelo agravamento dos impactos climáticos.

O programa de descarbonização deve iniciar pelas cidades devido ao fato delas serem responsáveis por três quartos das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e por consumirem dois terços da energia total. Aproximadamente 70% das cidades do mundo já se encontram em risco e lidam com as consequências das mudanças climáticas. O cientista Bahareh Seyedi

(PNUD) destaca à vulnerabilidade das cidades e salienta que até 2060 mais de um bilhão de pessoas estarão vivendo em áreas de costa, de baixa altitude e sujeita aos impactos do aumento do nível do mar. À necessidade de desenvolvimento de planos de descarbonização e enfrentamento às mudanças climáticas se faz urgente.

Os planos de ação se desenvolvem a partir de três eixos: redução das emissões de CO₂, aumento da resiliência e educação. A redução das emissões de carbono considera a necessária transição dos sistemas de transporte, eficiência energética, gestão integrada de resíduos e promoção da reciclagem, bem como a renovação de infraestruturas urbanas para alcançar esquemas sustentáveis.

A resiliência deve considerar que as cidades são sistemas complexos e, que devem responder também complexamente aos efeitos das mudanças climáticas. Dessa maneira faz-se necessário a adaptação dos territórios às mudanças climáticas, à gestão de riscos, o fortalecimento de sistemas de economia circular e local e a implementação de sistemas de energia descentralizados (para geração, distribuição e comercialização de energia renovável excedente).

Buscar atingir a meta de carbono zero implica em alterar a maneira pela qual a infraestrutura é projetada, planejada e construída, envolvendo políticos, engenheiros, reguladores, empresas, investidores e sociedade civil. Os investidores, por exemplo, poderiam priorizar o transporte público elétrico nas cidades, e garantir que novos projetos habitacionais não sejam construídos em detrimento de ecossistemas como manguezais, bosques, campos dunares e outros.

Nesse sentido, é essencial educar os cidadãos, especialmente os jovens, para que possam impulsionar com celeridade as transições de forma ordenada. As cidades que preconizam à descarbonização, precisarão fazer uso da tecnologia digital para efetivar esses cambios de maneira integrada com um melhor design urbano. A alteração da matriz energética do transporte público contribui sobremaneira com a perspectiva da descarbonização.

Também é importante que eles consigam "descarbonizar" edifícios, aprovar regulamentos ou políticas de design que garantam que novos edifícios construídos até 2030 não gerem emissões líquidas de carbono e que essa medida se aplique a todos os edifícios até 2050. Outra das medidas mais importantes seria reduzir os resíduos gerados em pelo menos 15% per capita até 2030, e em pelo menos 50%, a quantidade de resíduos sólidos urbanos que são enviados para aterros sanitários ou incineradores.

Um programa de descarbonização na perspectiva do bem viver deverá implementar medidas de alto impacto social no clima que alcancem benefícios ambientais, sociais, econômicos e de saúde significativos, principalmente em comunidades vulneráveis e de baixa renda.

Propostas

Aquecimento global e mudanças climáticas

- Aprovação da Declaração de emergência climática em nível municipal
- Elaboração de um Plano Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática (PMEEC), que possa integrar nossa cidade não só no seu entorno mais próximo, mas compreendendo sua relação com a zona costeira e com o semi-árido. Este plano será executado a partir da realização de um inventário de emissões para identificar a contribuição de todas as atividades econômicas – em especial, as questões voltadas à matriz energética, aos transportes, ao tratamento do lixo e às atividades industriais (não só na cidade, mas no entorno que compreende a RMF) - na liberação dos Gases de Efeito Estufa, em especial de dióxido de carbono e metano. Um inventário com atualização continuada será fundamental para orientar as políticas públicas ambientais para a redução da emissão desses gases, buscando desenvolver e apoiar novas tecnologias limpas e neutralizadoras de carbono;
- Instituição do Programa de Solarização, incluindo um plano de solarização do conjunto dos prédios públicos municipais e as diretrizes para ampliação da energia solar fotovoltaica em outros prédios públicos e privados, bem como estímulo à solarização das residências por meio de cooperativas em bairros, o projeto Quarteirão Solar. Cada residência consumindo em média 150 kwh/mês o sistema solar proposto de 1,005 kwp custará em média R\$ 9.000,00. Assim o projeto Quarteirão Solar custará em média R\$900.000, com toda a documentação junto a concessionária já incluída.
- Descarbonização dos meios de transporte utilizados pelo poder público municipal, incluindo veículos oficiais, contratos de locação de veículos automotivos e avaliação das emissões de transporte aéreo;
- De maneira integrada, interdisciplinar, em cooperação com universidades e outras instituições, implementar o Plano de Educação para a Emergência Climática e Ecológica, envolvendo treinamento de professores(as), adaptações curriculares etc.
- Recuperar e ampliar os sistemas urbanos, para potencializar suas funções geoambientais e ecodinâmicas, de modo a minimizar os efeitos do aquecimento urbano e ilhas de calor já instaladas na cidade de Fortaleza, construindo uma rearquitetura da cidade. Neste sentido os estuários dos rios Ceará, Cocó e Pacoti, bem como seus manguezais e sistemas hídricos, juntamente com os bosques públicos e particulares espalhados pela cidade, livres da especulação imobiliária e do lançamento de efluentes industriais e domiciliares, deverão atuar como amortecedores das consequências previstas pelo aquecimento global.

Conservação de Ecossistemas e patrimônio natural

- Criar novas Unidades de Conservação em Fortaleza, em especial, das categorias de Parques Municipais, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Áreas de Proteção Ambiental, algumas das quais abaixo mencionadas.

- Preservar as dunas fixas e móveis, impedindo o acelerado avanço da impermeabilização e verticalização das dunas da Praia do Futuro e as margens dos rios Cocó, Pacoti e Ceará.
- Criar plano de manejo da ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) do Matinha do Pici;
- Criar plano de manejo da ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) do Enclave do Cerrado, no bairro da Cidade dos Funcionários, integrando-a com uma proteção da chamada Mata do Duque.
- Propor ao Estado a gestão compartilhada da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Ceará
- Adequar à criação do Parque Raquel de Queiroz ao SNUC, situado na bacia dos Rios Maranguapinho e Ceará; Adequar os nomes e funções dos parques de Fortaleza ao SNUC, Lei 9985/2000. Ao dar às Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) do Plano Diretor de Fortaleza o nome de Parque Urbano, a prefeitura se desobriga de tratar as ZPA como realmente são: Parque Municipais, na categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, conforme o SNUC.
- Criar o Mosaico de Unidades de Conservação da bacia do Cocó baseado no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), composto da APA Municipal e do Parque Estadual do Cocó, da ARIE das Dunas do Cocó, da Reserva da Sapiranga e da APA e do Parque das Dunas de Sabiaguaba, de modo que elas estejam integradas formando um todo que se articule, interconectando as áreas verdes.
- Delimitar, com georeferenciamento e marcos físicos, todas as APPs (áreas de preservação permanente) nas margens das nascentes, rios, riachos e lagoas de Fortaleza.
- Viabilizar um programa de despoluição dos córregos, lagoas e praias simultâneo a um processo de educação ambiental.
- Estabelecer regras mais rígidas para autorização de supressão de vegetação em imóveis particulares, para impedir a destruição dos bosques em nossa cidade.
- Regulamentar a lei municipal que declarou como patrimônio natural da cidade os botos-cinza que habitam nosso litoral, através de um processo de pesquisa e educação ambiental.
- Definir um marco regulatório para a construção civil que incentive o uso de tecnologias limpas, não só nas edificações, mas no uso dessas habitações com a utilização das técnicas de bioconstrução, de aquecedores solares para a água, telhados verdes, reciclagem e reuso da água.
- Incentivar as fontes renováveis de energia para evitar a utilização no setor industrial de energias fósseis altamente poluentes.
- Construir uma política municipal para uso da água em Fortaleza, considerando o consumo, a drenagem urbana, a preservação de mananciais e o controle da poluição das águas superficiais e subterrâneas.
- Instituir legislação que regulamente a fabricação e venda dos sistemas de descarga sanitária, permitindo apenas válvulas de baixo consumo; que favoreça incentivos fiscais a edifícios, condomínios, residências e empresas que utilizem válvulas sanitárias

econômicas e que implantem cisternas para captação de chuvas dentre outras iniciativas sustentáveis.

- Instituir um conselho gestor municipal para acompanhar e fiscalizar as atividades da CAGECE relativas ao fornecimento da água em Fortaleza, buscando o envolvimento das instituições relacionadas.
- Instituir legislação que obrigue hotéis acima de três estrelas, bancos, condomínios e restaurantes a terem um “Programa de Gestão Ambiental”.
- Criação de instrumentos de controle e fiscalização do uso das águas subterrâneas e do lençol freático por empresas.
- Dar continuidade e melhorar a limpeza da rede de drenagem na cidade, (galerias, bocas de lobo) e promover a fiscalização das ligações clandestinas irregulares, bem como das caixas de óleos e gorduras em estabelecimentos comerciais.
- Implementar uma arborização urbana planejada, valorizando as espécies nativas e promovendo a construção de canteiros em ruas, avenidas, jardins, estabelecimentos públicos, etc., bem como a reforma e renovação de parques e praças que construam uma cultura de incentivo à produção científica, artística e cultural, com infraestrutura, recursos e pessoal qualificado para o desenvolvimento de trilhas ecológicas e educativas que incentivem interação com a natureza.
- Promover maior rigor nos licenciamentos ambientais, na fiscalização e no monitoramento das atividades que promovam alterações nos ecossistemas.
- Tombar as “árvore notáveis” da cidade, que são de grande porte e beleza e que constituem um patrimônio histórico de Fortaleza.

5.3 Fortaleza uma cidade habitável

Buscar construir no imaginário social, uma Fortaleza que possa enfrentar a sua profunda desigualdade, morando com dignidade. Uma cidade bem planejada, onde as pessoas estejam vivendo em condições de moradia saudáveis e seguras, tendo acesso pleno às infraestruturas e aos serviços urbanos e que gozem de todos os benefícios que a cidade oferece, uma cidade onde as pessoas possam caminhar por ruas e calçadas, circular em suas cadeiras de roda, bicicletas, em transportes coletivos mais eficientes, confortáveis, seguros, usufruir de espaços arborizados, praças e parques, vagas vivas (espaços de convivência). Uma cidade que enfrenta as alterações no clima e a contaminação do ar, do solo e das águas, que estimula a produção de alimentos de qualidade e saudáveis, propicia feiras para encontro de produtores e consumidores, uma cidade que cuida dos espaços públicos para as pessoas, que mantêm e zela por seu patrimônio histórico e cultural e pelo patrimônio natural. Sim, essa cidade não é Fortaleza, mas ela precisa ser gerida a partir das injustiças e iniquidades que obstaculizam esses desejos e possibilidades, e essa Fortaleza habitável só será efetiva na medida em que enfrentarmos a concentração de riquezas e a produção de desigualdade que nela se desenvolve.

Nos anos 1990, os dados de estudos realizados pela Cohab-CE indicavam a presença de 314 (trezentos e quatorze) assentamentos urbanos precários, predominantemente do tipo favela. Nestes assentamentos viviam cerca de 500 mil pessoas.

Adicionalmente, um levantamento feito pelo Fórum das Áreas de Risco, indicava que havia 79 áreas de risco, abrigando quase 10 mil famílias.

Na atualidade, considerando a base de dados do PLHIS de 2012 se constata que são 843 assentamentos urbanos precários, dos quais 622 são favelas, 176 são conjuntos habitacionais de empreiteira e de mutirão... nestas áreas estariam aproximadamente 1,1 milhão de pessoas. Fazendo uma comparação com 1990 se verifica que o número de assentamento quase que triplicou e mais que o dobro da população vive nestas áreas.

É preciso considerar ainda outras realidade gritantes.

- São 230 comunidades em situação de risco ambiental. Estima-se que 42.500 imóveis destas áreas estariam em situação de risco.
- O surgimento de cortiços no Centro e em muitas áreas de ocupação mais bem localizadas.
- O déficit habitacional que ultrapassa 100 mil unidades.
- O alto custo do aluguel que compromete a qualidade de vida para mais de 40 mil famílias;
- Os conjuntos habitacionais construídos em áreas cada vez mais distantes...
- As ameaças de remoções violentas... já superam a marca de 51 mil, das quais mais de 20 mil foram literalmente removidas;
- A realidade do saneamento precário que não chega, ou se realiza de forma incompleta para mais de 600 assentamentos precários.
- Mais de 1/3 dos domicílios de Fortaleza apresenta uma densidade excessiva com 3 ou mais habitantes por dormitório.

Tudo isso nos leva ao entendimento das razões pela qual a letalidade da COVID 19 é maior nos bairros com maior incidência de assentamentos urbanos precários – no caso de Fortaleza – grande peso dado às favelas. Só em Fortaleza foram mais de 3.800 óbitos, números superiores aos dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Goiás e de Santa Catarina.

Propostas com ênfase na habitação:

- Planejar a cidade para todos e garantir a participação das comunidades nos processos de planejamento;
- Descentralizar o poder decisório adotando o bairro como unidade de planejamento e gestão territorial; as pessoas moram em bairros e em comunidades, jamais em regionais;

- Inverter prioridades! Reverter a lógica presente de favorecimento ao setor imobiliário através de grandes projetos urbanos;
- Urbanizar de maneira integrada favelas e melhorias habitacionais com assessoria técnica; em caso de remoção que o reassentamento seja o mais próximo possível;
- Democratizar o acesso à terra urbanizada... criação e implementação de novas Zeis Favelas e de outras Zeis Vazios;
- Construir moradias saudáveis em vazios urbanos dotados de infraestrutura inclusive por autogestão;
- Efetivar política de despejo zero: remover as remoções da paisagem de Fortaleza;
- Garantir o acesso pleno à cultura e à educação de qualidade como estratégias de desenvolvimento humano e combate à violência

5.4 Mobilidade Humana

É preciso pensar a mobilidade de uma cidade sob a perspectiva do ser humano, projetar e construir espaços públicos para garantir locomoção e acessibilidade. Esse conceito aprofunda a democracia na cidade, se constituindo em um esforço para expor a importância de ajustar as políticas de mobilidade urbana às necessidades das pessoas. É um apelo para que se promova a estrutura necessária não só para veículos individuais, mas também para os transportes coletivos e não motorizados, como a bicicleta e o próprio caminhar.

A mobilidade é um dos maiores desafios da cidade de Fortaleza hoje, que requer profundo compromisso ético da próxima gestão municipal. Entre nós, é pouco pronunciar a palavra Mobilidade. Queremos que ela venha com todos os sentidos alerta, que venha adjetivada, explicitando o que defendemos prioritariamente: Mobilidade Urbana e, sobretudo, Humana. A aproximação desses dois termos representa, mais do que palavras, nossa visão de mundo e a franca evidência da importância da Mobilidade para as pessoas, com o foco no Bem Viver coletivo, na pluralidade e diversidade de movimento, no pulsar cotidiano da vida. Mobilidade, para nós, é viver. Se assim o é, todos os esforços para construir espaços urbanos vivos está inevitavelmente aliado à Mobilidade.

Estar na cidade plenamente é poder ocupá-la, torná-la preenchida de movimentos e desejos, de conexões e enlaces, de possibilidades não só de passar por ela, atravessá-la, mas de poder ficar, deixar rastros que nos identifiquem com os muitos lugares, referendar práticas e saberes da inquieta cultura. O exercício de liberdade, civilidade, a consolidação dos vínculos afetivos com os espaços públicos da cidade, são possíveis graças à uma sólida rede de mobilidade urbana, humana, respeitosa com a natureza e sustentável para a cidade como um todo.

A liberdade nesse plano é exercida pela viabilidade de uma rede integrada e diversa de modais de transporte. Mobilidade Humana, como a defendemos, possibilita a criação de

contornos para os encontros e relações sociais. Agrega as diferentes temporalidades e formas de ocupar a cidade. Portanto, sua amplitude vai muito além de organizar e gerir os deslocamentos. Intencionamos oferecer formas de mobilidade qualitativamente superiores aos deslocamentos por automóveis e motocicletas, de forma que a população utilize seus veículos particulares em situações mais esporádicas e as ruas possam oferecer condições de mobilidade mais eficientes e dignas pelo transporte público e não motorizado.

Queremos e falamos em compartilhamento de espaços de mobilidade, com prioridade aos interesses coletivos de viver e conviver em Fortaleza. Espaços onde o outro é parte e não uma ameaça. O transporte público, o uso das calçadas, os espaços de acolhimento dos modais não motorizados como bicicleta, à Fortaleza dos pedestres são prioridades.

O uso da bicicleta em Fortaleza tem avançado como forma alternativa de deslocamento na vida cotidiana e é o meio de transporte mais eficiente em termos energéticos. No contexto da crise gerada pelo covid-19, a bicicleta é essencial, pois não polui e não ocupa espaço, ao mesmo tempo que minimiza o contato entre as pessoas e permite manter distâncias seguras. Atualmente, esse meio de transporte conta com malha cicloviária da cidade - que, nos últimos oito anos, passou de 68,2 km para 257,5 Km (julho de 2020), sendo 105,9 km de ciclovias, 147,5 km de ciclofaixas, 4 km de ciclorrotas e 0,1 km de passeio compartilhado). Nova meta de 400 km foi estabelecida para final de 2020. No total, o PDCI prevê que Fortaleza conte com, no mínimo, 524 km de malha cicloviária disponível até 2030

Embora o crescimento da malha cicloviária esteja satisfatório, é possível desenvolver ainda uma série de medidas para incentivar ainda mais seu uso. Destacamos a necessidade de campanhas educativas de trânsito mais sistematicamente desenvolvidas com o propósito de conscientizar sobre o respeito ao ciclista e aos locais onde trafega.

Com relação ao impulsionamento do uso de bicicleta se destaca à necessidade de melhor planejamento de vias e integração entre as 80 estações do sistema de bicicletas compartilhadas que se localiza em 27 bairros de Fortaleza. A implantação das ciclovias tem baixo custo. A malha cicloviária atualmente demanda melhor distribuição e conectividade. A ausência dessas características limita à possibilidade de ciclistas cumprirem seus horários laborais, deixando de atender à um de seus pressupostos fundamentais, que seria sua priorização em detrimento dos transportes motorizados.

À importância do transporte cicloviário é explicitada através da pesquisa origem-destino que vem sendo desenvolvida pela prefeitura. Nela é apontada que 84% dos ciclistas de Fortaleza fazem uso da bicicleta para se locomover ao trabalho ou ao estudo. À pesquisa regista ainda que um a cada três deslocamentos em Fortaleza, se dá por bicicleta ou a pé.

Adotamos Mobilidade como atributo Humano por considerá-la incidente no cotidiano das pessoas e serem elas as atribuidoras de sentido ao movimento, ao espaço público e às suas relações consigo, com os outros e com a cidade. Todo e qualquer planejamento e ações precisa considerar isso como referência maior. Ciência, tecnologia, economia, saúde, educação, cultura,

arte, lazer, mobilidade e demais componentes de gestão existem porque existem as dinâmicas de vida das pessoas.

Mobilidade Humana volta-se a considerar formas e culturas de percorrer os traçados urbanos, muito além do que a lógica produtivista ditada aos transportes públicos da cidade. Defendemos o direito de estar na cidade integralmente e para isso os modais de transportes e o acesso universal a todos eles une, reúne, aproxima, Por isso mesmo, Mobilidade é mais que simplesmente uma palavra para nós. É mais do que sonho ou U-topia. Mobilidade, como a entendemos, é real e vem se tornando cada vez mais possível entre incontáveis cidades no mundo inteiro que já escolheram outras formas de viver. Para citar algumas:

Cidades de classe mundial como Nova Iorque, Paris e Londres já perceberam essa verdade. Cingapura, Seul, Oslo, São Francisco, Vancouver, Portland, Curitiba, Bogotá e uma série de outras importantes cidades no mundo inteiro também já sabem disso, mas, infelizmente, a maioria das cidades do planeta ainda precisa responder ao grande desafio de criar um futuro sustentável, de engajar os cidadãos em torno desta visão e adotar políticas consistentes para chegar lá.

Em nosso plano de governo a Utopia nutre os horizontes da gestão, que se afirmará como lugar agregador e integrador de políticas públicas e ações conjuntas. Mobilidade há de integrar à Saúde, Educação, Habitação, Planejamento Urbano e afins. Sabemos das dificuldades que envolvem a transformação do instituído.

Acreditamos que com a população da cidade tenhamos condições de planejar, organizar e executar as ações necessárias para que Fortaleza seja referência de bem viver: Lugar de respeito aos pedestres e com mobilidade reduzida, lugar de ciclista se sentir bem e à vontade de usar as vias, lugar onde o transporte público é utilizado por todos e seja visto como respeitoso e digno, lugar de calçadas amplas, ruas arborizadas, pessoas ocupando os espaços da cidade e vidas em movimento.

O contexto atual é hostil às transformações que queremos. Por outro lado, caso a situação e a prioridade de mobilidade continue centrada no individual motorizado, é bem possível que as saídas aos problemas acumulados sejam ainda mais difíceis. O colapso urbano e espacial é certo. Os danos à natureza, à vida humana e sua saúde integral já são alarmantes. O poder público – em escala Federal, Estadual e Municipal – tem paradoxalmente discursado em prol da mobilidade urbana sustentável, mas a prática mostra cada vez mais incentivos e rendição à indústria automotiva.

Iniciativa Bloomberg de Segurança Viária Global em parceria com o poder público, divulgou o mapeamento dos acidentes de trânsito em Fortaleza no decorrer de 2018 mostrando que 94,8% das vítimas das fatalidades eram usuários considerados vulneráveis no trânsito:

pedestres, ciclistas e motociclistas. Os dados corroboram para à necessidade de formulação e atualização permanente de um plano de segurança viária que planeje o uso do solo, melhore as opções de mobilidade, gestione à velocidades, fiscalize leis e regulamentações, eduque e capacite as pessoas, e promova o atendimento e o cuidado de emergência pós acidente.

Fortaleza possui população estimada em 2.686.612 milhões de habitantes e 313 km² de extensão territorial, com alta densidade demográfica. Segundo o Denatran a frota de veículos de Fortaleza é de 1.114.794 (DENATRAN) em junho de 2019. Destes 599.271 são automóveis, 303.794 motocicletas, 70.852 caminhonetes, e 22.403 caminhões.

Os relatórios de acidentes de trânsito não estão sendo divulgados pela AMC ano a ano, o que dificulta qualquer análise mais profunda. Em 2011 o Brasil registrou 44.553 mortes resultantes de acidentes de transporte. De acordo com o ministério da Saúde o número baixou para 33.625 em 2018, o que configurou uma redução de 24,53%, mas ainda com 10 mil óbitos a mais que o previsto para 2020 no compromisso firmado pelo governo Dilma com a organização das nações unidas.

A perspectiva deve ser a de incentivar a redução da velocidade das vias urbanas. passa também por proteger pedestres ciclistas motociclistas no trânsito, pois são os mais vulneráveis e os que mais morrem. Isso pode ocorrer por exemplo dando mais espaço a estes sujeitos nas vias, com faixas exclusivas por exemplo.

Marco Legal e Estruturas

Políticas municipais relacionadas à mobilidade urbana em Fortaleza:

- Plano Diretor Cicloviário Integrado Lei 10.303/2014 (PDCI), concluído em 2017 e está em execução. O Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) é o instrumento de planejamento que determina todas as diretrizes que irão nortear as ações cicloviárias de Fortaleza para os próximos 15 anos (2015-2030).
- Plano Caminhabilidade – feito, mas em fase de implantação.
- Programa de Expansão da Malha Cicloviária que em julho de 2020 contava com 257,5 km de infraestrutura cicloviária,-
- Sistema de Bicicletas Públicas Compartilhadas de Fortaleza – BICICLETAR. Foram implantadas 208 estações de bicicletas compartilhadas até o final de agosto de 2020. Foi implantado o Sistema de Bicicletas Integradas instalado em 5 terminais (Messejana, Siqueira, Antônio Bezerra, Lagoa e Conjunto Ceará).
- Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito de Fortaleza (PAITT).
- Programa de Requalificação dos Pontos de Parada.
- Plano de Acessibilidade Sustentável de Fortaleza (Pasfor). Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo do Pasfor foi readequação e criação de novas linhas de transporte público, integração entre modais de transporte, expansão da rede cicloviária, construção de novas vias, novas estações, pontos de parada

e terminais, com o objetivo de expandir a rede de transporte multimodal, tendo como prioridade os modos de transporte não motorizados e os motorizados de alta capacidade.

- Pesquisa Origem-Destino 2019 – Vistas em 23 mil residências na Capital e na Região Metropolitana, um total de 100 mil pessoas entrevistadas. O objetivo do estudo foi encontrar padrões de deslocamento de famílias heterogêneas, para, a partir daí, desenvolver ações voltadas ao sistema de transportes. A pesquisa integra o Plano de Acessibilidade Sustentável de Fortaleza (PAS-For), orçado em R\$ 11,3 milhões e encerrou em janeiro de 2020. Os dados coletados na Pesquisa Origem-Destino que comporão um banco estatístico que subsidiará projetos e ações de Mobilidade Urbana, tais como iniciativas de readequação e criação de novas linhas de transporte público, integração entre modos de transporte, expansão da rede cicloviária, construção de novas vias, novas estações, pontos de parada e terminais de transporte público, dentre outras.

Nossa concepção de mobilidade se compõe de 4 (quatro) eixos como se vê ilustrada na figura abaixo da pipa e cumpre o mesmo papel para a pipa de ser estruturante;

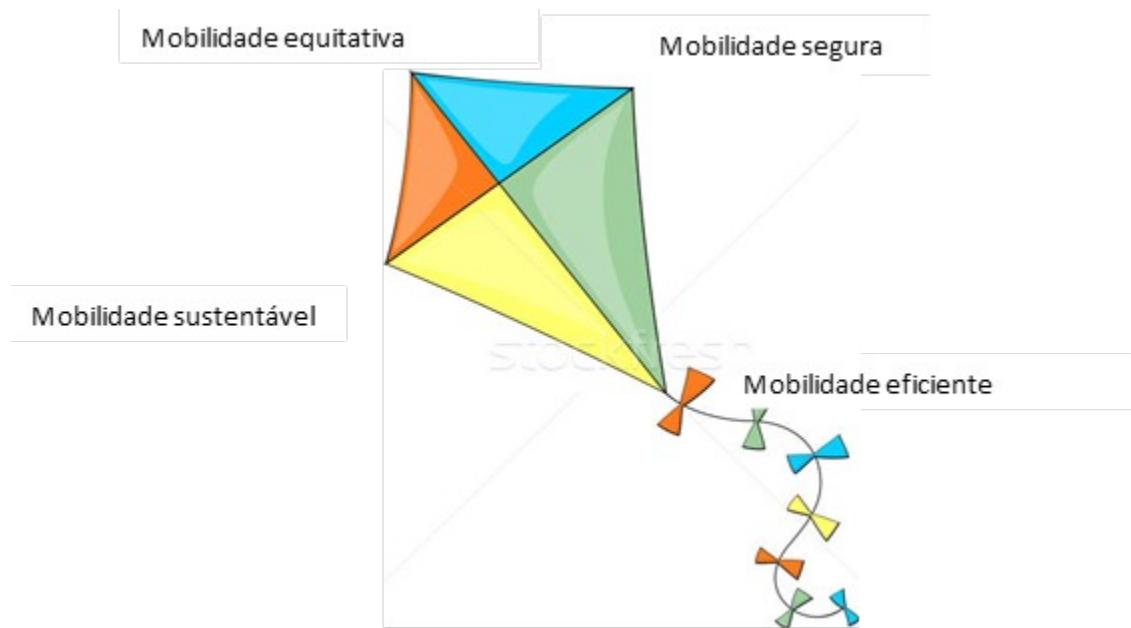


Fig Pipa da Mobilidade e seu eixos estruturantes

Mobilidade equitativa

O Plano de Mobilidade de Fortaleza se desenvolverá buscando que tod@s tenham as mesmas possibilidades quando se trata de se locomover pela cidade com os meios de transporte mais sustentáveis, especialmente pelo transporte público, de bicicleta e a pé. São meios disponíveis para todos que permitem se mover coletivamente e têm menos acidentes, ao contrário do transporte motor privado que tradicionalmente domina o espaço rodoviário.

Mobilidade segura

O Plano de Mobilidade humana de Fortaleza define medidas que afetam os fatores mais importantes da segurança viária para reduzir os acidentes, e de forma especial, proteger pedestres, ciclistas e motociclistas, que são as pessoas mais vulneráveis.

Mobilidade sustentável

Incentivar o uso da bicicleta, deslocar se a pé com conforto, deslocamentos usando o transporte público, reduzir o uso do veículo privado sempre que possível e impulsionar energias alternativas livres de emissão de CO₂ e de poluição. São medidas a serem impulsionadas para melhorar a qualidade ambiental de Fortaleza.

Mobilidade eficiente

A mobilidade eficiente ajuda a melhorar o fluxo de tráfego, otimiza os serviços de transporte coletivo e ajuda os cidadãos a se moverem mais rápido, mais confortavelmente e facilmente através do espaço público. Além disso, reduz movimentos que não proporcionam vantagens e que implicam um custo ambiental, social ou econômico para a sociedade como um todo.

Propostas

- Criação de secretaria de mobilidade humana, integrando AMC e ETUFOR, dotando a estrutura interna capaz de planejar e prover ações prioritariamente voltadas ao transporte público e não motorizado em detrimento do transporte individual motorizado, com o objetivo de implantar medidas tais como: ciclofaixas, ciclovias, corredores exclusivos de ônibus, vias exclusivas para pedestres, ações educativas, melhoria de calçadas, medidas de moderação de tráfego e demais estratégias de gestão da mobilidade.
- Abandonar progressivamente a centralidade do transporte individual motorizado em Fortaleza, para dar lugar e recursos aos meios de transporte socialmente mais inclusivos e eficientes energeticamente, isto é: a pé, de bicicleta e por transporte público coletivo;
- Promover a interdependência dos modais de transportes e mais espaços verdes do que “cinzas”;
- Trazer de volta a pulsação da cidade que se tornou “carne e pedra”;
- Devemos parar mais para desfrutar, nesse sentido criar infraestrutura compatível como os parklets ou vagas vivas;
- Estudar meios para viabilizar à promoção de uma redução de 20% nas tarifas de transporte público;
- Os custos do transporte público devem ser suportados por toda a sociedade, com recursos de todas as esferas governamentais e não apenas pelos usuários diretos dos serviços e pelos municípios, uma vez que toda a sociedade, em especial o setor produtivo das cidades, dele se beneficia;
- Criar Passe Livre Estudantil e para Desempregados/as, com os recursos extra tarifários sendo provenientes da contribuição dos que utilizam o transporte individual, sobretudo dos veículos luxuosos e maiores emissores de GEE, além de

desonerações tributárias dos impostos envolvidos na cadeia produtiva dos serviços transporte público e também dos orçamentos públicos.

- Promover melhoria da qualidade do serviço prestado à população como pontualidade, regularidade dos intervalos, confiabilidade de tempos de viagem, cumprimento das viagens programadas, qualidade dos veículos, segurança para os passageiros e informações adequadas disponíveis ao público para se melhor conhecer os usuários, seus valores e de como eles percebem os serviços; estabelecimento de padrões de qualidade objetivos e mensuráveis tanto do ponto de vista dos usuários quanto da sustentabilidade dos sistemas, mesmo em cidades de médio porte; a medição continuada desses padrões com o emprego efetivo e intensivo dos sistemas inteligentes de transportes hoje disponíveis; o aperfeiçoamento da capacitação de operadores e gestores públicos para o uso intensivo desses instrumentos; e o intercâmbio de informações entre cidades numa salutar e permanente troca de informações em busca da melhoria da mobilidade.
- Qualificar a infraestrutura para o transporte público por ônibus de maneira emergencial, garantindo sua prioridade na via pública, aumentar dos 107,4 km com a implantação e ampliação para 2 mil quilômetros de faixas e corredores para ônibus até 2024.
- Promover transparência total dos custos de funcionamento do sistema de transporte público com o fim da “caixa-preta” na determinação dos valores das tarifas públicas e quais as regras de prestação dos serviços pactuadas em contrato com os operadores privados, com ampla divulgação e disseminação das informações, fundamental para a construção de vínculos de confiança e de respeito entre população, poder público, e operador privado.
- Implantar um programa de comunicação eficaz com a população objetivando de transformar o transporte público em um instrumento de desenvolvimento socioambiental.
- Estimular agendas de Lutas da sociedade civil em prol da mobilidade humana e em torno de uma pauta emergencial.
- Criar o Conselho Municipal de Transporte Público com composição majoritária da sociedade civil;
- Aprimorar e popularizar a aplicação do Índice de Mobilidade Urbana Sustentável (IMUS)
- Aperfeiçoar o sistema de transporte sobre trilhos de alta capacidade como o metrô da Linha Sul elevando seu índice de participação no sistema de transporte público de Fortaleza para 50% e obter uma taxa de cobertura de 80%, com a implementação da Linha Leste remodelada.
- Substituir progressivamente a frota de ônibus mais antiga por ônibus elétricos;
- Elaboração e implementação de um plano de ação para a segurança de pedestres de Fortaleza. Na sua construção devem ser considerados os seguintes princípios gerais na etapa de definição dos objetivos:
 - Os objetivos devem ser claros e especificar um resultado mensurável em um período de tempo determinado. Manter os objetivos pelo método SMART: específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas e com prazo para cumprimento.

- Os objetivos devem ser baseados em evidências, decorrentes da avaliação situacional, bem como da literatura disponível.
 - Os objetivos devem incluir a redução de mortes e lesões causadas pelo trânsito e também a redução dos riscos, o que pode resultar na melhoria das condições para uma caminhada. Mudança de atitude da população com relação aos direitos dos pedestres e a necessidade resguardar a sua segurança, e a consideração da segurança de pedestres nos processos de tomada de decisão.
 - Ambos objetivos de curto prazo, de médio e de longo prazo são desejáveis.
- Estabelecimento de conexão de gestão entre os transportes públicos do município e do estado (VLT, Metrô).
- Realização da Conferência Municipal de Mobilidade e criação do Conselho Municipal de Mobilidade, instância participativa de controle social das políticas públicas de mobilidade
- Criação de um Fundo Municipal de Transporte, gerido pela prefeitura e setores da sociedade civil, com arrecadação principalmente de parte do IPTU, onde os mais ricos pagariam mais, como forma de distribuir na sociedade os custos do transporte (que hoje é custeado por quem paga a passagem), visando reduzir a tarifa de transporte público progressivamente.
- Reestruturação da CTC, com o objetivo de ter linhas de ônibus de propriedade da prefeitura, sendo possível competir com as empresas privadas;
- Realização de concurso público para o corpo técnico de servidores para a Secretaria de Mobilidade.
- Elaboração do Plano Municipal Participativo de Mobilidade Humana (incluindo o plano cicloviário).
- Criação de sistemas de informação dos itinerários de linhas de ônibus: sistema telefônico informativa, lista e mapa de linhas disponíveis nos pontos de parada.
- Investimento efetivo em Educação para Mobilidade envolvendo o uso de todos os modais.
- Melhoria nos sistemas de dados e acompanhamento estatístico de acidentes de trânsito, ocorrências e situação dos transportes públicos, geoprocessamento e cruzamento de dados com a Secretaria Municipal de Saúde, sistematizando o monitoramento de mobilidade.
- Parcerias intersetoriais e interinstitucionais em ações e planos com as Secretarias de Educação e Saúde para redução da vulnerabilidade da população a acidentes de trânsito, promoção da saúde.
- Requalificação dos pontos de parada do transporte público.
- Reconfiguração da relação entre Município e Sindônibus, buscando aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população.

- Estreitamento das relações com o corpo técnico de servidores da atual AMC e ETUFOR criando aparatos de cuidado e escuta sobre a realidade de trabalho e os efeitos à saúde dos servidores.
- Redirecionamento o investimento em transporte individual e utilizá-lo a favor da construção de uma cidade mais humana, saudável e acolhedora;
- Promover transporte público eficiente, acessível e integrado em escala metropolitana.
- Melhorar a segurança rodoviária e a convivência entre os usuários dos diversos meios de transporte.
- Aumentar e revitalizar o espaço público dedicado ao fortalezense, qualidade urbana e acessibilidade.
- Melhorar a eficiência da logística e distribuição urbana de mercadorias.
- Gerenciar de forma integral a dotação de vagas para todos os meios.
- Reduzir a poluição atmosférica e sonora e o efeito da mobilidade no clima.
- Incentivar a mudança de viagens para meios mais sustentáveis, silenciosos e seguros.
- Integrar o uso da bicicleta na cidade.
- Promover o uso de energias renováveis e moderar o consumo de energia dos veículos.
- Incorporar novas tecnologias na gestão da mobilidade: treinamento, informação e sinalização.
- Criar áreas em Fortaleza dedicadas aos pedestres. Definir participativamente à eleição dessas áreas com realização de estudos prévios.
- Expandir o bicicletar para à periferia da cidade de Fortaleza;
- Educação e fiscalização como instrumentos de conscientização e diminuição de acidentes;
- Adoção de home office e/ou horários flexíveis nas empresas;
- Alteração de horários comerciais em bairros superlotados;
- Ampliação do horário de funcionamento do transporte público;
- Introdução de disciplinas e conteúdos relacionados à mobilidade e à educação de trânsito na grade curricular das escolas, para que crianças e jovens tenham acesso ao tema desde cedo.

5.5 Fortaleza: cidade verde

Diversas cidades no mundo adotaram uma perspectiva mais equilibrada no trato com o meio ambiente, valorizando e investindo em áreas verdes públicas e buscando legislar no sentido de inibir abusos e incentivar ações de preservação. A cidade de Nova Iorque, por exemplo, ganha destaque ao mapear cada árvore , cujo censo botânico inclui dados sobre especie, saúde, diâmetro e georreferenciamento.

No Brasil, Curitiba é considerada uma das cidades mais verdes da América Latina, graças aos espaços arborizados e sua abordagem em cuidados com o meio ambiente, desde a implementação do Plano de Arborização Pública em 2013, que traz ações preventivas e de manutenção das árvores localizadas em vias públicas da cidade. As atividades do referido Plano, incluem o resgate da biodiversidade urbana, com expedições às áreas do entorno da cidade, onde foram selecionadas vinte e cinco espécies nativas com potencial ornamental a serem introduzidas nos jardins urbanos.

Outra perspectiva também abraçada à luz dos princípios defendidos por arquitetos e planejadores urbanos da atualidade e no mundo, na concepção do chamado “novo urbanismo” (princípio da “caminhabilidade”, cidades compactas de alta densidade, trânsito de massa, redução do estresse, etc.), prevê-se que as cidades sejam redesenhas em função das dimensões dos movimentos e das necessidades do corpo humano em vez de projetadas em função do automóvel.

É nesse sentido que alertamos sobre o fato de que a Prefeitura Municipal de Fortaleza segue na contramão das iniciativas urbanísticas mais modernas implementadas nos grandes centros do Brasil e do mundo, priorizando a construção de vias, túneis e viadutos, para atender o fluxo de automóveis particulares em detrimento do fluxo de pedestres, tornando o ambiente cada vez mais inóspito, árido e pouco acolhedor, o que afeta inclusive a percepção que os turistas têm de nossa cidade.

Uma cidade menos verde é uma cidade pouco agradável de se viver e que tem como consequências: sua economia prejudicada, a exacerbação da violência, bem como uma população mais doente e menos produtiva.

Nos últimos cinco anos, podas e supressões (cortes) de árvores em ruas, avenidas, praças e áreas verdes, fogem à sensatez, ao conhecimento e procedimentos técnicos cabíveis e golpeiam a Legislação Ambiental. Há uma sanha incompreensível e descontrolada pela destruição generalizada de árvores nesta cidade. São centenas de árvores suprimidas, danificadas e mutiladas em Fortaleza todos os dias, seja via Prefeitura de Fortaleza ou por empresas e/ou cidadãos. A cidade perde sua precária e já frágil cobertura vegetal sob o descaso do poder público.

Podemos pinçar alguns casos nos últimos três anos como as quarenta e duas (42) árvores cortadas, em 2016, nas obras da avenida Aguanambi. Apenas seis (6) foram transplantadas no entorno da Lagoa de Parangaba, das quais quatro Carnaúbas (*Copernicia prunifera*) – árvore símbolo do Ceará, não resistiram ao procedimento. Outra constatação de cortes irresponsáveis sem o devido manejo da fauna e de questionável compensação, foi a retirada de quarenta e três (43) árvores adultas do terreno situado à rua Rui Barbosa, sede do antigo restaurante Parque Recreio, que acolherá mais uma filial do supermercado Frangolândia. Conforme denúncia de moradores havia presença ativa de fauna no local.

O plantio de novas mudas como compensação não recupera o dano ambiental, pelo menos até os dez primeiros anos de crescimento, uma vez que não há garantia que as mudas se tornarão adultas (tendo em vista que não há plano de manejo nem o devido cuidado após o plantio, a maioria morre, sem água muitas vezes). Segundo o fluxo normal de crescimento as jovens árvores precisarão de pelo menos de dez a quinze anos para que atinjam o porte e a copa equivalentes ao das árvores eliminadas, na condição de prestarem os serviços ambientais concernentes à cidade. Há, portanto, uma lacuna de vários anos em serviços ambientais, repercutindo assim sobre uma cidade que se torna mais quente, com paisagem mais hostil e sociedade mais adoecida.

Mais recentemente, em fevereiro de 2019, os fortalezenses assistiram à remoção de setenta (70) árvores para dar lugar ao binário da avenida Santos Dumont. Tal supressão promove um agravamento nas condições de conforto urbano naquele local, visto que os benefícios ambientais fornecidos pelas árvores suprimidas, também foram eliminados, estabelecendo ou ampliando as ilhas de calor pelo aumento da temperatura, aumentando a circulação de poluentes e poeira, assim como desconforto sonoro e efeitos psicológicos negativos para os cidadãos. Perde-se muito em qualidade de vida.

Os laudos técnicos assinados por engenheiros agrônomos da URBFor são mal formulados e insuficientes, sendo na prática meras ordens de serviço, estando ausentes dados e informações fundamentais como: identificação das espécies – binômio válido em latim; condições fitossanitárias de tronco, copa, raízes (quando expostas); relações do indivíduo com o entorno. Isso tem provocado perdas irreparáveis de árvores.

Por outro lado, não são efetuadas as podas necessárias de formação, limpeza, contenção e remoção de árvores mortas, que representam perigo fatal, podendo acometer graves acidentes com possibilidade de óbito de cidadãos, com o tombamento de galhos e troncos que deveriam ser eliminados. Também não há controle de hemiparasitas – ervas-de-passarinho (*Struthanthus syringifolius*), que em excesso podem levar à morte da árvore. Outros procedimentos necessários são o escoramento de árvores tortas e o controle de pragas como cupins e brocas.

Já no período de chuvas cresce muito “mato” nos canteiros e praças e então URBFor e equipes terceirizadas raspam tudo na capinação – ali entre ervas daninhas e outras herbáceas, nascem, por propagação natural, centenas de mudas de diversas árvores como Ipês, Jucás, Timbaúbas, Xixás, Oiticicas, Mutambas, Juazeiros, dentre as quais muitas poderiam ser selecionadas, mantidas, sinalizadas por piquetes e acompanhadas, para que se tornem árvores adultas, sem a necessidade de plantio. Serviço ambiental gratuito que reduz tempo e custos à arborização.

Também na capinação diversas mudas têm sua casca na altura do colo (onde o tronco se expande na base da muda) avariadas, quando não degoladas, pelo fio de nylon das roçadeiras, que enfraquece e compromete o desenvolvimento e saúde dos indivíduos. São dezenas e dezenas

de mudas plantadas em vias públicas mortas pela própria Prefeitura. Mão de obra desqualificada somada ao desperdício de tempo e dinheiro público.

Propostas

- **Criar a “diretoria de Parques e Jardins”,** vinculada à SEUMA, de forma a descentralizar as atividades operacionais, de execução e manutenção dos Parques, Praças, Avenidas, Logradouros e todas e quaisquer áreas disponíveis para o verde de nossa Cidade. O referido órgão deve ter estrutura de equipamentos e pessoal qualificado e treinado continuamente, tanto para a supervisão quanto para a execução das tarefas.
- Recursos específicos e pessoal qualificado para a produção e/ou aquisição de mudas das espécies nativas (priorariamente) e para a manutenção por cinco anos de todas em espaços públicos com as devidas podas de formação e de limpeza, tutoramento/escoramento dos indivíduos, georreferenciamento, controle fitossanitário, adubação, aguaceamento das recém-plantadas.
- **Capacitar** continuamente as equipes executoras no que tange aos procedimentos de poda, limpeza (capinação) assim como a supervisão de técnico responsável e da área (botânicos e/ou engenheiros florestais com expertise em arborização urbana) na execução dos serviços. As equipes de campo das empresas terceirizadas não tem nenhum preparo com o trato com árvores e jardins, e provocam a morte de centenas de mudas nativas que nascem no período chuvoso e são levadas com a capinação.
- **Plano de Manutenção e Monitoramento das árvores e espaços verdes de Fortaleza.** O Plano visa detalhar tipos, utilidades e critérios de podas; equipamentos/ferramentas; destino dos resíduos; critérios para remoção das árvores; práticas de manutenção – regas, adubação, manejo do solo – controle fitossanitário da arborização com prevenção e cura de doenças e pragas; proteção das árvores durante e após obras em espaço público.
- Estabelecer Critérios mais rigorosos para a remoção de árvores, com laudo detalhado assinado por três técnicos, de setores/órgãos diferentes, após serem esgotadas as alternativas ao traçado do serviço, ou na análise da saúde e riscos de queda das árvores em foco, buscando privilegiar as árvores existentes.
- Estabelecer percentual de 2% do valor total das obras de construções diversas como viadutos, pontes, etc, a ser destinado ao plantio, manutenção de árvores, recuperação de áreas degradadas, revegetação, reflorestamento de matas ciliares e parques.
- Promover transparência com relação aos recursos e investimentos do FUNDEMA
- Elaborar de **Manual de Arborização e Cartilha de Arborização** com o devido rigor técnico, por especialistas na área, com ilustrações e fotografias suficientes, serviço este que deverá ser contratado, uma vez que a PMF não dispõe de especialistas na temática em seus quadros.
- Efetivar Projeto de manutenção dos plantios nas calçadas através de desconto no IPTU – comerciantes, condomínios, casas particulares. Criação para os fins elencados de um **Departamento de Parques, Jardins e áreas Verdes** com corpo técnico composto por

botânicos, zoólogos, ecólogos, paisagistas, especialistas na parte viva da paisagem, com dotação orçamentária suficiente, veículos e demais instrumentos imprescindíveis para o bom desempenho do mister de promover o verde urbano.

- Implementar projeto de **Inventário Arbóreo** da cidade, instrumento imprescindível ao planejamento, ferramenta fundamental no trato com o verde urbano por traçar um panorama da situação da arborização por bairros, avenidas, parques etc.
- Criação de novos **Hortos Municipais**. Por exemplo, na região de Messejana, com diversos viveiros, galpões, auditórios, cursos de podas e cuidado com plantas, com equipes especializadas, horta didática, meliponário, orquidário, etc.
- Inventariar as **Árvores Notáveis**, que são grandes árvores, antigas, belas, bem copadas, majestosas, que integram o patrimônio ambiental da cidade, a serem cadastradas, identificadas, tornadas **imunes ao corte**, sinalizadas através de **placas**, para que a população as reconheça, valorize e passe a respeitar.
- Estabelecer um programa de manutenção dos 24 **Parques Municipais**, que se encontram quase que completamente abandonados, com lixo, entulhos e plantas invasoras, os quais se deverá recuperar, além de edificar passeios e calçadões extensos, iluminação, segurança permanente, mobiliário artístico, quiosques (venda de alimentos, livros, roupas, artesanato, feiras sócio solidárias), anfiteatros, banheiros. Estas iniciativas poderão se desenvolver em parceria com a iniciativa privada, com a devida transparência e a participação da população.

5.6 Vida e bem estar animal

Fortaleza deve ser na perspectiva do Bem Viver uma cidade que cuida dos animais quer sejam silvestres ou domésticos, e, deve considerar que a ausência de cuidados dirigidos aos animais é da mesma natureza do descuido dirigido à cidade e aos mais vulneráveis, reflete o adoecimento de uma sociedade incapaz de dedicar cuidado à vida.

À perda de ecossistemas em Fortaleza assim como a degradação ambiental destes compromete à conservação da fauna, em manguezais, rios, lagoas, mar e vegetação de dunas, bosques...A perspectiva do bem viver não concebe as espécies como eventuais “recursos exploráveis”, ainda que estes possam representar relevância na alimentação, cura de doenças, e vários outros serviços. Uma cidade do bem viver leva em conta à importância do valor das vidas em si mesmas.

Fortaleza na atualidade possui no âmbito da administração municipal uma Coordenadoria de Proteção e Bem-estar Animal (COEPA) o que representou um avanço, assim como nossa cidade conta com uma unidade específica para analisar os crimes contra a natureza, a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (DPMA), para inibir o abandono de animais, a partir das possíveis repercussões no âmbito penal. A Lei de Crimes Ambientais, no artigo 32, prevê duas condutas de maus-tratos e acolhe denúncias que podem ser feitas presencialmente ou encaminhadas, de forma anônima, virtualmente ou por telefone. A delegacia cumpre o papel de apurar a informação e, se for o caso, encaminhar à Justiça.

Acreditamos em uma cidade do bem viver que protege e assegura direitos dos animais silvestres e domésticos, procurando ser pioneira e referência para outras cidades e municípios no que diz respeito à proteção do bem estar animal. Impulsionar à qualidade de vida de animais domésticos, especialmente os animais perdidos e abandonados cujos cuidados deverão ser ocupados pela criação de um abrigo para acolhimento animal, até que eles se encontrem com suas famílias ou possam ser adotados. Ao mesmo Fortaleza deve criar rede de áreas de recreação de cães, onde os animais de estimação possam correr, brincar e fazer suas necessidades. Essa rede envolverá as respectivas centralidades da cidade de maneira que em cada centralidade da cidade se possa promover a convivência entre pessoas, animais e meio ambiente.

É fundamental a colaboração cidadã dos proprietários de animais domésticos, de universidades, e da rede de entidades ativas que se dedicam à causa animal em Fortaleza, e a de pessoas que cuidam de cães, gatos e outros animais e são coresponsáveis por manter os espaços públicos limpos e ter atitudes cívicas para promover a convivência com outros usuários de vias públicas. Nesse sentido, os cuidados responsáveis dos animais de estimação na cidade de Fortaleza envolve o cumprimento de uma série de compromissos, tanto com o animal quanto com a sociedade.

Propostas

- Instituir Unidades de Bem Estar Animal: alterar a nomenclatura e concepção das 9 Unidades de Vigilância de Zoonoses-UVZs existentes nas 6 Regionais vinculadas à Secretaria de Saúde para uma população de aproximadamente 237 mil cães e 171 mil gatos, promovendo ações para melhorar a qualidade de vida dos animais, executando ações que garantam o controle populacional e orientando a população no que diz respeito aos cuidados, deveres e à posse responsável dos animais. (Atualmente as UVZs se baseiam na lei municipal nº 8966 de 14 de setembro de 2005, que trata “Prevenção e Controle das Zoonoses e Endemias no Município de Fortaleza”.)
- Criar unidade de medicina veterinária: com estrutura para atendimento clínico e realização de procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade em animais domésticos — cães e gatos. À unidade veterinária também deverá assegurar acolhimento e tratamento hospitalar que para animais selvagens também encaminhando estes para reabilitação, quando for o caso, por parte de órgãos federais competentes. O atendimento deve ser realizado por médicos veterinários e beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Criar mais vet móveis: unidade móvel adaptado com bloco cirúrgico e que funciona como clínica itinerante para atendimento veterinário de cães e gatos com capacidade para transportar animais para esterilização no bloco cirúrgico da Unidade de Medicina Veterinária da Secretaria.
- Fiscalizar e assegurar cumprimento de artigo da lei municipal nº 8966 de 14 de setembro de 2005: que proíbe a permanência, manutenção e trânsito dos animais nos logradouros públicos, como também o abandono dos animais por seus “proprietários” — para tanto, se torna necessária a identificação dos animais.
- Criar registro para controle da venda de animais de estimação nos estabelecimentos comerciais do Município: apresentar à Câmara Municipal proposta de obrigatoriedade da identificação por meio de microchip de todos os animais: inclusive dos criadores para

venda ou aluguel das espécies canina, felina, equina, muar, asinina, de tração ou não, dentro do município de Fortaleza.

- Realizar Campanhas de Conscientização e divulgação sobre a posse responsável de animais de estimação e bem-estar animal.
- Elaboração e adoção de protocolos de ações para animais abandonados, feridos ou doentes ou mortos.
- Aprovar um projeto, anual, para impulsionar e melhorar o bem-estar animal e a convivência dos cidadãos.
- Habilite espaços adequados e bem distribuídos na cidade para recreação de cães.
- Criação do Conselho de Bem-Estar Animal